

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	20
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	22
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	26
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	27
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	28
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	29
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
---	----

Notas Explicativas	45
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	127
----------------------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	128
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	132
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	134
---	-----

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	136
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	137

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.334
Preferenciais	0
Total	696.334
Em Tesouraria	
Ordinárias	713
Preferenciais	0
Total	713

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	3.923.721	3.429.499	3.481.773
1.01	Ativo Circulante	258.757	305.839	340.660
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	44.153	5.751	10.928
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	44.153	5.751	10.928
1.01.02	Aplicações Financeiras	14.556	224	383
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	14.556	224	383
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	14.556	224	383
1.01.06	Tributos a Recuperar	571	5.212	5.143
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	571	5.212	5.143
1.01.07	Despesas Antecipadas	933	748	640
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	933	748	640
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	198.544	293.904	323.566
1.01.08.03	Outros	198.544	293.904	323.566
1.01.08.03.01	Outros Créditos	2.278	2.656	2.357
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	0	416	334
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	176.735	273.556	310.857
1.01.08.03.05	Outros créditos - Venda participação	19.531	17.276	10.018
1.02	Ativo Não Circulante	3.664.964	3.123.660	3.141.113
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.955	31.944	53.162
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.955	31.944	53.162
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	5	85	91
1.02.01.10.04	Outros créditos	11.695	11.703	11.774
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda participação	3.255	20.156	41.297
1.02.02	Investimentos	3.645.175	3.086.173	3.081.823
1.02.02.01	Participações Societárias	3.645.175	3.086.173	3.081.823
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.644.020	3.084.504	3.041.896
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	1.155	1.669	39.927
1.02.03	Imobilizado	3.892	5.151	5.044

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.892	5.151	5.044
1.02.04	Intangível	942	392	1.084
1.02.04.01	Intangíveis	942	392	1.084

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	3.923.721	3.429.499	3.481.773
2.01	Passivo Circulante	588.197	128.471	1.297.287
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.557	7.251	4.296
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.557	7.251	4.296
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.557	7.251	4.296
2.01.02	Fornecedores	500	729	763
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	500	729	763
2.01.02.01.01	Fornecedores	500	729	763
2.01.03	Obrigações Fiscais	104	486	381
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	104	486	381
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	104	486	381
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	419.696	43.132	1.258.083
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.257.663
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	1.257.663
2.01.04.02	Debêntures	419.015	43.132	0
2.01.04.02.01	Debêntures	419.015	43.132	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	681	0	420
2.01.04.03.01	Passivo de Arrendamento	681	0	420
2.01.05	Outras Obrigações	154.340	76.873	33.764
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6	0	0
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	6	0	0
2.01.05.02	Outros	154.334	76.873	33.764
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.337	60	880
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	2.566	3.011	8.140
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	15.148	15.450	23.425
2.01.05.02.10	Dividendos a pagar	135.283	58.352	1.319
2.02	Passivo Não Circulante	597.538	997.334	64.177
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	569.422	948.255	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.01.02	Debêntures	569.263	948.255	0
2.02.01.02.01	Debêntures	569.263	948.255	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	159	0	0
2.02.01.03.01	Passivo de Arrendamento	159	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	28.107	49.071	64.177
2.02.02.02	Outros	28.107	49.071	64.177
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	28.107	28.640	23.144
2.02.02.02.06	Acordo de Leniência	0	6.709	7.109
2.02.02.02.07	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	0	13.722	33.924
2.02.04	Provisões	9	8	0
2.02.04.02	Outras Provisões	9	8	0
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	9	8	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.737.986	2.303.694	2.120.309
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	621.913	187.621	4.236
2.03.04.01	Reserva Legal	41.041	12.563	278
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	3.958
2.03.04.10	Orçamento de Capital	580.872	175.058	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	708.571	407.614	476.059
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.920	-32.358	-27.404
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	371	-37.312	-3.910
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	885	946	812
3.04.05.02	Amortização de ágio de investimentos	-514	-514	-514
3.04.05.03	Acordo de Nao Persecução Cível - ANPC	0	0	-4.208
3.04.05.04	Impairment de ativos	0	-37.744	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	750.120	477.284	507.373
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	750.120	477.284	507.373
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	708.571	407.614	476.059
3.06	Resultado Financeiro	-139.007	-154.577	-104.017
3.06.01	Receitas Financeiras	5.178	7.989	26.077
3.06.02	Despesas Financeiras	-144.185	-162.566	-130.094
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	569.564	253.037	372.042
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	569.564	253.037	372.042
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-7.342	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-7.342	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	569.564	245.695	372.042
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,81878	0,3532	0,59018
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,81878	0,3532	0,59018

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	569.564	245.695	372.042
4.03	Resultado Abrangente do Período	569.564	245.695	372.042

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-48.814	-62.911	-23.909
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-37.446	-31.818	-6.075
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	569.564	253.037	372.042
6.01.01.02	Lucro/(Prejuízo) das operações descontinuadas	0	-7.342	0
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	1.982	1.446	1.326
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	673	492	-178
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamen	141.662	157.277	119.881
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	2	8	53
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-2	-3	-1
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	-3.705	-2.318	-2.745
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-750.120	-477.284	-507.373
6.01.01.17	Amortização de ágio	514	514	514
6.01.01.18	Juros de ativos - Mútuos	0	0	-242
6.01.01.19	Provisão e atual. monetária: Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANPC	1.984	4.611	10.648
6.01.01.20	Impairment de ativos	0	37.744	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.368	-31.093	-17.834
6.01.02.02	Tributos a recuperar	4.641	-69	-3.729
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-185	-108	-134
6.01.02.04	Depósitos judiciais	82	9	2.576
6.01.02.05	Outros créditos	386	-228	886
6.01.02.06	Fornecedores	-229	-34	498
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	6.306	2.955	-5.123
6.01.02.08	Partes relacionadas	422	-82	39
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-382	105	319
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-1	0	-53
6.01.02.13	Outras contas a pagar	754	4.676	-6.647
6.01.02.15	Pagamento Acorde de leniência / Ex-executivos colaboradores / Não persecução Cível - ANPC	-23.162	-38.317	-6.466
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	291.298	486.984	-1.413.731

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-131	-1.227	-3.902
6.02.02	Aquisição de intangível	-15	-126	-93
6.02.03	Aplicações financeiras	-14.332	159	-123
6.02.05	Dividendos recebidos	273.541	449.499	41.001
6.02.06	Investimento em controladas - aportes de capital	-2.116	-7.817	-1.475.702
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	16.000	13.500	10.147
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	18.351	16.201	14.941
6.02.11	Investimento em controladas - venda de participação	0	16.795	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-204.082	-429.250	1.442.750
6.03.01	Dividendos pagos	-58.351	-5.277	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-960	-1.110.420	-241.057
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-144.771	-259.382	-15.144
6.03.04	Captação de debêntures	0	945.829	0
6.03.06	Partes relacionadas - mútuos	0	0	5.546
6.03.07	Aporte de Capital	0	0	1.693.405
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	38.402	-5.177	5.110
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.751	10.928	5.818
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	44.153	5.751	10.928

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-135.272	0	-135.272
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-135.272	0	-135.272
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	569.564	0	569.564
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	569.564	0	569.564
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	434.292	-434.292	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	434.292	-434.292	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.958	-58.352	0	-62.310
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.958	-58.352	0	-62.310
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	245.695	0	245.695
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	245.695	0	245.695
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	187.343	-187.343	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	187.343	-187.343	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.693.405	0	3.958	-5.277	0	1.692.086
5.04.01	Aumentos de Capital	1.693.405	0	0	0	0	1.693.405
5.04.06	Dividendos	0	0	3.958	-5.277	0	-1.319
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	372.042	0	372.042
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	372.042	0	372.042
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	278	-278	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	278	-278	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.668	-10.769	-13.858
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.668	-10.769	-13.858
7.03	Valor Adicionado Bruto	-9.668	-10.769	-13.858
7.04	Retenções	-2.496	-39.704	-6.048
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.982	-1.446	-1.326
7.04.02	Outras	-514	-38.258	-4.722
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-514	-514	-514
7.04.02.03	Acordos de Leniência/Ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível -ANPC	0	0	-4.208
7.04.02.04	Impairment de ativos	0	-37.744	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-12.164	-50.473	-19.906
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	756.183	486.219	534.262
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	750.120	477.284	507.373
7.06.02	Receitas Financeiras	5.178	7.989	26.077
7.06.03	Outros	885	946	812
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	885	946	812
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	744.019	435.746	514.356
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	744.019	435.746	514.356
7.08.01	Pessoal	29.728	19.482	11.745
7.08.01.01	Remuneração Direta	27.874	18.850	11.186
7.08.01.02	Benefícios	949	335	404
7.08.01.03	F.G.T.S.	905	297	155
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	144.727	163.227	130.569
7.08.03.01	Juros	140.278	156.175	119.302
7.08.03.02	Aluguéis	542	661	475
7.08.03.03	Outras	3.907	6.391	10.792
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	569.564	245.695	372.042
7.08.04.02	Dividendos	135.272	58.352	5.277
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	434.292	187.343	366.765

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.05	Outros	0	7.342	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	25.959.901	18.108.909	16.393.894
1.01	Ativo Circulante	5.185.647	2.066.402	2.593.505
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.524.241	1.379.459	2.070.271
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.524.241	1.379.459	2.070.271
1.01.02	Aplicações Financeiras	898.073	119.291	168.272
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	898.073	119.291	168.272
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	100.814	71.256	67.731
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	797.259	48.035	100.541
1.01.03	Contas a Receber	480.695	325.537	204.197
1.01.03.01	Clientes	480.695	325.537	204.197
1.01.06	Tributos a Recuperar	102.755	96.401	62.323
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	102.755	96.401	62.323
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.853	26.175	18.994
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	16.853	26.175	18.994
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	163.030	119.539	69.448
1.01.08.03	Outros	163.030	119.539	69.448
1.01.08.03.01	Outros Créditos	142.994	101.929	59.066
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	5	334	364
1.01.08.03.05	Outros créditos - Venda participação	20.031	17.276	10.018
1.02	Ativo Não Circulante	20.774.254	16.042.507	13.800.389
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.358.387	2.116.032	1.917.846
1.02.01.07	Tributos Diferidos	364.996	355.223	259.433
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	364.996	355.223	259.433
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	19	0	1.645
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.993.372	1.760.809	1.656.768
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	175.980	165.963	206.283
1.02.01.10.04	Outros créditos	48.835	14.961	17.585
1.02.01.10.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	137.952	113.728	75.101

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.01.10.06	Tributos a Recuperar	0	15.857	16.216
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda participação	3.255	20.156	41.297
1.02.01.10.08	Ativo sujeito à indenização	313.585	304.578	227.669
1.02.01.10.09	Outros créditos - Conta reserva - Poder Concedente	1.313.765	1.125.566	1.072.617
1.02.03	Imobilizado	436.161	391.636	434.860
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	436.161	391.636	434.860
1.02.04	Intangível	17.979.706	13.534.839	11.447.683
1.02.04.01	Intangíveis	17.979.706	13.534.839	11.447.683

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	25.959.901	18.108.909	16.393.894
2.01	Passivo Circulante	5.279.172	3.300.389	4.081.087
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	138.850	106.968	87.317
2.01.01.01	Obrigações Sociais	138.850	106.968	87.317
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	138.850	106.968	87.317
2.01.02	Fornecedores	457.500	281.774	220.801
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	457.500	281.774	220.801
2.01.02.01.01	Fornecedores	457.500	270.251	205.598
2.01.02.01.02	Risco Sacado	0	11.523	15.203
2.01.03	Obrigações Fiscais	258.419	120.441	71.725
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	258.419	120.441	71.725
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	158.019	45.385	18.076
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	100.400	75.056	53.649
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.709.547	2.250.024	3.208.626
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	126.103	106.979	1.353.123
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	126.103	106.979	1.353.123
2.01.04.02	Debêntures	3.512.589	2.091.793	1.837.935
2.01.04.02.01	Debêntures	3.512.589	2.091.793	1.837.935
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	70.855	51.252	17.568
2.01.04.03.01	Passivo de Arrendamento	70.855	51.252	17.568
2.01.05	Outras Obrigações	573.003	427.419	360.118
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	108.847	96.857	36.080
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	108.847	96.857	36.080
2.01.05.02	Outros	464.156	330.562	324.038
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	131.600	118.448	100.831
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	137.630	100.393	105.563
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	5.556	8.222	9.949
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	13.692	6.866	82.951

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	37.865	38.281	23.425
2.01.05.02.10	Dividendos a pagar	137.813	58.352	1.319
2.01.06	Provisões	141.853	113.763	132.500
2.01.06.02	Outras Provisões	141.853	113.763	132.500
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	95.295	94.792	95.143
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras	46.558	18.971	37.357
2.02	Passivo Não Circulante	17.694.469	12.289.840	9.982.769
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.445.382	9.395.318	6.776.812
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.336.495	1.888.302	1.530.145
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.336.495	1.888.302	1.530.145
2.02.01.02	Debêntures	11.991.483	7.403.938	5.238.418
2.02.01.02.01	Debêntures	11.991.483	7.403.938	5.238.418
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	117.404	103.078	8.249
2.02.01.03.01	Passivo de Arrendamento	117.404	103.078	8.249
2.02.02	Outras Obrigações	2.542.027	2.304.343	2.698.547
2.02.02.02	Outros	2.542.027	2.304.343	2.698.547
2.02.02.02.03	Obrigações com Poder Concedente	2.186.342	1.979.600	2.503.885
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	232.885	163.903	129.195
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	4.948	13.651	21.084
2.02.02.02.06	Acordo de Leniência	898	7.607	10.459
2.02.02.02.07	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	116.954	139.582	33.924
2.02.03	Tributos Diferidos	105.322	39.613	6.489
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	105.322	39.613	6.489
2.02.04	Provisões	601.738	550.566	500.921
2.02.04.02	Outras Provisões	601.738	550.566	500.921
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	228.428	228.905	206.728
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras	17.499	47.748	12.200
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	355.811	273.913	281.993

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.986.260	2.518.680	2.330.038
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	621.913	187.621	4.236
2.03.04.01	Reserva Legal	41.041	12.563	278
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	3.958
2.03.04.10	Orçamento de Capital	580.872	175.058	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	248.274	214.986	209.729

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.845.179	6.061.329	4.651.761
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.590.491	-4.134.658	-2.811.871
3.03	Resultado Bruto	3.254.688	1.926.671	1.839.890
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-472.045	-384.288	-271.962
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-307.789	-310.954	-278.582
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-164.256	-73.334	6.640
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	7.015	7.678	10.848
3.04.05.03	Acordo de Nao Persecução Cível - ANPC	0	0	-4.208
3.04.05.04	Impairment de ativos	-161.147	-81.012	0
3.04.05.05	Acordo de leniência	-10.124	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-20
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	0	0	-20
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.782.643	1.542.383	1.567.928
3.06	Resultado Financeiro	-1.501.912	-1.032.092	-915.454
3.06.01	Receitas Financeiras	382.396	347.062	247.697
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.884.308	-1.379.154	-1.163.151
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.280.731	510.291	652.474
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-684.099	-268.890	-285.212
3.08.01	Corrente	-628.163	-331.556	-287.003
3.08.02	Diferido	-55.936	62.666	1.791
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	596.632	241.401	367.262
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-7.342	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-7.342	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	596.632	234.059	367.262
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	569.564	245.695	372.042
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	27.068	-11.636	-4.780
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.99.01.01	ON	0,81878	0,36376	0,5826
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,81878	0,36376	0,5826

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	596.632	234.059	367.262
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	596.632	234.059	367.262
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	569.564	245.695	372.042
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	27.068	-11.636	-4.780

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.551.004	1.885.829	1.873.082
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.303.620	2.579.626	2.572.633
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	596.632	241.401	367.262
6.01.01.02	Lucro/(Prejuízo) das operações descontinuadas	0	-7.342	0
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	798.114	581.212	691.144
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	30.561	30.143	15.090
6.01.01.05	Capitalização de juros	-280.585	-252.577	-129.492
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	1.833.550	1.352.672	958.547
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	119.078	97.095	81.048
6.01.01.08	Provisão e atualização da provisão para manutenção	134.926	142.425	105.433
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-420	1.585	-1.880
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com Poder Concedente	278.306	257.456	286.631
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-9.551	-13.563	-3.738
6.01.01.12	Tributos diferidos	55.936	-62.666	-1.791
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	628.163	331.556	287.003
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-21.221	-54.424	-5.848
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação e equivalência patrimonial	-2.425	732	2.624
6.01.01.16	Impairment de ativos	161.147	81.012	0
6.01.01.17	Atualização monetária e Provisão Outras Contas a Pagar	15.676	0	0
6.01.01.18	Provisão direito reequilíbrio Ecosul	-51.436	-78.582	0
6.01.01.19	Provisão e atual. monetária: Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANPC	26.176	8.400	13.991
6.01.01.20	Atualização monetária Ativo sujeito a indenização	-9.007	-76.909	-93.391
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-752.616	-693.797	-699.551
6.01.02.01	Clientes	-154.738	-122.925	-18.710
6.01.02.02	Tributos a recuperar	9.503	-33.719	-4.525
6.01.02.03	Despesas antecipadas	9.305	-5.538	-1.109
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-466	53.883	6.537
6.01.02.05	Outros créditos	-74.941	-32.044	-29.927

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.02.06	Fornecedores e risco sacado	175.726	60.973	85.280
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	31.882	19.651	777
6.01.02.08	Partes relacionadas	12.319	60.807	25.829
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	25.344	21.407	445
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-37.180	-105.175	-38.113
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-132.046	-120.637	-260.833
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-143.245	-100.256	-90.470
6.01.02.13	Outras contas a pagar	90.553	29.538	11.930
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-515.529	-304.247	-293.897
6.01.02.15	Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores / Não Persecução Cível - ANPC	-49.103	-115.515	-92.765
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.817.695	-2.604.681	-3.468.200
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-219.540	-169.418	-81.739
6.02.02	Aquisição de intangível	-4.834.721	-2.516.242	-2.270.686
6.02.03	Aplicações financeiras	-749.224	52.506	-48.750
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	-32.561	12.272	-9.495
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	0	0	146
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	18.351	16.201	14.941
6.02.12	Outros Créditos - Conta reserva - ANTT - Ecovias do Araguaia	0	0	-1.072.617
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	4.411.473	28.040	2.323.170
6.03.01	Dividendos pagos	-58.351	-5.277	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.768.946	-2.858.509	-2.738.570
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.675.163	-1.337.693	-622.757
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	8.021.698	4.321.673	3.876.351
6.03.05	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-103.366	-96.837	-88.633
6.03.07	Aporte de Capital	0	0	1.693.405
6.03.08	Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101	-13.149	-12.210	-11.135
6.03.11	Aporte de Capital não controladores	8.750	16.893	214.509
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.144.782	-690.812	728.052

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.379.459	2.070.271	1.342.219
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.524.241	1.379.459	2.070.271

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694	214.986	2.518.680
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694	214.986	2.518.680
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-135.272	0	-135.272	6.220	-129.052
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	8.750	8.750
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-135.272	0	-135.272	-2.530	-137.802
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	569.564	0	569.564	27.068	596.632
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	569.564	0	569.564	27.068	596.632
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	434.292	-434.292	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	434.292	-434.292	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986	248.274	2.986.260

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309	209.729	2.330.038
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309	209.729	2.330.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.958	-58.352	0	-62.310	16.893	-45.417
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	16.893	16.893
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.958	-58.352	0	-62.310	0	-62.310
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	245.695	0	245.695	-11.636	234.059
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	245.695	0	245.695	-11.636	234.059
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	187.343	-187.343	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	187.343	-187.343	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694	214.986	2.518.680

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181	0	56.181
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181	0	56.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.693.405	0	-3.958	-5.277	0	1.684.170	214.509	1.898.679
5.04.01	Aumentos de Capital	1.693.405	0	0	0	0	1.693.405	214.509	1.907.914
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.958	-5.277	0	-9.235	0	-9.235
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	372.042	0	372.042	-4.780	367.262
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	372.042	0	372.042	-4.780	367.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	278	-278	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	278	-278	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	-3.680	0	0	2.112.393	209.729	2.322.122

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	9.571.175	6.714.674	5.281.455
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.989.990	4.114.641	3.463.568
7.01.02	Outras Receitas	130.655	111.062	654.453
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.450.530	2.488.971	1.163.434
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.619.508	-3.569.801	-2.159.352
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.352.424	-3.197.562	-1.797.485
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-130.842	-148.796	-147.321
7.02.04	Outros	-136.242	-223.443	-214.546
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.951.667	3.144.873	3.122.103
7.04	Retenções	-969.385	-662.224	-695.352
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-798.114	-581.212	-691.144
7.04.02	Outras	-171.271	-81.012	-4.208
7.04.02.03	Impairment de ativos	-161.147	-81.012	-4.208
7.04.02.04	Acordo de leniência	-10.124	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.982.282	2.482.649	2.426.751
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	389.411	354.740	258.525
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-20
7.06.02	Receitas Financeiras	382.396	347.062	247.697
7.06.03	Outros	7.015	7.678	10.848
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	7.015	7.678	10.848
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.371.693	2.837.389	2.685.276
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.371.693	2.837.389	2.685.276
7.08.01	Pessoal	591.299	500.505	440.488
7.08.01.01	Remuneração Direta	450.705	392.920	335.706
7.08.01.02	Benefícios	112.925	84.807	82.549
7.08.01.03	F.G.T.S.	27.669	22.778	22.233
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.273.853	698.792	700.360
7.08.02.01	Federais	967.875	484.286	490.482

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.02.02	Estaduais	1	0	3
7.08.02.03	Municipais	305.977	214.506	209.875
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.909.909	1.396.691	1.177.166
7.08.03.01	Juros	1.259.905	839.308	508.705
7.08.03.02	Aluguéis	25.601	17.537	14.015
7.08.03.03	Outras	624.403	539.846	654.446
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	596.632	234.059	367.262
7.08.04.02	Dividendos	135.272	58.352	5.277
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	434.292	187.343	366.765
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	27.068	-11.636	-4.780
7.08.05	Outros	0	7.342	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
2023



Relatório da Administração 2023

PERFIL

A EcoRodovias é um dos maiores grupos de concessões rodoviárias do Brasil, responsável pela operação de onze concessionárias que somam mais de 4.700 quilômetros de rodovias. Em 2023, trafegaram 542,9 milhões de veículos equivalentes pelas rodovias administradas pela EcoRodovias. Adicionalmente, o Grupo detém o Ecoporto, localizado no Porto de Santos.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A EcoRodovias é controlada pela ASTM S.p.A., por meio das participações diretas da Igli S.p.A (5,7%) e da Igli do Brasil Participações Ltda. (46,2%), totalizando 51,9% de participação no capital social da EcoRodovias. Os demais acionistas estão distribuídos e integram o capital social pela participação de 48,1% no *free float*. A ASTM é um *player* global no segmento de infraestrutura nos setores de concessões rodoviárias, engenharia, construção e tecnologia. Atualmente, é o segundo maior *player* em concessões rodoviárias do mundo, por meio da administração de 6.200 km na Itália, Brasil e Reino Unido.

A EcoRodovias tem suas ações listadas no segmento Novo Mercado, nível mais alto de governança corporativa da B3.

DESTAQUES 2023

OPERACIONAL / REGULATÓRIO

Em março, a EcoRioMinas iniciou a cobrança de pedágio em duas praças, em outubro, em sete e em dezembro, em três praças, bem como a desativação de três praças, conforme o contrato de concessão. Em 2023, a EcoRioMinas atingiu a arrecadação integral da receita de pedágio.

Em abril, a EcoNoroeste assinou o contrato de concessão com o poder concedente e em 01 de maio, iniciou a operação e cobrança de pedágio do trecho anteriormente operado pela AB Triângulo do Sol, cuja receita de pedágio representa cerca de 80% da receita de pedágio total prevista da concessionária. O início da cobrança de pedágio do trecho operado atualmente pela TEBE está previsto para março de 2025. Adicionalmente, em abril, houve o depósito da outorga fixa de R\$1.285,0 milhões.

Em junho, foi proferido despacho decisório, pelo Ministério de Portos e Aeroportos, mantendo a vigência do contrato de arrendamento do Ecoporto pelo prazo de 180 dias. Em dezembro, a Autoridade Portuária de Santos (“APS”) manteve, novamente, a vigência do contrato de arrendamento do Ecoporto por 180 dias até que seja definido uma política pública para destinação da área, podendo ser alterada, prorrogada ou revogada, a critério do poder concedente. Adicionalmente, o Ecoporto apresentou um plano de investimentos, conforme solicitação da APS, para a renovação do contrato de arrendamento.

Em junho, o Governo Federal publicou, por meio do Decreto nº 11.539, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, o enquadramento do empreendimento público federal da Rodovia BR-101/ES/BA (“Eco101”) para relicitação. Em agosto, a Eco101 e a ANTT celebraram o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, no entanto, com início da vigência em 180 dias a partir da data de publicação no Diário Oficial da União (31/08/2023). Adicionalmente, em fevereiro/24, a Eco101 e a ANTT celebraram o Quarto Termo Aditivo ao contrato de concessão a fim de prorrogar por mais 120 dias o prazo de suspensão da vigência do Terceiro Termo Aditivo (adesão à relicitação). O sobrestamento dá-se em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do contrato de concessão, conforme Portaria nº 848, do Ministério dos Transportes.

FINANCEIRO

Iniciamos 2023 com um cenário desafiador, caracterizado por um ambiente de restrições na concessão de crédito nacional. Apesar dessas adversidades, devido a qualidade dos nossos ativos, à nossa resiliência operacional e à excelência na execução dos projetos, conseguimos realizar captações financeiras por meio de debêntures, totalizando R\$7,6 bilhões em 2023.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em abril, os acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$58,4 milhões, os quais foram pagos em novembro.

ESG

Para orientar estrategicamente nossas iniciativas de sustentabilidade a médio e longo prazo, em 2023 estruturamos nossa Agenda ESG 2030. Aprovada pelo Conselho de Administração, essa agenda engloba 10 pilares fundamentais - nossas Vias da Sustentabilidade. Estes pilares representam os alicerces sobre os quais nos comprometemos a aprimorar nossa performance nos aspectos sociais, ambientais e de governança.

Em fevereiro, a EcoRodovias obteve a extensão para 2023 da Certificação Internacional ISO37001 – Sistema de Gestão Antissuborno. A certificação, conquistada em 2021, reafirma o compromisso da Companhia e de seus colaboradores em cumprir elevados padrões internacionais de integridade.

Em maio, a EcoRodovias foi classificada em 8º lugar no *ranking* Caliber ESG, consultoria internacional especializada em gestão de reputação corporativa, entre as empresas listadas no ISE da B3. O *ranking* baseia-se nas percepções da sociedade sobre aspectos de sustentabilidade.

Em junho, o MSCI ESG Ratings elevou a classificação da EcoRodovias de A para AA.

Em agosto, as ações da EcoRodovias foram incluídas na carteira do IDIVERSA - índice de diversidade da B3, que reúne 75 companhias listadas na B3.

Em dezembro, as ações da EcoRodovias integraram as carteiras do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, pelo décimo terceiro ano consecutivo e do ICO2 - Índice Carbono Eficiente da B3, pelo quarto ano consecutivo.

PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO 2023

Em 2023, a EcoRodovias intensificou o seu programa de transformação digital e inovação destinado à eficiência operacional e corporativa. No ano, a Companhia destaca:

Aumento da produtividade na gestão e operação:

A arrecadação de pedágio por meio eletrônico (AVI) cresceu 3,0 p.p. em 2023: 68,9% (vs. 65,9% em 2022).

A arrecadação de pedágio por autoatendimento e meios digitais cresceu 1,9 p.p. em 2023: 8,4% do total da receita de pedágio (vs. 6,5% em 2022).

No primeiro trimestre de 2023, a Companhia implantou um novo sistema de gestão de contratos de *capex* e *opex*. O novo sistema possui integração entre os módulos financeiros, gestão de projetos, planejamento estratégico e de riscos da Companhia, potencializando a gestão de dados e aumentando a eficiência dos processos internos.

Implantação de teste de sistema para pesagem de caminhões na velocidade da via (*HS WIM – High Speed Weight in Motion*), por meio de “*sandbox* regulatório” – ambiente regulatório experimental, na Ecovias do Cerrado em substituição aos postos de pesagem veiculares fixos. A iniciativa, pioneira no país, permite o aumento da eficiência operacional, facilita a fiscalização do excesso de cargas, garante maior fluidez e segurança aos usuários.

Implantação de teste/projeto de P&D de sistema *multi-lane free flow* na Ponte Rio-Niterói, por meio de Recurso para Desenvolvimento Tecnológico de concessões rodoviárias federais (Resolução ANTT nº 5.172).

Automatização de processos internos e externos:

Início da cobrança de eixos suspensos de caminhões não-vazios, por meio de integração com o MDF-e, na Ecovias do Araguaia em março/23, EcoRioMinas em agosto/23, EcoNoroeste e Eco050, em setembro/23, Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas, em outubro/23, e na Eco135 em dezembro/23. Previamente, a Ecovias do Cerrado iniciou a cobrança em novembro/22. O início da cobrança de eixos suspensos, por meio de integração



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

com o MDF-e, na Eco101 e Ecosul estão em análise pela Companhia, embora, os eixos suspensos de caminhões não-vazios sejam reequilibrados de acordo com os contratos de concessão.

Eficiência Energética:

Em 2023, a EcoRodovias instalou 20 usinas solares. Assim, a Companhia totalizou 30 usinas instaladas nas praças de pedágio da Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecosul, Eco135, Eco050, Ecovias do Cerrado e Ecovias do Araguaia. Até 2030, a EcoRodovias produzirá energia suficiente para suprir até 100% do consumo de energia de baixa tensão das praças de pedágio das concessionárias.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Concessões Rodoviárias:

Em 2023, o tráfego consolidado apresentou crescimento de 34,8% devido ao início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas (parcialmente em setembro/22, março/23, outubro/23 e dezembro/23), Ecovias do Araguaia em outubro/22 e EcoNoroeste (parcialmente em maio/23). Os veículos pesados apresentaram aumento de 40,9% e os veículos leves de 26,9%.

O tráfego consolidado comparável apresentou crescimento de 6,8%, sendo que os veículos pesados apresentaram crescimento de 6,1% e os veículos leves, 7,6%, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste.

A tarifa média consolidada apresentou aumento de 18,0% em 2023. Desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste, a tarifa média comparável apresentou aumento 10,6% em 2023.

Ecoporto Santos:

A operação de cais de contêineres apresentou crescimento de 10,4% em 2023 e a operação de armazenagem de contêineres, redução de 15,7%.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada atingiu R\$9.571,2 milhões em 2023, aumento de 42,5% em relação a 2022. Excluindo a receita de construção, a receita bruta ajustada atingiu R\$6.120,6 milhões, aumento de 44,8% em relação a 2022 devido, principalmente, ao crescimento do tráfego, reajustes das tarifas de pedágio e início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2023, os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$5.898,3 milhões, aumento de 32,7% em relação a 2022. Os custos caixa, excluindo a depreciação e amortização, provisão para manutenção e custos de construção apresentaram aumento de 22,6% em relação a 2022 devido, principalmente, ao início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste (detalhes sobre os custos comparáveis estão disponíveis nos Releases de Resultados Trimestrais, no *website* de Relações com Investidores: www.ecorodovias.com.br/ri).

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA atingiu R\$3.580,8 milhões em 2023, aumento de 68,6% em relação a 2022, devido ao crescimento do tráfego, reajustes das tarifas de pedágio e início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste. O EBITDA Ajustado atingiu R\$3.863,3 milhões, crescimento de 67,6%, excluindo a



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ecoRODOVIAS

receita e custo de construção, provisão para manutenção, *impairment* de ativos (não-caixa): Eco101 em 2023 (R\$161,1 milhões) e terrenos em 2022 (R\$81,0 milhões), *write-off* (terrenos) em 2023 (R\$19,3 milhões) (não-caixa), assim como o efeito retroativo “não-recorrente” do reajuste das tarifas de pedágio da Ecosul de 2021, em 2022. A margem EBITDA ajustada atingiu 71,6% em 2023.

EBITDA (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores	569,6	245,7	131,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	27,1	(11,6)	n.m.
Lucro Líquido	596,6	234,1	154,9%
(+) Lucro Líquido das Operações Descontinuadas	-	7,3	n.m.
Lucro Líquido Operações Continuadas	596,6	241,4	147,2%
(+) Depreciação e Amortização	798,1	581,2	37,3%
(+) Resultado Financeiro	1.501,9	1.032,1	45,5%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	684,1	268,9	154,4%
EBITDA¹	3.580,8	2.123,6	68,6%
(+) <i>Impairment</i> de ativos / <i>write-off</i> (não-caixa)	180,5	81,0	122,8%
(-) Efeito retroativo não-recorrente do reajuste da Ecosul de 2021	-	(12,9)	n.m.
(+) Provisão para Manutenção	102,0	113,3	-10,0%
EBITDA AJUSTADO²	3.863,3	2.305,0	67,6%
MARGEM EBITDA AJUSTADA²	71,6%	64,5%	7,1 p.p.

(1) EBITDA calculado conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

(2) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção, *impairment* de ativos / *write-off* e o efeito retroativo não-recorrente do reajuste tarifário da Ecosul de 2021.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou R\$1.501,9 milhões negativos em 2023, aumento de 45,5% em relação a 2022 devido, principalmente, ao incremento dos juros sobre debêntures em função do incremento do endividamento.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2023, a EcoRodovias apresentou lucro líquido destinado aos acionistas controladores de R\$569,6 milhões, crescimento de 131,8% em relação a 2022. O lucro líquido recorrente, excluindo o *impairment* de ativos (Eco101 e terrenos), *write-off* (terrenos), atualização monetária de Acordos, efeito retroativo “não-recorrente” do reajuste das tarifas de pedágio da Ecosul de 2021 e operação descontinuada, totalizou R\$777,2 milhões em 2023, aumento de 141,1% quando comparado com 2022.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias encerrou dezembro de 2023 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$4.560,3 milhões e dívida bruta de R\$17.966,7 milhões.

A dívida com o poder concedente era de R\$2.317,9 milhões em dezembro de 2023 devido, principalmente, à outorga da Eco135, que será paga até o final dessa concessão (junho/2048) e as obrigações da Ecovias do Araguaia.

A dívida líquida, desconsiderando os arrendamentos a pagar e a dívida com o poder concedente, encerrou o ano em R\$13.406,4 milhões. O indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 3,5x comparado a 4,3x em 2022.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide notas explicativas. Abaixo estão listadas as emissões de debêntures realizadas pelo Grupo EcoRodovias no ano de 2023:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em março, a Ecovias dos Imigrantes emitiu R\$900 milhões em debêntures, ao custo de CDI+2,0% a.a., pelo prazo de dois anos.

Em abril, a Ecopistas emitiu R\$1.180 milhões em debêntures incentivadas, em duas séries, a primeira no valor de R\$472 milhões, ao custo de IPCA+7,55% a.a., pelo prazo de sete anos e a segunda, no valor de R\$708 milhões, ao custo de IPCA+8,15% a.a., pelo prazo de 12 anos.

Em abril, a EcoNoroeste emitiu R\$1.400 milhões em debêntures, sendo R\$400 milhões subscritos pela IFC, ao custo de CDI+2,50% a.a., pelo prazo de 30 meses, para depósito da outorga fixa de R\$1.285,0 milhões.

Em maio, a Ecosul emitiu R\$140 milhões em debêntures, ao custo de CDI+2,20% a.a., pelo prazo de dois anos.

Em junho, a EcoRodovias Concessões e Serviços emitiu R\$650 milhões em debêntures, ao custo de CDI+2,65% a.a., pelo prazo de três anos.

Em agosto, a Eco135 emitiu R\$520 milhões em debêntures incentivadas, ao custo de IPCA+7,10% a.a. e vencimento em março de 2043.

Em setembro, a Ecovias do Cerrado emitiu R\$640 milhões em debêntures incentivadas, ao custo de IPCA+6,35% a.a. e vencimento em setembro de 2027.

Em setembro, a EcoRioMinas emitiu R\$400 milhões em debêntures, ao custo de CDI+2,05% a.a. e vencimento em março de 2025.

Em novembro, a EcoRodovias Concessões e Serviços emitiu R\$1,0 bilhão em debêntures em três séries: 1ª série: R\$220,0 milhões ao custo de CDI+1,85% a.a. e vencimento em outubro/2028; 2ª série: R\$600,0 milhões ao custo de CDI+2,35% a.a. e vencimento em outubro/2030; 3ª série: R\$180,0 milhões ao custo de IPCA+6,8285% a.a. e vencimento em outubro/2033.

Em dezembro, a EcoNoroeste emitiu R\$800 milhões em debêntures, ao custo de CDI+1,35% a.a. e vencimento em setembro/2025.

INVESTIMENTOS

Os investimentos, compostos pelo intangível/imobilizado e custo de manutenção, totalizaram R\$4.181,9 milhões em 2023. Os principais investimentos destinaram-se à: implantação de prédios operacionais (praças de pedágio e bases operacionais) e obras de conservação especial de pavimento na EcoRioMinas, obras de duplicação de 90 quilômetros e conservação especial de pavimento na Eco135 e obras de conservação especial de pavimento na Ecovias dos Imigrantes, Eco101, EcoNoroeste e Ecovias do Araguaia.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da EcoRodovias, listadas no Novo Mercado da B3 sob o código ECOR3, encerraram o ano cotadas a R\$9,42 com valorização de 113,9% em relação a 2022. O volume financeiro médio diário das ações da EcoRodovias negociadas em 2023 foi de R\$32,5 milhões. O total de ações ordinárias é de 696.334.224 ações e o valor de mercado em 31/12/2023 era de R\$6,6 bilhões.

Pelo 13º ano consecutivo, as ações da EcoRodovias fazem parte da carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3. A Companhia possui uma estrutura interna para analisar as melhores práticas das dimensões governança corporativa, ambiental, social, mudanças climáticas, financeiras e sustentabilidade, dentre outras avaliadas pelo índice, a fim de melhorar continuamente seu desempenho. O ISE busca informações e programas como inclusão de ESG (Ambiental, Social e Governança, na sigla em Inglês) nas estratégias dos negócios, nível de atenção à diversidade, bem como compromissos e resultados relacionados às questões climáticas.

As ações da EcoRodovias integram o Índice de Carbono Eficiente – ICO2 da B3, composto pelas ações das companhias participantes do índice IBrX 100 que adotam práticas transparentes em relação às suas emissões



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de gases de efeito estufa (GEE). Em agosto de 2023, as ações da EcoRodovias foram incluídas na carteira do IDIVERSA - índice de diversidade da B3, que reúne 75 companhias listadas na B3. O novo índice reconhece as companhias listadas que se destacam em diversidade e busca promover maior representatividade de grupos sub-representados no mercado (gênero feminino, pessoas negras e indígenas).

As ações da EcoRodovias integram os principais índices do mercado de ações brasileiro (IBrX 100, IBRA, IBXX, ICO2, IDIVERSA, IGCT, IGC, IGC-NM, ISE, ITAG, SMLL).

ATUAÇÃO ESG ECORODOVIAS

A EcoRodovias tem o compromisso de promover iniciativas que contribuam com o desenvolvimento sustentável garantindo a manutenção do negócio a longo prazo e auxiliando na construção de uma sociedade mais justa, economicamente viável e ambientalmente correta por meio de programas estruturados relacionados à Sustentabilidade. Mantém em suas diretrizes o foco no desenvolvimento sustentável por meio de sua Visão, Missão e Valores, tendo como princípios a ética, transparência, equidade, prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

A Companhia publica anualmente o Relatório Integrado, principal ferramenta para reportar indicadores ambientais, sociais e de governança com resultados alcançados em temas materiais, selecionados após consulta com os principais *stakeholders*. A adesão ao padrão do *Global Reporting Initiative* (GRI) - adotado desde 2009 em adição as diretrizes de Relato Integrado (<IR>) do *Value Reporting Council* - visa tornar mais clara a conexão ESG com o modelo de negócio da Companhia. A EcoRodovias acredita que parte de sua responsabilidade de criação de valor se faz no estabelecimento de uma relação de confiança com seus *stakeholders*.

Como reflexo dos esforços em manter padrões internacionalmente reconhecidos de Qualidade, Meio Ambiente e de Saúde e Segurança, todas as concessionárias da Companhia, com exceção das mais novas – EcoRioMinas e EcoNoroeste, possuem as certificações ISO 9001 (qualidade), ISO 14001 (meio ambiente), ISO 45001 (saúde e segurança) e ISO 39001 (segurança viária). Adicionalmente, a EcoRodovias possui a certificação internacional ISO 37001 - Sistema de Gestão Antissuborno.

A atuação ambiental, social e de governança da EcoRodovias é direcionada pela Política de Diretrizes de Sustentabilidade e por diretrizes internacionais como o Pacto Global das Nações Unidas. O Pacto Global é uma iniciativa desenvolvida com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios. A Companhia é signatária do Pacto desde 2014 e em 2020, tornou-se participante. Além disso, a Companhia aderiu, por meio de programas e metas, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a fim de contribuir para a melhoria dos padrões de vida da sociedade. A Companhia identificou os 5 ODS prioritários para o seu negócio, agindo de maneira ativa e direcionada para o atingimento desses objetivos.

Em 2023, a Companhia aprofundou a visão de sustentabilidade nos negócios. Com o entendimento consolidado de que uma sólida governança corporativa e a gestão sobre os riscos e oportunidades socioambientais são estratégicos para a longevidade e geração de valor nos negócios, iniciamos a construção da nossa Agenda ESG 2030 – nas Vias da Sustentabilidade, estruturada em 10 pilares. Para cada um deles, foram organizadas metas de médio prazo e de longo prazo, a serem alcançadas por meio de projetos e iniciativas transversais e que abrangem todos os negócios da EcoRodovias. Para a definição das metas, consideramos o potencial de contribuição dos nossos negócios para o alcance dos ODS. A agenda, aprovada pelo Conselho de Administração em fevereiro/24, é um amplo trabalho que contempla toda a Companhia, e que envolveu, inclusive, uma reorganização da estrutura de governança, com a criação da Diretoria de Sustentabilidade integrada à Diretoria de Finanças Corporativas.

A Companhia participa ainda de fóruns de Sustentabilidade, como o CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), associação civil sem fins lucrativos, que reúne diversas empresas para a promoção do desenvolvimento sustentável no país, pela articulação junto aos governos e sociedade civil. Ao



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ecoRODOVIAS

se associar a essa iniciativa, a EcoRodovias tem a possibilidade de participar das principais discussões sobre o tema no Brasil, contribuindo para a formulação de políticas e engajamento da sociedade.

Um reconhecimento importante da atuação ESG da EcoRodovias é a presença, pelo 13º ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Adicionalmente, as ações da Companhia foram incluídas na carteira do IDIVERSA – Índice de diversidade da B3. O objetivo do IDIVERSA é tornar os indicadores de diversidade visíveis e tangíveis para o mercado e gerar comparabilidade no desempenho das empresas. O novo índice, além de reconhecer as companhias listadas que se destacam em diversidade, busca promover maior representatividade de grupos sub-representados (gênero feminino, pessoas negras e indígenas) no mercado.

Abaixo, as principais iniciativas ESG da Companhia:

AMBIENTAL

Mudanças Climáticas

Para manter o reconhecimento na categoria Ouro do Programa Brasileiro *GHG Protocol*, a EcoRodovias mantém um intenso trabalho de identificação do nível de emissão de gases de efeito estufa por meio da realização de inventários de emissão que contempla todas as concessionárias do Grupo.

Desde 2013, a Companhia compensa todas as suas emissões diretas de escopo 1, pela compra de créditos de carbono certificados *REDD* e *MDL* e em 2023, as emissões de escopo 2 foram neutralizadas através da compra de certificados de energia limpa.

Ainda em 2023, a Companhia deu continuidade as ações do plano de descarbonização, buscando estabelecer iniciativas para reduzir significativamente as suas emissões de gases de efeito estufa até 2030, com destaque para a instalação de 20 usinas solares nas concessionárias do Grupo, totalizando 30 usinas instaladas e em operação, e a utilização de dois guinchos elétricos para testar a viabilidade dessa solução na Ecopistas e Ecovias dos Imigrantes.

CDP

A Companhia também responde ao CDP – *Disclosure, Insight, Action*, uma iniciativa promovida por investidores institucionais que consiste no envio de informações transparentes sobre governança climática pelas maiores empresas de capital aberto do mundo com o objetivo de adequar as futuras decisões de investimentos à economia de baixo carbono, com transparência das informações. Em 2023, a EcoRodovias obteve a pontuação B.

ICO2

A EcoRodovias está presente no ICO2 – Índice Carbono Eficiente da B3. Esse é um importante reconhecimento para as empresas que apresentam as melhores políticas e transparência relacionadas à gestão de carbono.

SOCIAL

A Companhia trabalha o tema social em duas frentes: público interno, com destaque para ações de diversidade, saúde e segurança voltadas para os colaboradores e público externo, com foco especial nas comunidades lindeiras e nos usuários das rodovias sob sua concessão.

Público interno

Livres e Iguais

A companhia é signatária do “Livres e Iguais” - Campanha global da ONU que tem o objetivo de lutar contra a homofobia e transfobia, promovendo direitos iguais e tratamento justo para pessoas LGBTQIAP+.



Diagnóstico de segurança

Em 2023, a Companhia realizou um diagnóstico da cultura e do modelo de gestão de segurança em todas as nossas concessões. O trabalho envolveu entrevistas com colaboradores e fornecedores, observações de campo, avaliação de documentos e ferramentas de gestão. A partir dos resultados do diagnóstico, estruturamos o programa Segurança Sempre e o planejamento estratégico de segurança 2024-2026, que prevê uma série de ações estruturadas em seis frentes para fortalecer a cultura e melhorar a performance em segurança operacional da Companhia.

Outras informações sobre as iniciativas voltadas à gestão de pessoas da EcoRodovias podem ser encontradas na seção “Gestão de Pessoas” deste relatório.

Público externo

Em relação ao público externo, em 2023, a EcoRodovias investiu R\$15,8 milhões em projetos de responsabilidade social incentivados, além de R\$1,8 milhão em investimento social privado em oito estados brasileiros. Esses projetos são relacionados às áreas de cultura, cuidado com os idosos, melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes, incentivo ao esporte, sendo os mais relevantes:

Projetos com incentivos fiscais

Ecoviver

Criado em 2006, o projeto tem o objetivo de sensibilizar professores e alunos de escolas públicas para o desenvolvimento de um novo olhar sobre o território em que vivem, abordando questões como sustentabilidade, segurança viária e melhoria da qualidade de vida. Também promove reflexão e debate sobre questões da atualidade, por meio de intervenções artísticas na escola, na comunidade ou no bairro, estimulando a criatividade e fomentando a arte e a cultura. Em 2023, o projeto beneficiou 24 mil alunos e 828 professores em 259 escolas públicas de 20 cidades em oito estados. Desde sua implementação, o projeto já beneficiou mais de 574 mil estudantes e mais de 21.800 mil professores em oito estados.

De Bem com a Via

Com um foco socioeducativo, o projeto consiste em um caminhão itinerante de teatro que atende crianças, adolescentes e moradores de regiões em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa é focada em conscientizar o público infantil sobre cuidados para segurança nas estradas, de forma lúdica e divertida. Após os espetáculos são realizadas atividades de vivência em uma minipista, onde as crianças podem colocar em prática tudo o que aprenderam. Em 2023, o projeto foi realizado em sete cidades, totalizando 136 sessões de teatro para um público de 4.730 espectadores.

Projetos com recursos próprios

Projeto Viveiro de Mudanças

Criado em 2008, o projeto é realizado com objetivo de capacitar jovens com deficiência intelectual. O viveiro de mudas une a necessidade de produzir mudas para compensação ambiental, ao trabalho de responsabilidade social da empresa. As mudas nativas da Mata Atlântica são utilizadas em projetos paisagísticos e na compensação ambiental das obras. Em 2018, foi reconhecido mundialmente no prêmio “Boas práticas de empregabilidade para trabalhadores com deficiência”, promovido pela Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), na categoria “Protagonismo” por contribuir com a mudança na vida dos profissionais que fazem parte do programa. Em 2023, o Viveiro de Mudanças completou 15 anos de existência e distribuiu 1.421 mudas nativas para ações de plantio e educação ambiental.

Com o trabalho do Viveiro de Mudanças, quase 5 milhões de metros quadrados de áreas verdes foram reflorestadas e foram implantadas mais de 15 quilômetros de cercas vivas de sansão-do-campo, espécie utilizada em ações



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de segurança viária para impedir a travessia de pedestres pelas rodovias e evitar atropelamentos. Ao longo de 15 anos, foram produzidas mais de 1 milhão de mudas, utilizadas em paisagismos e para o replantio de espécies nativas da Mata Atlântica em áreas de preservação ambiental.

Programa Capacitar

Criado em 2012, o Programa proporciona qualificação profissional e gratuita para aumentar a empregabilidade e a inclusão social de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social no entorno das rodovias. Em 2015, obteve o reconhecimento pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), e foi incluso no 1º relatório com 19 casos de sucesso em modelos de negócio inclusivo de alta performance em desenvolvimento. Em 2023, o projeto capacitou 48 pessoas e a EcoRodovias contratou sete.

Desde 2012 foram capacitadas mais de 700 pessoas em situação de vulnerabilidade social, dentre eles moradores das comunidades lindeiras, reeducandos do sistema prisional, refugiados, PCDs jovens e população trans.

Papai Noel Existe

O projeto tem a missão de transformar todos os colaboradores e parceiros de negócios da EcoRodovias em ajudantes do Papai Noel. Desde 2006, substituiu os tradicionais presentes e cartões de Natal que eram enviados a fornecedores e funcionários por um convite para responder uma carta escrita por uma criança para a figura tradicional do Natal.

No projeto, os voluntários escrevem a carta de Natal e a EcoRodovias doa os presentes escolhidos. Temos como premissa a escolha de brinquedos sustentáveis e educativos, para auxiliar crianças no desenvolvimento motor, intelectual, visual e auditivo. Atendemos, em 2023, mais de 30 mil crianças de 126 instituições em 52 cidades, em oito estados do Brasil. Desde o início da campanha, cerca de 225 mil crianças já foram atendidas e presenteadas com os brinquedos no Natal.

Iniciativas e campanhas apoiadas pelo Grupo EcoRodovias

Programa Na Mão Certa

A EcoRodovias participa do Programa na Mão Certa desde 2016, tendo a primeira unidade do Grupo aderido ao Programa em 2007. Ao longo dos anos, as demais unidades aderiram ao programa e, hoje, 100% do Grupo é adepto ao Na Mão Certa. Essa iniciativa reforça o comprometimento com o Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras.

A EcoRodovias tem dedicado seus canais internos e externos de comunicação para disseminar informações e orientar seus colaboradores, fornecedores e parceiros sobre como atuar como um agente de proteção de crianças e adolescentes na prevenção e no enfrentamento de possíveis ocorrências de exploração sexual.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2023, a EcoRodovias buscou aprimorar ainda mais suas práticas de governança corporativa e de Compliance observando referências de mercado, sempre com o intuito de aprofundar o entendimento da perspectiva dos investidores aos seus valores de integridade e sustentabilidade na condução e estratégia dos negócios.

Demonstrando que esses valores da Companhia estão integrados com sua estratégia de negócios, a Companhia buscou ser protagonista e liderar pelo exemplo na incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança em sua estratégia, inserindo temas relevantes como incentivo à Diversidade e Inclusão, participação em treinamentos obrigatórios de Compliance e redução da emissão de poluentes no meio ambiente.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ecorODOVIAS

Assim, manteve e aprimorou a incorporação de indicadores ESG como parte da apuração das metas corporativas de seus colaboradores para 2023, demonstrando o propósito claro de impactar positivamente a sociedade, com foco no sólido relacionamento com seus *stakeholders* e boas práticas de governança corporativa.

Em alinhamento com as diretrizes para Conselheiros Independentes observadas pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), ingressou ao Conselho de Administração da EcoRodovias uma especialista na área de sustentabilidade, o que contribui também para o aprimoramento da agenda ESG no âmbito do mais importante órgão de governança da organização.

Ademais, a Companhia realizou em 2023 uma reestruturação em seu modelo de Governança Corporativa, incorporando ao modelo as Comissões temáticas, que têm por objetivo apoiar a Diretoria Executiva no aprofundamento da avaliação de riscos, oportunidades, impactos e planos de ação que garantam o alcance dos objetivos estratégicos de temas relevantes específicos, bem como, poderá direcionar o tratamento de tais temas aos comitês de assessoramento e ao próprio Conselho de Administração.

Dentro das melhores práticas adotadas pela Companhia, merece destaque o programa de Gestão de Riscos, Controles Internos, Segurança da Informação e LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) que durante os últimos anos adotou diversas iniciativas para aperfeiçoamento da governança, considerando diretrizes e responsabilidades a serem observadas pelo Grupo, de forma a realizar a identificação, avaliação, priorização, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos. Ainda como parte do progressivo amadurecimento das práticas de integridade do Grupo sobreveio a consolidação da Diretoria de Riscos e Compliance, proporcionando maior sinergia e eficiência entre as áreas.

Destaca-se também ao longo de 2023 a manutenção da certificação ISO 37001 - Sistema de Gestão Antissuborno para as *holdings* do Grupo (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.), bem como ações de disseminação do Programa de Ética, com destaque para as visitas realizadas pelo time de Compliance para todas as unidades de negócios do Grupo e o treinamento anual de Compliance realizado para os membros do Conselho de Administração.

Na EcoRodovias, o objetivo da governança é contribuir de forma contínua para a criação de valor para seus acionistas, respeitando os relacionamentos com os *stakeholders* com transparência, credibilidade e impacto positivo na sociedade.

Dessa forma, a Companhia segue acreditando que a adoção e fortalecimento das boas práticas de governança contribuirá para o sucesso, sustentabilidade e a prosperidade de seus negócios.

GESTÃO DE PESSOAS

O principal objetivo em gestão de pessoas é contribuir para o alcance dos resultados da EcoRodovias, pelo engajamento, desenvolvimento, saúde e bem-estar dos colaboradores, além da promoção de um ambiente diverso, equânime e inclusivo, alinhado às melhores práticas de gestão, que proporcione a geração de ideias inovadoras e que possam alavancar os resultados do Grupo. Em 2023, nossa atuação foi baseada em quatro principais frentes de atuação: implantação de novos negócios, desenvolvimento humano e organizacional, diversidade, equidade e inclusão e saúde e bem-estar.

Ao longo do ano, integramos uma nova concessão rodoviária ao Grupo, a EcoNoroeste, além de expandirmos as operações da EcoRioMinas, gerando novas admissões e oportunidades de emprego nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Na agenda de Desenvolvimento Humano, nosso objetivo foi identificar os talentos existentes nas diversas áreas, aprimorar as habilidades técnicas e comportamentais dos nossos colaboradores e manter um grupo de sucessores preparados para assumir novas posições. Em maio, concluímos a Avaliação de Competências e Sucessão, que permitiu a identificação de talentos, profissionais chave e sucessores, assim como contribuiu para direcionar ações e planos de retenção e desenvolvimento, mitigando riscos de perda de profissionais e



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ecorODOVIAS

preparando a Companhia para o crescimento. A partir dos resultados encontrados, estabelecemos uma série de iniciativas e programas de formação para nossos colaboradores. Foram investidas mais de 156 mil horas de treinamentos, sendo mais de 15 mil horas de capacitação dedicadas apenas para a liderança.

Concluímos a 1ª edição do programa de “Desenvolvimento de Influenciadores” que tem como público-alvo os Controladores Operacionais das nossas concessões, responsáveis pelo compartilhamento de conhecimentos e formação dos demais colaboradores dos times operacionais. Nesse programa, buscamos estimular o autoconhecimento e aprimorar as habilidades de inovação e criatividade, comunicação assertiva, inteligência emocional, relações de confiança e *feedback*, influência sem autoridade, além de letramento sobre diversidade, equidade e inclusão.

Lançamos a Academia de Negócio “Jornada de Aprendizagem GAC” - programa focado na Gerência de Administração de Contratos, área estratégica para gestão das nossas concessões rodoviárias, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento dos profissionais dessa área.

Realizamos a 4ª edição do “Construindo o Futuro” que tem como objetivo acelerar prontidão de potenciais colaboradores para a primeira liderança. Foram 26 colaboradores capacitados e destes, 12 já foram promovidos, sendo 8 para posições de liderança.

Alinhada a estratégia de Transformação Digital, líderes da Companhia participaram de encontros e atividades sobre metodologias e ferramentas para impulsionar a transformação, com foco na eficiência organizacional por meio do protagonismo das equipes. Nos *workshops* foram abordados temas como orientação a dados, metodologia ágil, gestão da mudança e *mindset* digital. Capacitamos também os colaboradores dos *squads* do Programa de Transformação Digital e Inovação corporativo em ferramentas e metodologias ágeis, para contribuir com o desenvolvimento de estudos e implementações de iniciativas estratégicas de agilidade e eficiência organizacional. Vale destacar a “*Tech Friday*”, programa com o objetivo de trazer as principais tendências tecnológicas, por meio de treinamentos e palestras, para suportar a capacitação digital dos nossos times táticos. Realizamos também a 3ª edição da “Semana da Carreira” vinculada a agenda de Transformação Digital, destacando os temas: desafios da agilidade, protagonismo e habilidades do profissional do futuro.

Em dezembro, promovemos o Seminário de Líderes com objetivo de compartilhar os principais resultados obtidos em 2023 e também alinhar as expectativas e estratégias para 2024, com foco na Agenda ESG 2030, Segurança do Trabalho e Transformação Digital.

Com o intuito de valorizar nossa cultura – o Nosso Jeito Eco de Ser - e reforçar nossos diferenciais como marca empregadora, lançamos a Campanha de Reconhecimento “Jeito Eco de Ser”. Por meio de um aplicativo desenvolvido para a campanha, os colaboradores indicaram outros profissionais que transmitem nossos valores (colaboração, ética, foco em resultados, iniciativa e sustentabilidade) em suas relações de trabalho. O momento proporcionou reflexão e inspiração, consolidando o compromisso com o fortalecimento da nossa cultura.

Visando aprofundar o entendimento sobre a percepção dos nossos colaboradores nos temas de Inovação e Carreira, em abril, aplicamos para a liderança uma pesquisa sobre Inovação. No tema de Carreira, em maio realizamos uma pesquisa para todos os colaboradores, sendo que o principal desafio identificado está na percepção dos colaboradores sobre as expectativas de carreira.

Na agenda de diversidade, equidade e inclusão obtivemos significativos avanços. Por meio do programa “Caminho para Todos”, ações e metas específicas impulsionaram a promoção de equipes diversificadas e de alto desempenho. Atuamos ativamente em processos seletivos mais diversos e inclusivos e, conseqüentemente, os indicadores sobre o tema apontaram avanços na busca pelo equilíbrio racial, com destaque para o aumento de negros na empresa de 40% para 44%. No pilar de Mulheres, a EcoRodovias fechou em 53% de mulheres no quadro de colaboradores, um aumento de 3 p.p. em relação a 2022, além de manter o indicador de 30% de mulheres em posições de liderança. No pilar LGBTQIAP+, foi observado o aumento no número de profissionais transexuais distribuídas entre as unidades de negócio.

Para impulsionar a diversidade entre as lideranças, realizamos em 2023 duas ações estratégicas – o Programa de Trainees Afirmativo - Talentos Negros, com vagas dedicadas exclusivamente para pessoas pretas e pardas



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

recém-formadas, e o Programa de Aceleração de Carreiras, com foco na preparação de novas lideranças, adaptadas para cada grupo de afinidade (mulheres, raça, LGBTQIAP+ e profissionais com deficiência). Com essas iniciativas, buscamos dar celeridade à preparação de colaboradores que, conectados ao Nosso Jeito Eco de Ser, possam estar preparados para serem promovidos para posições de liderança.

Ao longo de 2023, também realizamos diferentes ações de capacitação e treinamento com foco no tema de Diversidade, Equidade e Inclusão. Destaca-se o programa direcionado para a Diretoria, que reuniu esses profissionais em um curso presencial sobre o tema: O papel da alta liderança na construção de uma cultura inclusiva. Já nos meses de celebração das diferenças (março, julho, setembro e novembro), convidamos especialistas para a realização de palestras e rodas de conversa com nossos colaboradores.

Para o público LGBTQIAP+, um dos principais avanços foi a equalização dos critérios para concessão da licença parental. Lançada em julho de 2023 (Mês do Orgulho), a nova política concede 180 dias de licença para o principal responsável pela criança e 20 dias para o parceiro homoafetivo – independentemente do gênero do requisitante. Assim, contemplamos um importante benefício para todas as constituições familiares, com acolhimento e respeito.

Com foco no desenvolvimento dos Operadores de Pedágio e Controladores Operacionais que atuam nas concessões, lançamos em 2023 o “Destaca +”. Neste programa definimos os principais indicadores para avaliar a produtividade e o desempenho desses profissionais, que são recompensados com pontos que podem ser trocados por itens ou serviços em uma plataforma parceira.

No tema de saúde e bem-estar dos nossos colaboradores aprimoramos o Ecovida. Com o apoio de empresas parceiras e especialistas, desenvolvemos diferentes ações e iniciativas para promover a saúde integral e o atendimento às diversas necessidades das pessoas. O portfólio de produtos oferecidos aos colaboradores está dividido em quatro pilares, relacionados a aspectos físicos e psicológicos que podem influenciar na vida dos nossos profissionais.

Por fim, em novembro implantamos a primeira fase do “RH Digital”, importante projeto estruturante que teve como objetivo a avaliação, substituição da plataforma tecnológica e a revisão de processos de Recursos Humanos, com um olhar direcionado para a transformação digital e agilidade. Nesse projeto, diversas atividades transacionais como solicitação de férias, movimentações funcionais e rescisões de contratos de trabalho, passaram a ser centralizadas em uma plataforma totalmente digital, segura e acessível, inclusive por meio de *smartphones*. As melhorias e inovações implementadas aprimoram a experiência dos nossos colaboradores, proporcionando mais autonomia e interação mais fluida com nossas ferramentas, evidenciando nosso compromisso contínuo com a eficiência operacional e a excelência em gestão de talentos.

A Companhia encerrou o ano com 5.450 colaboradores distribuídos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul e Tocantins.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. foi contratada para prestação dos seguintes serviços no exercício de 2023: (i) Serviços relacionados à auditoria externa: (i.a) Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); (i.b) Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*); (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: (ii.a) Procedimentos Previamente Acordados das controladas Ecoponte e Eco050; (ii.b) Carta Conforto (“*Comfort Letter*”) no âmbito da 2ª emissão de debêntures da controlada Ecovias do Cerrado; e (ii.c) Consultoria de benefícios fiscais da Lei do Bem para as controladas Ecorodovias Concessões e Serviços, Ecopistas, Eco101 e Eco050. A prestação dos serviços contratados não relacionados à auditoria externa está de acordo com a Política de Contratação de Auditoria Externa aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, e não caracteriza conflito de interesse ou perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. Os honorários consolidados pagos no exercício de 2023 totalizaram R\$6.886,0 mil e o valor



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ecoRODOVIAS

dos honorários não relacionados à auditoria externa perfaz R\$1.423,9 mil, representando 20,7% do total de honorários pagos no exercício de 2023.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2023.

São Paulo, 13 de março de 2024.

A Administração

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura”, “Companhia” ou “EIL”) é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”. A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionados às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui onze concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) distribuídos em oito estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. As principais informações sobre os Contratos de Concessão das controladas da Companhia estão descritas na Nota 21. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo – SP. A controladora final do Grupo EcoRodovias, é a Aurélia S.r.l., localizada na cidade de Tórtona – Itália.

As controladas diretas e indiretas da Companhia (“Grupo EcoRodovias”) estão sumarizadas na Nota 11.

Em 11 de março de 2024, o Comitê de Auditoria, analisou e se manifestou favoravelmente a estas Demonstrações Financeiras e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 12 de março de 2024.

a) Visão ASG – Ambiental, Social e Governança (*ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês*)

Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos.

Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia e suas controladas não adotarem medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir as novas concessões, os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

b) Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios do Grupo EcoRodovias.

Notas Explicativas

c) Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

d) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para o Grupo.

Notas Explicativas

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”).

2.2. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 11 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 3.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica “Receitas financeiras” (Nota 27).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas Explicativas

O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Os contratos de concessão das controladas da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota 13.e Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base em cada contrato de concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos nas rodovias administradas pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da

Notas Explicativas

transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

As controladas EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste possuem mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito a um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio.

As controladas EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia e EcoNoroeste também possuem mecanismos de retenção sobre a receita bruta auferida, para ser utilizado eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais, de acordo com cada contrato de concessão (vide Nota 9.a).

g) Arrendamento

A Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia e suas controladas sejam os arrendatários, exceto passivos de arrendamentos de curto prazo (definidos como passivo de arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) da Companhia e suas controladas, individualmente.

h) Alteração de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante.

Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IFRS 16 – "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma

Notas Explicativas

que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“*supplier finance arrangements – SFAs*”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

(a) Os termos e condições dos acordos SFAs;

(b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.

(c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i).

(d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras norma contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

i) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui mais nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

j) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida

Notas Explicativas

são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

k) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

l) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladoras reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia e suas controladas após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.b. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13.e).

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão das controladas diretas e indiretas da Companhia e suas características estão descritas na Nota 21.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial

Notas Explicativas

de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos Contratos de Concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões, exceto da controlada direta Ecoporto Santos S.A., onde a Companhia anteriormente considerava o prazo de concessão assumindo a renovação, mas em função da alta probabilidade de não renovação, passou a considerar o prazo final da concessão sem a sua renovação. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPCo1 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis), sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Conforme descrito na Nota 3.e, o Grupo capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida individualmente em cada concessionária, dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que variam entre 8,65% e 11,05% ao ano (8,42% e 10,86% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022), pois são calculados individualmente para cada concessionária do Grupo EcoRodovias. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost*

Notas Explicativas

of Capital - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota 21.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	8	38	46.222	34.371
Equivalentes de caixa:				
Fundo de investimento (a)	43.995	4.350	2.409.739	934.261
Operações compromissadas (b)	-	1.179	166.843	76.637
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	870.507	323.976
Aplicações automáticas (d)	150	184	30.930	10.214
	<u>44.153</u>	<u>5.751</u>	<u>3.524.241</u>	<u>1.379.459</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor.

Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundos. (Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 93,1% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (84,8% em 31 de dezembro de 2022), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 101,4% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% em 31 de dezembro de 2022), sem o risco de perda significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

Notas Explicativas

O aumento expressivo nos saldos de “Caixa e equivalentes de caixa”, deve-se às novas emissões de debêntures e liberações de empréstimos, conforme evidenciado nas Notas 15 e 16.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cotas Fundo BTG CDB Plus (a)	14.264	224	781.224	48.035
Cotas Fundo – FIDC_ECO (b)	292	-	16.035	-
	<u>14.556</u>	<u>224</u>	<u>797.259</u>	<u>48.035</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitidas pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remuneradas à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária.

O aumento expressivo nesta rubrica, deve-se às novas emissões de debêntures e liberações de empréstimos, conforme evidenciado nas Notas 15 e 16.

- (b) Em 31 de dezembro de 2023, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO

As aplicações financeiras – conta reserva, são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento (a)	184.184	135.886
Certificado de depósito bancário (CDB) (b)	53.257	47.975
Conta corrente – Reserva (c)	1.325	1.123
	<u>238.766</u>	<u>184.984</u>
Circulante	100.814	71.256
Não circulante	137.952	113.728

- (a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 98,7% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,4% em 31 de dezembro de 2022).
- (b) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é remunerado a taxa média ponderada de 83,5% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (89,2% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- (c) Saldo em Conta Corrente Reserva, referente a movimentação em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Não há remuneração aplicável para Conta Corrente Reserva.

As aplicações financeiras – conta reserva, refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras – conta reserva, por estarem vinculadas aos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e/ou Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Ecopistas, Eco101, Ecoponte, Eco050, Eco135 e Ecovias do Araguaia, e Ecoporto Santos para garantia CETESB.

Notas Explicativas

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pedágio eletrônico (a)	385.456	239.969
Receitas acessórias (b)	12.116	2.331
Recebíveis de portos (c)	20.094	33.978
Outras contas a receber (d)	45.746	36.812
Venda de terrenos e fibra óptica (e)	24.416	20.000
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (f)	(7.133)	(7.553)
	<u>480.695</u>	<u>325.537</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.
- (d) Representados, substancialmente, por (a) serviços prestados aos usuários relativos as tarifas de pedágio recebidas nas modalidades “cartão de débito” e “cartão de crédito” das concessionárias; (b) acordo judicial realizado com a empresa Telefonica na controlada Ecopistas; e (e) receita armazenada das controladas Ecoporto, Termares e Ecopátio.
- (e) Representado, substancialmente, por venda de terrenos e fibra óptica da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
- (f) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	477.009	322.037
Vencidos:		
Até 30 dias	4.859	5.625
De 31 a 90 dias	918	827
De 90 a 120 dias	176	259
Acima de 120 dias	4.866	4.342
	<u>487.828</u>	<u>333.090</u>

A movimentação do exercício nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	(7.553)	(5.968)
Valores recuperados	3.514	2.637
Valores baixados	354	-
Constituição de PECLD	(3.448)	(4.222)
Saldo no fim do exercício	<u>(7.133)</u>	<u>(7.553)</u>

Notas Explicativas

9. OUTROS CRÉDITOS – CONSOLIDADO

a) Outros Créditos poder concedente

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ecovias do Araguaia (a)	1.301.050	1.123.688
EcoRioMinas (b)	7.999	1.878
EcoNoroeste (c)	4.716	-
	<u>1.313.765</u>	<u>1.125.566</u>

- a) Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica “Obrigações com Poder Concedente”, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a conta vinculada passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado à título de “receita de aplicação financeira” é de R\$119.897, líquido de IRRF e IOF (R\$37.628 em 31 de dezembro de 2022).

Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão; e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão.

- b) Refere-se à cláusula 12.2 do contrato de concessão – 4% de retenção sobre a receita bruta auferida para ser utilizado eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais.
- c) Conforme cláusula 34 e apêndice D do Contrato de Concessão da controlada, 8,5% da Receita Tarifária depositada na Conta Bancária Centralizadora deve ser transferido à título de Outorga Variável, na seguinte proporção: (a) 20% do valor deverá ser transferido à “Conta DUF”, o que corresponde a 1,7% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora; e (b) 80% do valor deverá ser transferido a “Conta Inadimplência”, o que corresponde a 6,8% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora. Tais valores serão destinados à Compensação dos Descontos de Usuário Frequente – DUF, e à Compensação de Inadimplência de usuários do sistema Free Flow. Conforme o caso e disponibilidade de recursos, os montantes depositados nas contas DUF e Inadimplência, poderão ser utilizados para outros reequilíbrios econômico-financeiros reconhecidos em favor da Concessionária, como forma de garantir a solvência da SPE e a sustentabilidade da concessão.

b) Ativo sujeito a indenização

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo financeiro	313.585	304.578
Residual Ativo Imobilizado	19	21.792
	<u>313.604</u>	<u>326.370</u>

Em 31 de dezembro de 2020, em virtude de aspectos regulatórios do Contrato de Concessão da controlada Ecoporto Santos, em que a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (“SNPTA”), do Ministério da Infraestrutura indeferiu o pleito de prorrogação do Contrato sem prejuízo do direito de reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêneres e outros ativos, a controlada reconheceu um ativo financeiro, correspondente à parcela de atualização monetária e remuneração sobre os valores dos ativos que serão reversíveis. A mensuração foi realizada de acordo com as premissas estabelecidas na Nota Técnica da ANTAQ 3/2015/STN/SEAE/MF, que prevê uma taxa WACC regulatória de 10% a.a. acrescida da variação do IGP-M, e previsão de recebimento da indenização de seis meses a um ano após o final do contrato de concessão, correspondendo em dezembro de 2023 ao valor de R\$315.308.

Notas Explicativas

Considerando os critérios estabelecidos no CPC12, o valor foi ajustado a valor presente na data-base de 31 de dezembro de 2020, representando o valor total de R\$234.056, sendo que o valor residual de R\$99.778 estava demonstrado na rubrica “Ativo Imobilizado”, assim foi constituído um ativo financeiro de R\$134.278 (R\$129.152 líquido de PIS/COFINS). Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado é de R\$313.604 (sendo R\$19 o valor residual demonstrado na rubrica “Ativo Imobilizado” e R\$313.585 no ativo financeiro).

Considerando os 2 aditivos contratuais e a extensão do prazo de concessão até junho de 2024, a Companhia passou a “amortizar” o ativo financeiro em virtude da utilização dos referidos investimentos nas operações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 o valor amortizado foi de R\$6.944.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

Natureza:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cível	-	70	20.305	14.037
Tributário	-	-	5.597	4.062
Trabalhista	5	15	13.329	18.838
Desapropriações	-	-	27.316	25.648
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i>	-	-	95.339	89.760
Órgão Regulador (a)	-	-	14.094	13.618
	5	85	175.980	165.963

(a) Tratam-se de depósitos em garantia das controladas Ecovias e Ecopistas, realizados em ações anulatórias movidas em face da Artesp e que discutem a aplicabilidade de multa administrativa em decorrência de possível descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de concessão. As controladas entendem que as multas não são devidas, e para possibilitar a discussão da matéria e obter a suspensão da exigibilidade do pagamento até o final do processo, foram apresentados depósitos judiciais em garantia.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota 23 Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias.

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	85	91	165.963	206.283
Adições	5	-	9.944	30.365
Baixas	(87)	(9)	(9.478)	(84.248)
Atualização monetária	2	3	9.551	13.563
Saldo no fim do exercício	5	85	175.980	165.963

Notas Explicativas**11. INVESTIMENTOS**

a) Controladora

	Controladas diretas							
	Valores das investidas		Percentual de		Investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2023		participação direta - %					
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	3.207.489	744.049	100	100	3.207.489	2.617.471	744.049	456.073
Ecoporto Santos S.A.	372.858	(32.042)	100	100	372.858	404.900	(32.042)	90.750
ELG-01 Participações Ltda. (a)	-	(531)	-	100	-	21.106	(531)	(45.271)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	12.611	16.212	100	100	12.611	(3.601)	16.212	(19.849)
EIL-01 Participações S.A.	402	30	100	100	402	380	30	27
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel (c)	-	-	-	100	-	-	-	244
EILo4 S.A.	-	-	100	100	-	-	-	-
EILo6 S.A.	9	(2)	100	-	9	1	(2)	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	51.386	22.352	100	100	51.386	45.034	22.352	(4.742)
Lucros não realizados Eco101	(735)	52	-	-	(735)	(787)	52	52
					<u>3.644.020</u>	<u>3.084.504</u>	<u>750.120</u>	<u>477.284</u>

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

	31/12/2022	Dividendos propostos	Redução de capital	Aporte de capital	Aporte Capital com Investimentos	Equivalência patrimonial	31/12/2023
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a) e (b)	2.617.471	(176.712)	-	1.956	20.725	744.049	3.207.489
Ecoporto Santos S.A.	404.900	-	-	-	-	(32.042)	372.858
ELG-01 Participações Ltda. (a)	21.106	-	-	150	(20.725)	(531)	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	(3.601)	-	-	-	-	16.212	12.611
EIL 01 Participações S.A.	380	(8)	-	-	-	30	402
EIL04 S.A.	-	-	-	-	-	-	-
EIL06 S.A.	1	-	-	10	-	(2)	9
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	45.034	-	(16.000)	-	-	22.352	51.386
Lucros não realizados - Eco101	(787)	-	-	-	-	52	(735)
	<u>3.084.504</u>	<u>(176.720)</u>	<u>(16.000)</u>	<u>2.116</u>	<u>-</u>	<u>750.120</u>	<u>3.644.020</u>

- (a) Em 31 de maio de 2023, a Companhia realizou aporte de capital na controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., mediante a conferência de bens, nos termos do Art. 8º da Lei 6.404/76, consistente no acervo líquido da ELG 01 Participações Ltda., no montante de R\$20.725, conforme laudo de avaliação emitido pela APSIS Consultoria e Avaliações Ltda. Em 22 de novembro de 2023, a controlada direta realizou a incorporação reversa da ELG 01 Participações Ltda, em sua controlada indireta Anish Empreendimentos e Participações Ltda, passando esta a ser controlada indiretamente pela Companhia.
- (b) Em 15 de dezembro de 2023, a Companhia, realizou aporte de capital na controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., mediante a conferência de bens, com a consequente cessão e transferência definitiva de 90% da propriedade do imóvel de matrícula 45.951 do 2º Registro de Imóveis de Pelotas – RS, do cartório de registro de imóveis da 2ª zona de Pelotas – RS, pelo valor residual de R\$1.956.

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

	31/12/2021	Dividendos e juros sobre capital próprio proposto	Aporte de capital	Baixa	Redução de capital	Equivalência patrimonial	31/12/2022
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	2.573.583	(412.185)	-	-	-	456.073	2.617.471
Ecoporto Santos S.A.	309.150	-	5.000	-	-	90.750	404.900
ELG-01 Participações Ltda.	63.912	-	2.465	-	-	(45.271)	21.106
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	16.248	-	-	-	-	(19.849)	(3.601)
EIL 01 Participações S.A.	366	(13)	-	-	-	27	380
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel (c)	16.200	-	350	(16.794)	-	244	-
EILo4 S.A.	-	-	-	-	-	-	-
EILo5 S.A. (c)	-	-	1	(1)	-	-	-
EILo6 S.A.	-	-	1	-	-	-	1
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	63.276	-	-	-	(13.500)	(4.742)	45.034
Lucros não realizados - Eco101	(839)	-	-	-	-	52	(787)
	3.041.896	(412.198)	7.817	(16.795)	(13.500)	477.284	3.084.504

- (c) Em 25 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a transferência da totalidade das ações detidas pela Companhia no capital social das empresas (i) Concessionária do Rodoanel Norte S.A. (“Ecorodoanel”); e (ii) EILo5 S.A., para sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., pelos seus valores contábeis na data-base de 30 de abril de 2022, conforme laudo de avaliação emitido pela APSIS Consultoria e Avaliações Ltda, sendo R\$16.794 e R\$1, respectivamente.

Notas Explicativas

- b) Os saldos dos ágios na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2023</u>	
Ágio – Ecosul	1.669	(514)	1.155	
	<u>1.669</u>	<u>(514)</u>	<u>1.155</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>Amortização</u>	<u>Impairment</u>	<u>31/12/2022</u>
Ágio – Ecosul	2.183	(514)	-	1.669
Mais Valia – Anish	37.744	-	(37.744)	-
	<u>39.927</u>	<u>(514)</u>	<u>(37.744)</u>	<u>1.669</u>

- c) Dividendos a receber:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Propostos</u>	<u>Recebidos</u>	<u>31/12/2023</u>
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	273.541	176.712	(273.541)	176.712
EIL-01 Participações S.A.	15	8	-	23
	<u>273.556</u>	<u>176.720</u>	<u>(273.541)</u>	<u>176.735</u>

Notas Explicativas

d) A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2023:

	ATIVO	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	PASSIVO	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido
<u>Controladas diretas</u>							
EILO1 Participações	427	427	-	427	25	-	402
Ecorodovias Concessões	8.214.563	1.944.353	6.270.210	8.214.563	1.472.016	3.535.058	3.207.489
Ecoporto Santos	591.403	166.444	424.959	591.403	71.857	146.688	372.858
Termares	52.650	38.837	13.813	52.650	35.855	4.184	12.611
EILO4	-	-	-	-	-	-	-
EILO6	9	9	-	9	-	-	9
Ecopátio	59.137	23.983	35.154	59.137	4.602	3.149	51.386
<u>Controladas indiretas</u>							
CECM	12.687	12.179	508	12.687	2.143	6.538	4.006
Ecosul	624.259	147.951	476.308	624.259	299.948	215.802	108.509
Ecovias	3.137.216	242.980	2.894.236	3.137.216	1.612.932	1.105.047	419.237
RDC	16.300	15.626	674	16.300	11.426	4.457	417
Ecopistas	1.740.696	144.317	1.596.379	1.740.696	89.942	1.223.309	427.445
Eco101	1.776.053	73.030	1.703.023	1.776.053	196.280	501.399	1.078.374
Ecoponte	713.677	56.283	657.394	713.677	50.042	502.902	160.733
Eco050	2.105.216	99.796	2.005.420	2.105.216	149.580	1.029.771	925.865
Ecoriominas	1.492.019	187.819	1.304.200	1.492.019	197.868	456.089	838.062
Eco135	2.588.920	214.142	2.374.778	2.588.920	293.432	2.021.255	274.233
Eco do Cerrado	1.386.697	339.190	1.047.507	1.386.697	56.665	700.200	629.832
EcoNoroeste	2.510.790	1.026.287	1.484.503	2.510.790	148.281	2.202.029	160.480
Ecovias do Araguaia	4.670.207	463.558	4.206.649	4.670.207	206.135	2.439.170	2.024.902
Holding do Araguaia	2.322.847	34.657	2.288.190	2.322.847	109.250	1.504.246	709.351
Argovias	949.790	23.925	925.865	949.790	14.269	-	935.521
EILO5	9	9	-	9	-	-	9
Anish	32.893	1.989	30.904	32.893	297	331	32.265

Notas Explicativas

	Receita Líquida	Custos dos Serviços Prestados	Lucro/ (prejuízo) Bruto	Despesas gerais e adm.	Amortização investimentos	Outras receitas/ (despesas), líquidas	Equivalência patrimonial	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes do Resultado financeiro	Resultado financeiro	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes dos impostos	Imposto de renda e contribuição social	Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício
Controladas diretas												
EILO1 Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	(10)	30
Ecorodovias Concessões	353.565	(226.136)	127.429	(61.320)	(14.391)	24.639	1.126.912	1.203.269	(459.220)	744.049	-	744.049
Ecoporto Santos	235.008	(218.197)	16.811	(40.501)	-	394	-	(23.296)	(6.563)	(29.859)	(2.183)	(32.042)
Termares	65.503	(52.767)	12.736	(11.192)	-	311	-	1.855	14.992	16.847	(635)	16.212
EILO6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EILO4	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)	-	(2)
Ecopátio	52.406	(20.551)	31.855	(6.255)	-	660	-	26.260	1.922	28.182	(5.830)	22.352
Controladas indiretas												
CECM	-	-	-	(2.178)	-	1	-	(2.177)	(338)	(2.515)	-	(2.515)
Ecosul	518.637	(256.928)	261.709	(20.403)	-	144	-	241.450	(47.418)	194.032	(66.268)	127.764
Ecovias	1.730.497	(660.828)	1.069.669	(83.909)	-	121	-	985.881	(196.926)	788.955	(259.027)	529.928
RDC	-	-	-	(4.818)	-	(10.123)	-	(14.941)	669	(14.272)	-	(14.272)
Ecopistas	493.010	(220.352)	272.658	(25.619)	-	3	-	247.042	(104.399)	142.643	(36.037)	106.606
Eco101	439.747	(438.903)	844	(22.438)	-	(161.148)	-	(182.742)	(54.543)	(237.285)	-	(237.285)
Ecoponte	189.578	(93.607)	95.971	(15.366)	-	-	-	80.605	(39.377)	41.228	(11.042)	30.186
Eco050	579.204	(396.662)	182.542	(18.022)	-	39	-	164.559	(73.563)	90.996	(30.932)	60.064
Ecoriominas	1.567.547	(1.164.843)	402.704	(36.774)	-	(5)	-	365.925	19.627	385.552	(117.192)	268.360
Eco135	1.092.547	(872.888)	219.659	(17.372)	-	-	-	202.287	(149.790)	52.497	(17.926)	34.571
Eco do Cerrado	401.204	(317.069)	84.135	(15.723)	-	14	-	68.426	(6.678)	61.748	(15.910)	45.838
EcoNorroeste	630.280	(276.144)	354.136	(16.861)	-	30	-	337.305	(135.392)	201.913	(67.588)	134.325
Ecovias do Araguaia	888.044	(575.039)	313.005	(24.633)	-	(10)	-	288.362	(17.111)	271.251	(82.470)	188.781
Holding do Araguaia	-	-	-	(814)	(1.357)	-	188.781	186.610	(109.273)	77.337	-	77.337
Argovias	-	-	-	(18)	-	-	60.064	60.046	28	60.074	(2)	60.072
EILO5	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)	-	(2)
ELG01	-	-	-	(30)	-	-	(1.463)	(1.493)	5	(1.488)	-	(1.488)
Anish	59	-	59	(1.625)	-	(19.299)	(404)	(21.269)	22	(21.247)	28.954	7.707
Paquetá	-	-	-	(397)	-	-	-	(397)	(6)	(403)	(1)	(404)

Notas Explicativas**12. IMOBILIZADO**Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

a) Controladora

	<i>Hardware</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Terrenos	Benfeitorias/Instalações	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	7,9	7,3	9,0	-	-	5,1	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2022	2.370	533	516	1.896	60	6.707	12.082
Adições	74	-	9	-	-	48	131
Baixas	-	-	-	(1.896)	(60)	-	(1.956)
Saldos em 31/12/2023	2.444	533	525	-	-	6.755	10.257
DEPRECIÇÃO							
Saldos em 31/12/2022	(1.805)	(188)	(110)	(1.214)	-	(3.614)	(6.931)
Adições	(191)	(39)	(47)	(69)	-	(371)	(717)
Baixas	-	-	-	1.283	-	-	1.283
Saldos em 31/12/2023	(1.996)	(227)	(157)	-	-	(3.985)	(6.365)
RESIDUAL							
Em 31/12/2023	448	306	368	-	-	2.770	3.892
Em 31/12/2022	565	345	406	682	60	3.093	5.151

	<i>Hardware</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Terrenos	Benfeitorias/Instalações	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	7,7	10,7	3,1	4,0	-	6,1	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2021	2.159	681	54	1.896	60	6.424	11.274
Adições	161	92	-	-	-	974	1.227
Baixas	(16)	-	-	-	-	(403)	(419)
Transferências	66	(240)	462	-	-	(288)	-
Saldos em 31/12/2022	2.370	533	516	1.896	60	6.707	12.082
DEPRECIÇÃO							
Saldos em 31/12/2021	(1.622)	(158)	(49)	(1.138)	-	(3.263)	(6.230)
Adições	(177)	(52)	(16)	(76)	-	(380)	(701)
Transferências	(6)	22	(45)	-	-	29	-
Saldos em 31/12/2022	(1.805)	(188)	(110)	(1.214)	-	(3.614)	(6.931)
RESIDUAL							
Em 31/12/2022	565	345	406	682	60	3.093	5.151
Em 31/12/2021	537	523	5	758	60	3.161	5.044

Notas Explicativas

b) Consolidado

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	10,3	17,9	7	-	4,1	1,1	9,8	11	5,1	-
CUSTO										
Saldos em 31/12/2022	563.293	338.589	33.198	27.298	82.416	253.489	18.925	58.859	9.512	1.385.579
Adições	173.567	28.369	4.303	3.537	-	1.815	3.017	4.880	52	219.540
Baixas	(4.326)	(3.686)	(172)	(22.767)	-	(696)	(738)	(173)	(372)	(32.930)
Transferências	(119)	151	99	-	(1.896)	1.896	43	36	(36)	174
Saldos em 31/12/2023	732.415	363.423	37.428	8.068	80.520	256.504	21.247	63.602	9.156	1.572.363
DEPRECIÇÃO										
Saldos em 31/12/2022	(388.727)	(235.245)	(19.829)	-	(58.014)	(244.936)	(15.137)	(25.931)	(6.124)	(993.943)
Adições	(66.522)	(62.665)	(2.478)	-	(3.288)	(2.681)	(1.940)	(6.754)	(464)	(146.792)
Baixas	148	2.504	155	-	1.283	455	738	-	372	5.655
Transferências	4	(1.129)	3	-	-	-	-	-	-	(1.122)
Saldos em 31/12/2023	(455.097)	(296.535)	(22.149)	-	(60.019)	(247.162)	(16.339)	(32.685)	(6.216)	(1.136.202)
RESIDUAL										
Em 31/12/2023	277.318	66.888	15.279	8.068	20.501	9.342	4.908	30.917	2.940	436.161
Em 31/12/2022	174.566	103.344	13.369	27.298	24.402	8.553	3.788	32.928	3.388	391.636

Notas Explicativas

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	7,8	15,1	6,8	-	4,9	1	9,7	11,7	6,8	-
CUSTO										
Saldos em 31/12/2021	482.907	334.295	27.964	108.406	96.178	258.716	26.390	45.816	20.760	1.401.432
Adições	119.139	20.478	8.241	-	2	965	1.375	18.167	1.051	169.418
Baixas	(39.984)	(15.944)	(3.665)	(96)	(13.764)	(6.192)	(8.840)	(5.124)	(12.011)	(105.620)
<i>Impairment</i>	-	-	-	(81.012)	-	-	-	-	-	(81.012)
Transferências	1.231	(240)	658	-	-	-	-	-	(288)	1.361
Saldos em 31/12/2022	563.293	338.589	33.198	27.298	82.416	253.489	18.925	58.859	9.512	1.385.579
DEPRECIÇÃO										
Saldos em 31/12/2021	(387.930)	(192.941)	(20.623)	-	(61.009)	(244.846)	(21.947)	(23.831)	(13.445)	(966.572)
Adições	(39.523)	(49.508)	(1.983)	-	(3.998)	(2.628)	(1.775)	(5.835)	(608)	(105.858)
Baixas	38.763	6.556	2.780	-	6.993	4.036	8.582	3.171	7.900	78.781
Transferências	(37)	648	(3)	-	-	(1.498)	3	564	29	(294)
Saldos em 31/12/2022	(388.727)	(235.245)	(19.829)	-	(58.014)	(244.936)	(15.137)	(25.931)	(6.124)	(993.943)
RESIDUAL										
Em 31/12/2022	174.566	103.344	13.369	27.298	24.402	8.553	3.788	32.928	3.388	391.636
Em 31/12/2021	94.977	141.354	7.341	108.406	35.169	13.870	4.443	21.985	7.315	434.860

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

a) Controladora

	<i>Software de terceiros</i>	Direito de Uso - CPC06 (R2) (c)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	3,6	-	-
CUSTO			
Saldos em 31/12/2022	1.321	2.288	3.609
Adições	15	1.800	1.815
Saldos em 31/12/2023	1.336	4.088	5.424
AMORTIZAÇÃO			
Saldos em 31/12/2022	(1.160)	(2.057)	(3.217)
Adições	(48)	(1.217)	(1.265)
Saldos em 31/12/2023	(1.208)	(3.274)	(4.482)
RESIDUAL			
Em 31/12/2023	128	814	942
Em 31/12/2022	161	231	392

	<i>Software de terceiros</i>	Outros Intangíveis	Direito de Uso - CPC06 (R2) (c)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	3,9	-	-	-
CUSTO				
Saldos em 31/12/2021	1.195	73	2.288	3.556
Adições	126	-	-	126
Baixa	-	(73)	-	(73)
Saldos em 31/12/2022	1.321	-	2.288	3.609
AMORTIZAÇÃO				
Saldos em 31/12/2021	(1.111)	-	(1.361)	(2.472)
Adições	(49)	-	(696)	(745)
Saldos em 31/12/2022	(1.160)	-	(2.057)	(3.217)
RESIDUAL				
Em 31/12/2022	161	-	231	392
Em 31/12/2021	84	73	927	1.084

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	7,7	-	4,1	(d)	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2022	15.659.992	8.561	215.384	2.848.591	1.979	268.976	19.003.483
Adições	2.244.012	-	34.295	2.882.919	-	104.010	5.265.236
Baixas	(273)	-	(49)	(2.964)	-	(6.575)	(9.861)
Impairment (e)	(161.147)	-	-	-	-	-	(161.147)
Transferências	1.082.960	-	1.604	(1.084.357)	(381)	-	(174)
Saldos em 31/12/2023	18.825.544	8.561	251.234	4.644.189	1.598	366.411	24.097.537
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2022	(5.178.479)	(6.756)	(167.541)	-	(1.138)	(114.730)	(5.468.644)
Adições	(555.543)	(514)	(17.981)	-	(66)	(77.218)	(651.322)
Baixas	-	-	-	-	-	1.013	1.013
Transferências	1.129	-	(7)	-	-	-	1.122
Saldos em 31/12/2023	(5.732.893)	(7.270)	(185.529)	-	(1.204)	(190.935)	(6.117.831)
RESIDUAL							
Em 31/12/2023	13.092.651	1.291	65.705	4.644.189	394	175.476	17.979.706
Em 31/12/2022	10.481.513	1.805	47.843	2.848.591	841	154.246	13.534.839

Notas Explicativas

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	6,7	-	3,8	(d)	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2021	14.498.797	8.561	192.009	1.658.686	2.878	87.215	16.448.146
Adições	614.238	-	31.042	2.367.632	381	181.761	3.195.054
Baixas	(626.864)	-	(7.929)	(2.283)	(1.280)	-	(638.356)
Transferências	1.173.821	-	262	(1.175.444)	-	-	(1.361)
Saldos em 31/12/2022	15.659.992	8.561	215.384	2.848.591	1.979	268.976	19.003.483
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2021	(4.769.581)	(6.242)	(161.346)	-	(1.071)	(62.223)	(5.000.463)
Adições	(408.979)	(514)	(13.287)	-	(67)	(52.507)	(475.354)
Baixas	2	-	6.877	-	-	-	6.879
Transferências	79	-	215	-	-	-	294
Saldos em 31/12/2022	(5.178.479)	(6.756)	(167.541)	-	(1.138)	(114.730)	(5.468.644)
RESIDUAL							
Em 31/12/2022	10.481.513	1.805	47.843	2.848.591	841	154.246	13.534.839
Em 31/12/2021	9.729.216	2.319	30.663	1.658.686	1.807	24.992	11.447.683

- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2023, as principais adições nesta rúbrica referem-se a: ônus da Concessão da controlada Econoroeste no montante de R\$1.284.988, consultorias e implantações de início da Concessão (Econoroeste), pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros
- (b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2023 foram de 3,10% a.a. (2,81% a.a. em 31 de dezembro de 2022).
- (c) As principais adições na rúbrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referem-se as duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, e capitalização de encargos.
- (d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos.

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram capitalizados R\$280.585 referentes a encargos financeiros (R\$252.577 em 31 de dezembro de 2022) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, individualmente em cada concessionária.

(e) *Impairment*

A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor em uso das controladas foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: (a) WACC para concessionárias de rodovia: 10,21% a.a. (13,32% a 25,68% antes dos impostos, de acordo com o fluxo de cada concessionária); e (b) WACC para Ecoporto Santos e Ecopátio: 10,62% a.a. (22,27% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício no montante de R\$161.147 relativo à sua controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas Explicativas

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Consolidado				
	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	31/12/2023
Realização do ágio na incorporação:					
Ecosul	1.178	-	(362)	816	(362)
Ecopátio	2.024	-	(289)	1.735	(289)
Argovias	14.045	-	-	14.045	-
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	15.177	6.182	(1.335)	20.024	4.847
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	314.875	27.050	(14.780)	327.145	12.270
Provisão para manutenção	81.095	32.370	(33.210)	80.255	(840)
AVP ônus concessão	30.017	26.924	(27.080)	29.861	(156)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	483	58	(184)	357	(126)
Efeitos Lei nº 12.973/14 - extinção RTT	(31.752)	-	3.316	(28.436)	3.316
Depreciação societária	(1.532)	-	-	(1.532)	-
Juros capitalizados	(87.196)	(58.017)	(1.345)	(146.558)	(59.362)
Direito reequilíbrio	(24.140)	(15.801)	-	(39.941)	(15.801)
Outros	1.336	944	(377)	1.903	567
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	315.610	19.710	(75.646)	259.674	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					(55.936)

- (a) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: Ecorodovias Concessões e Serviços, Termares, Eco050, Eco135 e EcoRioMinas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. não efetuou o registro de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, devido a mudanças na expectativa de recuperabilidade. Porém, mesmo não havendo o registro contábil, fiscalmente o direito ao crédito permanece e não em data de expiração, conforme determina a legislação brasileira. Em havendo novamente expectativa de recuperabilidade futura, a Companhia procederá com o registro contábil.

Notas Explicativas

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a companhia possui em 31 de dezembro de 2023 R\$364.996 no ativo não circulante e R\$105.322 no passivo não circulante (R\$355.223 no ativo circulante e R\$39.613 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022), e registrou débito de R\$55.936 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das controladas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	41.675
2024	4.507	86.502
2025	(5.324)	8.662
2026	78.399	24.640
2027	13.897	26.429
2028	27.602	14.328
A partir de 2029 (b)	140.593	113.374
	<u>259.674</u>	<u>315.610</u>

- (b) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados a amortização de ágio (direito de concessão), ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, ajuste do RTT (Regime Tributário de Transição) e juros capitalizados e serão amortizados em prazos razoáveis antes do término de cada concessão.

Notas Explicativas**b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social**

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	569.564	253.037	1.280.731	510.291
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(193.652)	(86.033)	(435.449)	(173.499)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(5.132)	(5.854)
Gratificações/PPR diretores	(1.291)	(222)	(3.170)	(1.998)
Equivalência patrimonial	255.041	162.277	-	-
Despesas indedutíveis	(6)	(153)	(241)	(502)
Amortização de ágio	(175)	(175)	14.528	34.937
Impairment	-	(12.833)	(54.790)	(12.833)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	3.309	2.261
Créditos tributários não constituídos (a)	(57.460)	(63.918)	(229.331)	(167.216)
Baixa créditos tributários anos anteriores	-	-	14.711	-
Operações descontinuadas	-	2.496	-	2.496
Acordo Leniência/Não Persecução Cível	(674)	(1.568)	(22.127)	(2.856)
Capitalização juros s/investimentos	-	-	25.228	46.013
Outros	(1.783)	129	8.365	10.161
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(684.099)	(268.890)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(628.163)	(331.556)
Impostos diferidos (b)	-	-	(55.936)	62.666
Taxa efetiva	-	-	53,4%	52,7%

(a) São compostos pelas controladas ECS, Ecoporto Santos, Termares, CECM, RDC, Holding do Araguaia e Eco101.

(b) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços não constituiu ativos fiscais diferidos em virtude do prazo de realização do mesmo ultrapassar período razoável.

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	45.385	18.076
Despesa IR/CS DRE	628.163	331.556
Total de IR/CS pagos	(515.529)	(304.247)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	158.019	45.385

Notas Explicativas**15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO**

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda nacional:					
Finem (a)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45%a.a.	-	9.637
Finem (a)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45%a.a.	-	10.834
Finem (b)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84%a.a.	115.646	131.702
Finem (b)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84%a.a.	179.202	196.247
Finem (c)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48%a.a.	51.735	54.880
Finem (c)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	111.969	118.423
Finem (c)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	62.155	64.831
BNDES (d)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	341.780	349.807
BDMG (e)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	100.938	103.294
FINISA – CEF (f)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	298.111	305.684
FDCO – CEF (g)	Eco050	04/2036	7,5% a.a.	136.249	147.110
BNDES (h)	Eco135	06/2043	IPCA TLP + 3,49% a.a.	578.568	487.643
Finame (i)	Eco135	07/2026	IPCA TLP +3,40%a.a.	3.189	3.165
Finame (i)	Eco135	09/2026	IPCA TLP+3,40% a.a.	90	88
Finame (i)	Eco135	07/2026	IPCA TLP +3,40%a.a.	5.449	5.408
Finame (i)	Eco135	12/2026	IPCA TLP+4,08% a.a.	6.519	6.528
Finem (j)	Ecovias do Araguaia	09/2051	IPCA + TLP + 2,58% a.a.	267.677	-
CCB - FNO (k)	Ecovias do Araguaia	07/2046	IPCA + 2,50830% a.a.	203.321	-
				2.462.598	1.995.281
Circulante				126.103	106.979
Não circulante				2.336.495	1.888.302

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	117.478
2025	127.403	123.443
2026	144.533	129.472
2027	152.057	134.637
2028	163.639	145.631
Posteriores a 2028	1.748.863	1.237.641
	2.336.495	1.888.302

A movimentação do exercício dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	1.995.281	2.883.268
Adições	533.390	626.647
Encargos financeiros (Nota 27)	198.805	222.452
Pagamento principal	(109.783)	(1.405.290)
Pagamento de juros	(155.095)	(331.796)
Saldo no fim do exercício	2.462.598	1.995.281
Circulante	126.103	106.979
Não circulante	2.336.495	1.888.302

Notas Explicativas

As principais adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão descritas a seguir:

Companhia	Modalidade	Montante
Ecovias do Araguaia	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	271.505
	BASA – Banco da Amazônia	206.363
Eco135	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	68.916

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Passivo Total $\geq 20\%$; (ii) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (ICSD) $\geq 1,20$; e (iii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,0$. Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Contrato encerrado em fevereiro de 2023.	Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios
(b)	Eco101	BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Ativo Total $\geq 20\%$; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq 1,30$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Penhor das ações da Beneficiária e Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.
(c)	Ecoponte	BNDES	Beneficiária: (i) Patrimônio Líquido ajustado/Passivo Total $\geq 20\%$; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq 1,30$; Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei estando inadimplente com os referidos índices. Interveniente: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,00$	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.
(d)	ECO050	BNDES	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.
(e)	ECO050	BDMG	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.
(f)	ECO050	Caixa/ FINISA	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.

Notas Explicativas

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(g)	ECO050	FDCO	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.
(h)	Eco135	BNDES	Beneficiária: ICSD $\geq 1,3$ / PL Ajustado AT Ajustado $\geq 20\%$ Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,75$ Após o <i>completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei estando inadimplente com os referidos índices.	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.
(i)	Eco135	Santander	Não exigem manutenção de índices	Alienação do bem.
(j)	Ecovias do Araguaia	BNDES	EBITDA ajustado Medição iniciará em 2026 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq 1,30$ Medição iniciará em 2033	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Bancária.
(k)	Ecovias do Araguaia	BASA	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq 1,30$ Medição iniciará em 2026	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Bancária.

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“*covenants*”). Os referidos índices são medidos semestralmente ou anualmente conforme cada contrato, com base na Demonstrações Financeiras de cada período ou exercício. Conforme demonstrado abaixo, as controladas da Companhia estão adimplentes com os índices financeiros (“*covenants*”) dos referidos contratos, exceto pelo “ICSD – índice de cobertura do serviço da dívida”, da controlada Eco101, em virtude do registro do *impairment*, descrito na Nota 13.e). O não cumprimento do referido índice não gera vencimento antecipado da dívida, apenas limita a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório por lei de 25%.

A Companhia apresenta a seguir os índices financeiros exigidos e medidos em 31 de dezembro de 2023.

<u>Índices financeiros Eco101 (b)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	$\geq 1,30$	(0,95)
(ii) Patrimônio líquido /ativo total	$\geq 20\%$	60,72%
<u>Índices financeiros Ecofonte (c)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido ajustado/passivo total	$\geq 20\%$	23,87%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	$\geq 1,30$	1,93
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	$\leq 4,00$	3,48
<u>Índices financeiros Eco050 (d, e, f, g)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Beneficiária: ICSD – Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq 1,20$	2,07
(ii) Beneficiária: Patrimônio Líquido / Ativo Total	$\geq 20\%$	44,66%
(iii) Interveniente: Dívida líquida/EBITDA ajustado	$\leq 4,00$	3,48

Notas Explicativas

<u>Índices financeiros Eco135 (h)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Cobertura de dívida	≥ 1,30	1,9
(ii) Patrimônio líquido ajustado/ativo total ajustado	≥ 20%	40,47%
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	≤ 4,75	3,48
<u>Índices financeiros Ecovias do Araguaia (j,k)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	≤ 5,50	3,31

As controladas da Companhia estão adimplentes com as demais cláusulas restritivas dos referidos contratos.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as controladas possuíam créditos não utilizados no contratos de financiamento, conforme descrito abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Eco101	457.152	457.152
Eco050	115.486	115.486
Eco135	472.315	541.231
Ecovias do Araguaia	<u>3.143.084</u>	<u>-</u>
	<u>4.188.037</u>	<u>1.113.869</u>

Notas Explicativas

16. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Ref.	Companhia	Emissão	Série	Tipo e Forma	Data emissão	Vencimento final	Taxa contratada	Controladora		Consolidado	
								Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
a)	Ecovias dos Imigrantes	2a	2a	(i)	15/04/2013	abr/24	IPC-A + 4,28% a.a.	-	-	428.930	819.410
b)	Ecovias dos Imigrantes	4a	Única	(i)	17/03/2022	abr/24	CDI + 1,20% a.a.	-	-	973.568	975.301
c)	Ecovias dos Imigrantes	5a	Única	(i)	28/03/2023	mar/25	CDI + 2,00% a.a.	-	-	925.803	-
d)	Ecosul	4a	Única	(i)	30/05/2021	mai/24	CDI + 1,65% a.a.	-	-	222.084	373.955
e)	Ecosul	5a	Única	(i)	15/05/2023	mai/25	CDI + 2,20% a.a.	-	-	151.734	-
f)	Ecopistas	1a	1a	(i)	15/01/2011	jan/23	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	-	23.015
g)	Ecopistas	3a	1a	(i)	15/03/2023	mar/30	IPC-A + 7,55% a.a.	-	-	474.172	-
h)	Ecopistas	3a	2a	(i)	15/03/2023	mar/35	IPC-A + 8,15% a.a.	-	-	709.896	-
i)	Ecoponte	1a	Única	(i)	15/10/2019	out/34	IPC-A + 4,4% a.a.	-	-	274.458	267.506
j)	Eco050	1a	Única	(i)	15/12/2017	dez/29	IPC-A + 9% a.a.	-	-	108.171	106.309
k)	EcoRioMinas	2a	Única	(i)	11/09/2023	mar/25	CDI+2,05%a.a.	-	-	411.459	-
l)	Eco135	2a	Única	(i)	15/07/2023	mar/43	IPC-A + 7,10% a.a.	-	-	532.126	-
m)	Ecovias do Cerrado	1a	Única	(i)	14/09/2022	set/23	CDI + 1,15% a.a.	-	-	-	187.216
n)	Ecovias do Cerrado	2a	Única	(i)	15/08/2023	set/27	IPC-A + 6,35% a.a.	-	-	641.899	-
o)	Ecovias do Araguaia	1a	Única	(i)	15/06/2022	jul/51	IPC-A + 6,66% a.a.	-	-	629.552	609.000
p)	Econoroste	1a	Única	(i)	30/03/2023	set/25	CDI + 2,50% a.a.	-	-	1.428.638	-
q)	Econoroste	2a	Única	(i)	15/12/2023	set/25	CDI + 1,35% a.a.	-	-	797.827	-
r)	Ecorodovias Concessões	6a	3a	(i)	15/11/2017	nov/24	IPC-A + 6,0% a.a.	-	-	19.719	37.566
s)	Ecorodovias Concessões	7a	Única	(i)	15/06/2018	jun/25	IPC-A + 7,4438% a.a.	-	-	488.476	466.760
t)	Ecorodovias Concessões	8a	1a	(i)	15/04/2019	abr/24	CDI + 1,30% a.a.	-	-	855.270	857.240
u)	Ecorodovias Concessões	8a	3a	(i)	15/04/2019	abr/26	IPC-A + 5,50% a.a.	-	-	89.056	85.094
v)	Ecorodovias Concessões	10a	Única	(i)	13/07/2020	jul/23	CDI + 3,50% a.a.	-	-	-	1.076.121
w)	Ecorodovias Concessões	11a	Única	(i)	22/08/2022	ago/27	CDI + 1,60% a.a.	-	-	1.096.535	1.094.460
x)	Ecorodovias Concessões	12a	Única	(i)	20/06/2023	jun/26	CDI + 2,65 a.a.	-	-	647.236	-
y)	Ecorodovias Concessões	13a	1a	(i)	15/09/2023	out/28	CDI + 1,85 a.a.	-	-	221.369	-
z)	Ecorodovias Concessões	13a	2a	(i)	15/09/2023	out/30	CDI + 2,35 a.a.	-	-	604.099	-
aa)	Ecorodovias Concessões	13a	3a	(i)	15/09/2023	out/33	IPC-A + 6,8285 a.a.	-	-	180.209	-
ab)	Ecorodovias Infraestrutura	6a	Única	(i)	07/03/2022	mar/27	CDI + 2,00% a.a.	988.278	991.387	988.278	991.387
ac)	Holding do Araguaia	1a	Única	(i)	15/10/2021	out/36	IPC-A + 6,6647%	-	-	1.603.508	1.525.391
								988.278	991.387	15.504.072	9.495.731
Circulante								419.015	43.132	3.512.589	2.091.793
Não circulante								569.263	948.255	11.991.483	7.403.938

i. Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública.

Notas Explicativas

Ref.	Valor Nominal	Custos Antecipados	Taxa efetiva (TIR)	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
a)	681.000	(23.462)	10,58%	Anual	Anuais a partir de 2022	Quirografária	Não
b)	950.000	(3.879)	14,23%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
c)	900.000	(7.287)	14,42%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
d)	370.000	(1.851)	12,65%	Semestral	Anual a partir de 2023	Quirografária	Não
e)	140.000	(1.280)	14,46%	Anual	No vencimento	Quirografária	Não
f)	92.500	(3.255)	14,87%	Anual	Anual	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa	Não
g)	472.000	(21.961)	12,33%	Semestral	Semestral a partir de 2024	Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios	Não
h)	708.000	(32.941)	13,05%	Semestral	Semestral a partir de 2030	Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios	Não
i)	230.000	(15.246)	10,05%	Anual	Anual a partir de 2022	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa	Não
j)	90.000	(13.904)	14,63%	Semestral	Semestral	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa	Não
k)	400.000	(5.123)	13,96%	No vencimento	No vencimento	Quirografária e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
l)	520.000	(6.428)	12,03%	Semestral	Semestral a partir de 2025	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa	Não
m)	180.000	(310)	14,84%	No vencimento	No vencimento	Quirografária e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
n)	640.000	(18.839)	11,25%	No vencimento	No vencimento	Quirografária e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
o)	593.150	(8.525)	11,36%	Semestral	Semestral a partir de 2026	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Bancária.	Não
p)	1.400.000	(16.178)	14,84%	Semestral	No vencimento	Quirografária e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
q)	800.000	(4.334)	13,12%	Semestral	No vencimento	Quirografária e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
r)	30.000	(87)	11,64%	Anual	Anual a partir de 2023	Quirografária	Não
s)	350.000	(1.972)	13,21%	Anual	Anual a partir de 2024	Quirografária	Não
t)	833.675	(3.937)	8,95%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
u)	66.325	(296)	11,34%	Anual	Anual a partir de 2025	Quirografária	Não

Notas Explicativas

Ref.	Valor Nominal	Custos Antecipados	Taxa efetiva (TIR)	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
v)	1.000.000	(13.123)	11,50%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
w)	1.050.000	(4.722)	8,12%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
x)	650.000	(5.631)	14,80%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
y)	220.000	(3.041)	13,70%	Semestral	Anual a partir de 2027	Quirografária	Não
z)	600.000	(8.293)	14,24%	Semestral	Anual a partir de 2028	Quirografária	Não
aa)	180.000	(2.488)	11,82%	Semestral	Anual a partir de 2031	Quirografária	Não
ab)	950.000	(3.983)	14,83%	Semestral	Anual a partir de 2024	Quirografária	Não
ac)	1.400.000	(55.373)	11,98%	Semestral	Semestral a partir de 2024	Alienação Fiduciária das Ações. Cessão Fiduciária de todos e quaisquer recursos recebidos pela Emissora decorrentes das distribuições oriundas da SPE. Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
	16.496.650	(287.749)					

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2024	-	-	-	380.000	(970)	379.030
2025	285.000	(505)	284.495	285.000	(527)	284.473
2026	190.000	(199)	189.801	190.000	(216)	189.784
2027	95.000	(33)	94.967	95.000	(32)	94.968
	<u>570.000</u>	<u>(737)</u>	<u>569.263</u>	<u>950.000</u>	<u>(1.745)</u>	<u>948.255</u>

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2024	-	-	-	3.118.236	(11.582)	3.106.654
2025	4.365.198	(34.108)	4.331.090	650.712	(8.285)	642.427
2026	1.111.086	(23.308)	1.087.778	337.685	(7.642)	330.043
2027	2.182.281	(19.709)	2.162.572	1.267.765	(6.834)	1.260.931
2028	561.119	(13.751)	547.368	131.424	(5.722)	125.702
Posteriores a 2028	<u>3.927.524</u>	<u>(64.849)</u>	<u>3.862.675</u>	<u>1.977.260</u>	<u>(39.079)</u>	<u>1.938.181</u>
	<u>12.147.208</u>	<u>(155.725)</u>	<u>11.991.483</u>	<u>7.483.082</u>	<u>(79.144)</u>	<u>7.403.938</u>

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	991.387	-	9.945.731	7.076.353
Adições (a)	-	945.829	7.488.308	3.695.026
Encargos financeiros (Nota 27)	141.529	112.827	1.613.983	1.116.950
Pagamento principal (b)	-	-	(1.594.644)	(1.399.971)
Pagamento de juros	(144.638)	(67.269)	(1.499.306)	(992.627)
Saldo no fim do exercício	<u>988.278</u>	<u>991.387</u>	<u>15.504.072</u>	<u>9.495.731</u>
Circulante	419.015	43.132	3.512.589	2.091.793
Não circulante	569.263	948.255	11.991.483	7.403.938

- (a) As adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referem-se a: (i) Ecovias dos Imigrantes: 5ª emissão; (ii) EcoNoroeste: 1ª e 2ª emissões; (iii) Ecopistas: 3ª emissão; (iv) Ecorodovias Concessões e Serviços: 12ª e 13ª emissões; (v) Ecosul: 5ª emissão; (vi) Ecovias do Cerrado: 2ª emissão; (vii) Eco135: 2ª emissão; e (viii) EcoRioMinas: 2ª emissão.
- (b) A principal baixa no exercício, refere-se ao resgate antecipado facultativo da debênture da 10ª Emissão da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor principal de R\$1.000.000, que ocorreu em 28 de junho de 2023.

Notas Explicativas

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“*covenants*”). Conforme demonstrado no quadro a seguir, as controladas estão adimplentes com os referidos índices:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecosul	4 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	0,66
	5 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	0,66
Ecovias	2 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	1,96
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	5,76
	4a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,95
	5a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,95
Ecorodovias Concessões	4 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,31
	6 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,31
		Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 1,50x	2,78
	7 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,50x	3,55
	8 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,48
	10 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,31
	11 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,31
	12 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,48
13 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,48	
Ecoponte	1 ^a	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida PL Ajustado/Passivo Total	≥ 1,30x ≥ 20%	1,93 23,87%
Eco050	1 ^a	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Patrimônio líquido/Ativo total	≥ 1,20x ≥ 20%	2,07 44,66%
EcoRioMinas	2 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,48
Eco135	2 ^a	Patrimônio líquido/Ativo total	≥ 20%	40,47%
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,30x	1,9
		Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,48
Ecovias do Cerrado	2 ^a	Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 4,75x	3,48
EcoNoroeste	1 ^a	Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 4,75x	3,31
	2 ^a	Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 4,75x	3,48
Ecovias do Araguaia	1 ^a	Dívida líquida/EBITDA ajustado (Fiadora)	≤ 5,50x	3,31
Holding do Araguaia	1 ^a	Dívida líquida/EBITDA ajustado – Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	≤ 5,50x	3,31

A Companhia e suas controladas estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência

Notas Explicativas

das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Os contratos de debêntures da Companhia e das controladas Ecorodovias Concessões e Serviços, Ecoponte, Eco135, Holding do Araguaia, EcoNoroeste, EcoRioMinas e Ecovias do Cerrado, possuem cláusulas restritivas de “*cross default*” que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia, das próprias controladas e de outras controladas relevantes da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, inexistiu evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a cláusulas restritivas da Companhia e das referidas controladas.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	840	-	188.259	154.330
Circulante	681	-	70.855	51.252
Não circulante	159	-	117.404	103.078

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	-	420	154.330	25.817
Adições	1.800	-	104.010	181.761
Baixas	-	-	(5.562)	-
Encargos financeiros (Nota 27)	133	7	20.762	13.270
Pagamento principal	(960)	(420)	(64.519)	(53.248)
Pagamento de juros	(133)	(7)	(20.762)	(13.270)
Saldo no fim do exercício	840	-	188.259	154.330

O Grupo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Taxa % 1 ano	13,00%	9,06%
Taxa % 2 anos	13,00%	8,99%
Taxa % 3 anos	13,00%	9,20%
Taxa % 4 anos	-	9,83%
Taxa % 5 anos	-	9,98%
Taxa % 6 anos	-	9,75%

Notas Explicativas

Vencimentos das prestações	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Menos de 1 ano	700	-	77.982	58.211
Entre 1 e 2 anos	113	-	66.413	43.514
Entre 2 e 5 anos	97	-	65.748	70.587
Acima de 5 anos	-	-	7.048	4.527
Total valores não descontados	910	-	217.191	176.839
Total juros embutidos	(70)	-	(28.932)	(22.509)
	840	-	188.259	154.330

18. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Controladora

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos				Outras informações	
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Garantias	Posição contratual
a)	Itinera Construções	Outras partes relacionadas	01/08/2021	31/12/2023	138	34	-	-	Em até 45 dias	49	N/A	Credor
i)	Ecosul	Controlada indireta	-	-	-	-	-	-	Em até 45 dias	836	N/A	Credor
k)	Ecorodovias Concessões	Controlada direta	-	-	-	-	6	-	Em até 45 dias	-	N/A	Devedor
Saldo em 31 de dezembro de 2023							6	-		885		-
Saldo em 31 de dezembro de 2022							416	-		948		

Consolidado

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos							Outras informações	
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	Itinera Construções	Outras partes relacionadas	01/08/2021	31/12/2023	169	56	-	-	Em até 45 dias	49	-	-	-	N/A	Credor
b)	Igli do Brasil	Outras partes relacionadas	01/01/2023	31/03/2024	60	15	5	-	Em até 45 dias	60	-	-	-	N/A	Credor
c)	Consórcio NN Engenharia	Outras partes relacionadas	01/06/2022	30/04/2024	8.232	1.369	-	227	Em até 45 dias	-	-	1.190	-	N/A	Devedor
d)	CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda. e TB Transportadora de Betume Ltda.	Outras partes relacionadas	15/12/2020	30/04/2024	96.523	12.051	-	621	Em até 45 dias	-	-	-	28.444	N/A	Devedor
d)	CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda. e TB Transportadora de Betume Ltda.	Outras partes relacionadas	15/12/2020	31/01/2023	70.697	9.572	-	-	-	-	-	-	-	N/A	Devedor
e)	Consórcio Binário do Porto de Santos	Outras partes relacionadas	17/12/2021	01/12/2023	192.672	9.347	-	333	Em até 45 dias	-	-	-	60.313	N/A	Devedor
f)	ICCR 135 S.A	Outras partes relacionadas	10/06/2021	28/07/2024	874.483	652.949	-	59.014	Em até 45 dias	-	-	-	376.053	N/A	Devedor
g)	ICCR 153 S.A	Outras partes relacionadas	18/10/2021	15/01/2057	3.809.158	3.484.948	-	46.608	Em até 45 dias	-	-	-	111.437	N/A	Devedor
h)	SINELEC S.p.A	Outras partes relacionadas	19/01/2023	31/12/2024	3.509	2.411	-	-	-	-	1.332	-	-	N/A	Devedor
h)	SINELEC S.p.A	Outras partes relacionadas	28/09/2021	28/02/2023	4.079	-	-	-	-	-	-	-	-	N/A	Devedor
h)	SINELEC S.p.A	Outras partes relacionadas	13/12/2023	31/05/2026	7.427	5.383	-	2.044	-	-	-	-	2.078	N/A	Devedor
j)	Consórcio BR050	Outras partes relacionadas	11/07/2019	30/06/2023	306.755	38.237	-	-	Em até 45 dias	-	-	-	3.638	N/A	Devedor
Saldo em 31 de dezembro de 2023							5	108.847		109	1.332	1.190	581.963		
Saldo em 31 de dezembro de 2022							584.815	96.857		92	6.589	-	-		

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- a) Locação de salas;
- b) Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas;
- c) Prestação de serviços de assessoria técnica ampla, compreendendo a gestão, revisão e acompanhamento de Novos Projetos e demais estudos de necessidade da Engenharia para a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.;
- d) Fornecimento e transporte de material asfáltico para as controladas indiretas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas;
- e) Prestação de serviço de "Ampliação da Segunda Fase da adequação do sistema viário entre os KM 61,5 e KM 65 da SP-150 (Anchieta)" e também "Execução de obras para ampliação do Trevo do Viaduto Rubens Paiva no KM 59+850 da SP-150 - Município de Cubatão", da controlada Ecovias dos Imigrantes;
- f) Prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG, da controlada Eco135;
- g) Prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO da controlada Ecovias do Araguaia;
- h) A Sinelec S.p.A, parte relacionada controlada pelo Grupo ASTM, presta serviços referente as atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multilane Freeflow Tolling* (MLFF) das controladas indiretas Conc. Ponte Rio-Niteroi S.A -Ecoponte, Eco101 Concessionária de Rodovias S.A e Empresa Conc. de Rodovias do Sul S.A - Ecosul, e também presta serviços de desenvolvimento e implantação da plataforma HS-WIM para a controlada Ecorodovias Concessões e suas controladas EcoRiominas, EcoNoroeste e Ecovias do Cerrado;
- i) Locação de imóvel;
- j) Prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-050/GO da controlada Eco050;
- k) Repasse de despesas entre as unidades.

Os saldos de contrato de mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2023 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e serem eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	31/12/2023	31/12/2022
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	10/2010	03/2025 (a)	100% CDI + 1,20% a.a.	-	182.475
CECM Concessões S.A	Ecorodovias Concessões	06/2022	12/2024 (b)	100% CDI + 1,80% a.a.	2.491	3.618
					<u>2.491</u>	<u>186.093</u>

(a) Em 11 de abril de 2023, a controlada indireta Ecopistas realizou a liquidação antecipada do referido mútuo.

(b) Em 22 de dezembro de 2023, a controlada indireta CECM realizou o aditivo do contrato, prorrogando o prazo até 29 de dezembro de 2024.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Notas Explicativas

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2023 em R\$26.900, sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável)	12.010	2.937	34.240	22.742
Gratificação	-	-	1.026	1.433
Remun. com base em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	2.906	(212)	6.160	(541)
Seguro de vida	21	4	79	52
Assistência saúde	386	90	2.000	1.281
Previdência privada	630	138	1.560	862
FGTS	761	121	2.105	1.086
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	2.597	413	7.344	3.850
Diretores estatutários	19.311	3.491	54.514	30.765
Conselho de Administração	5.748	4.866	6.093	5.211
Conselho Fiscal	827	791	827	791
Remuneração Global	25.886	9.148	61.434	36.767

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com taxas que variam entre 8,65% e 11,05% (8,42% a 10,86% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) de cada concessionária. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos, estando demonstrados a seguir:

	Adição		Efeito	
	31/12/2022	(custo)	Pagamento	financeiro
Constituição da provisão para manutenção	1.998.748	129.967	-	-
Efeito do valor presente sobre constituição	(425.208)	(27.960)	-	-
Realização da manutenção	(1.599.261)	-	(131.041)	-
Ajuste a valor presente – realizações	349.418	-	-	29.060
	323.697	102.007	(131.041)	29.060
Circulante	94.792			95.295
Não circulante	228.905			228.428

Notas Explicativas

	31/12/2021	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para manutenção	1.850.884	147.864	-	-	1.998.748
Efeito do valor presente sobre constituição	(390.656)	(34.552)	-	-	(425.208)
Realização da manutenção	(1.479.352)	-	(119.909)	-	(1.599.261)
Ajuste a valor presente – realizações	320.995	-	-	28.423	349.418
	<u>301.871</u>	<u>113.312</u>	<u>(119.909)</u>	<u>28.423</u>	<u>323.697</u>
Circulante	95.143				94.792
Não circulante	206.728				228.905

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pelas controladas indiretas. Os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 11,05% ao ano, em média, correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) de cada concessionária.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2023
Constituição da provisão para obras futuras (a)	189.263	3.325	-	-	192.588
Efeito do valor presente sobre a constituição (a)	(42.539)	(8.841)	-	-	(51.380)
Realização da construção	(107.995)	-	(1.005)	-	(109.000)
Ajuste a valor presente – realizações	20.030	-	-	853	20.883
Atualização Monetária	7.960	-	-	3.006	10.966
	<u>66.719</u>	<u>(5.516)</u>	<u>(1.005)</u>	<u>3.859</u>	<u>64.057</u>
Circulante	18.971				46.558
Não circulante	47.748				17.499

(a) As adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referem-se a: (i) controlada EcoNoroeste, cuja taxa de desconto utilizada foi de 11,05%; e (ii) revisão da taxa de desconto da controlada EcoRioMinas de 6,26% para 11,05%. Ambas as taxas de desconto correspondem ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês).

Notas Explicativas

	31/12/2021	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras (b)	155.085	34.178	-	-	189.263
Efeito do valor presente sobre a constituição (b)	(21.858)	(20.681)	-	-	(42.539)
Realização da construção	(107.267)	-	(728)	-	(107.995)
Ajuste a valor presente – realizações	19.340	-	-	690	20.030
Atualização Monetária	4.257	3.703	-	-	7.960
	<u>49.557</u>	<u>17.200</u>	<u>(728)</u>	<u>690</u>	<u>66.719</u>
Circulante	37.357				18.971
Não circulante	12.200				47.748

(b) As adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referem-se a controlada EcoRioMinas. A taxa de desconto utilizada foi de 6,26%.

21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO**i) Outorgas fixas, variáveis, taxas de fiscalização e outras**

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas:		
Fixas - Eco135 (a)	992.801	963.727
Variável - Ecovias (b)	2.309	2.003
Variável - Ecopistas (b)	862	669
Variável - Ecosul (c)	1.686	1.145
Variável - EcoNoroeste (d)	1.698	-
Taxa de fiscalização - Ecovias do Cerrado (e)	385	359
Taxa de fiscalização - Ecoponte (e)	370	355
Taxa de fiscalização - Eco101 (e)	711	679
Taxa de fiscalização - Eco050 (e)	575	543
Taxa de fiscalização - EcoRioMinas (e)	1.698	1.633
Taxa de fiscalização - Ecovias do Araguaia (e)	1.040	994
Outras CECM - Verba Polícia Rodoviária (f)	1	324
Outras RDC – PRE/PRF (f)	41	51
Outras – Ecovias do Araguaia (g)	1.301.050	1.123.688
Outras - EcoRioMinas (h)	7.999	1.878
Outras - EcoNoroeste (i)	4.716	-
	<u>2.317.942</u>	<u>2.098.048</u>
Circulante	131.600	118.448
Não circulante	2.186.342	1.979.600

a) Conforme contrato de concessão da controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato de concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947. Em de 30 junho de 2022, a controlada assinou o 1º termo aditivo ao contrato de concessão, com a inclusão de novas obras e a redução no valor da outorga. Concomitantemente, a controlada realizou a revisão da taxa de desconto considerando a taxa WACC real de 8,37% resultando numa redução do passivo.

b) A parcela variável das controladas indiretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação e receitas acessórias.

Notas Explicativas

- c) A parcela variável da controlada indireta Ecosul é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- d) A parcela variável da controlada indireta EcoNoroeste é calculada mensalmente a título de Ônus Variável (3%) com base na receita de arrecadação e retida automaticamente da conta centralizadora do Contrato de Concessão.
- e) As controladas indiretas da Companhia: Ecovias do Cerrado, Ecoponte, Eco101, Eco050, EcoRioMinas e Ecovias do Araguaia deverão recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da Concessão. A verba anual de fiscalização, definida nos Contratos de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.
- f) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia, e a finalização do pagamento está condicionada a necessidade da Polícia Rodoviária. Aguarda-se a indicação da referida instituição para a finalização dos pagamentos.
- g) Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro Nacional, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada Ecovias do Araguaia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – “ANTT”, assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das “Contas Vinculadas”, de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão são realizadas a retenções sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão.
- h) Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão da controlada EcoRioMinas, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte e da Conta do *Free Flow* para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do *Free Flow*, ao longo de todo o prazo da concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) da arrecadação da Conta do *Free Flow*, auferida por meio efetivo de pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitano, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a Conta de Livre Movimentação.
- i) Conforme cláusula 34 e apêndice D do Contrato de Concessão da controlada, 8,5% da Receita Tarifária depositada na Conta Bancária Centralizadora deve ser transferido à título de Outorga Variável, na seguinte proporção: (a) 20% do valor deverá ser transferido à “Conta DUF”, o que corresponde a 1,7% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora; e (b) 80% do valor deverá ser transferido a “Conta Inadimplência”, o que corresponde a 6,8% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora. Tais valores serão destinados à Compensação dos Descontos de Usuário Frequente – DUF, e à Compensação de Inadimplência de usuários do sistema *Free Flow*. Conforme o caso e disponibilidade de recursos, os montantes depositados nas contas DUF e Inadimplência,

Notas Explicativas

poderão ser utilizados para outros reequilíbrios econômico-financeiros reconhecidos em favor da Concessionária, como forma de garantir a solvência da SPE e a sustentabilidade da concessão.

Adicionalmente as controladas Ecoporto Santos e Termares, realizam pagamentos mensais conforme demanda para a Autoridade Portuária de Santos, à título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.

Adicionalmente, a controlada indireta Eco135, deverá recolher à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais (SEINFRA), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da SEINFRA até o último dia útil do mês de competência. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$245 (R\$232 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação do exercício das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	2.098.048	2.604.716
Custo (Nota 26)	145.865	103.181
Baixa Principal	-	(253.718)
Revisão taxa AVP	-	(366.262)
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (Nota 27)	132.441	154.275
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido IRRF)	119.019	37.644
Retenção conta ajuste (EcoRioMinas e Ecovias do Araguaia)	83.966	16.484
Reembolso DUF (EcoRioMinas)	(19.502)	(1.179)
Retenção sobre a tarifa (EcoNoroeste)	4.716	-
Pagamento do principal	(246.611)	(197.093)
Saldo no fim do exercício	<u>2.317.942</u>	<u>2.098.048</u>

ii) Principais características dos Contratos de Concessão

Abaixo estão apresentados os principais Contratos de Concessão do Grupo, por entidade:

Concessão	Assinatura Contrato	Prazo final	Extensão (Km)	Estado	Tipo de Concessão	Poder Concedente	Índice Reajuste	Data de reajuste (anualmente em)
Ecovias dos Imigrantes (a)	27/05/1998	11/02/2034	176,80	SP	Estadual	ARTESP	IPC-A	01 de julho
Ecopistas (b)	17/06/2009	18/06/2039	143,50	SP	Estadual	ARTESP	IPC-A	01 de julho
Ecosul (c)	15/07/1998	03/03/2026	457,30	RS	Federal	ANTT	(i)	01 de janeiro
Eco101 (d)	17/04/2013	09/05/2038	478,70	ES/BA	Federal	ANTT	IPC-A	18 de maio
Ecoponte (e)	18/05/2015	31/05/2045	25,60	RJ	Federal	ANTT	IPC-A	01 de junho
Eco135 (f)	19/06/2018	18/06/2048	363,95	MG	Estadual	SEINFRA-MG	IPC-A	01 de abril
Eco050 (g)	05/12/2013	07/01/2044	436,60	MG/GO	Federal	ANTT	IPC-A	12 de abril
Ecovias do Cerrado (h)	19/12/2019	19/01/2050	437,00	MG/GO	Federal	ANTT	IPC-A	14 de novembro
Ecovias do Araguaia (i)	29/09/2021	08/10/2056	850,70	TO/GO	Federal	ANTT	IPC-A	03 de outubro
EcoRioMinas (j)	19/08/2022	21/09/2052	726,9	RJ/MG	Federal	ANTT	IPC-A	01 de março
EcoNoroeste (k)	12/04/2023	30/04/2053	600,00	SP	Estadual	ARTESP	IPC-A	01 de maio
Ecoporto Santos (l)	12/06/1998	12/06/2023	-	SP	Porto	Autoridade Portuária de Santos	N/A	N/A
Ecopátio Cubatão (m)	21/12/1999	21/12/2029	-	SP	Área	Pref. Cubatão	N/A	N/A
Total			4.700,15					

(i) Cesta de índice de preços setoriais, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a saber: (i) INCC: 10%; (ii) IGP-M: 10%; (iii) Índice de Terraplenagem (coluna 38 FGV): 10%; (iv) Índice de Pavimentação (coluna 37 FGV): 18,01%; (v) Índice de Ligantes Betuminosos (coluna 39e FGV): 1,99%; (vi) Índice de Obras de Artes Especiais (coluna 36 FGV): 20%; e (vii) Índice de Consultoria (coluna 39 FGV): 30%.

Os contratos foram contabilizados como ativo intangível, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 Ativos Intangíveis.

Notas Explicativas

a) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 38 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; e (e) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

b) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão, compreendendo: (i) SP 070 – Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho no km 11+190, no final da Marginal Tietê, São Paulo; final do trecho no km 130+400, no entroncamento com a BR 116 km 117+400, Taubaté; (ii) SP-019: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-070, km 19+300, Guarulhos; final do trecho do km 2+400, no início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos; (iii) SPI-179/060 – Interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a BR116, km 179+000, Guararema; final do trecho no km 5+400, no entroncamento com a SP-070, km 60+300, Guararema; (iv) SPI-035/056 – Interligação Itaquaquecetuba: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-056, km 35+000, Itaquaquecetuba; final do trecho no km 0+880, no entroncamento com a SP-070, km 35+700, Itaquaquecetuba; (v) SP-099 – Rodovia dos Tamoios: início do trecho no km 4+500, São José dos Campos; final do trecho no km 11+500, São José dos Campos; (vi) SP-070, prolongamento até a SP-125, Taubaté; (vii) segmentos transversais, trevos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovia Ayrton Senna e Rodovia Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103). O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 35 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; e (e) falência ou extinção da Companhia.

Notas Explicativas

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

c) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Explora pelo regime de concessão o denominado Polo Rodoviário de Pelotas num total de 457,3 km, contendo as seguintes rodovias e trechos: BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Camaquã, em uma extensão de 123,4 km; BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, em uma extensão de 137,1 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, em uma extensão de 68,4 km e BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Santana da Boa Vista, em uma extensão de 128,4 km, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão de serviços públicos. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 13.3 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; e (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

d) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessão consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ com 478,7km, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 25 (vinte e cinco anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária – PER, ou em decorrência de sua alteração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram outras mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão, além daqueles descritos na Nota 21.iv).

Casos de extinção: Conforme cláusula 27 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

e) Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte

Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, da BR-101/RJ: Trecho de Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói)

Notas Explicativas

- Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) – “Ponte Rio-Niterói”, com 28,7km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária – PER, ou em decorrência de sua alteração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

f) Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km, perfazendo uma extensão total de 364,0km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária, mediante a cobrança de pedágio. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio-financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 43 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) falência ou extinção da Companhia; e (f) anulação.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

g) Eco050 – Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão “Edital nº 001/2013 Parte VII”. A exploração da rodovia se dá mediante a cobrança de tarifa de pedágio. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Notas Explicativas

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária – PER, ou em decorrência de sua alteração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

h) Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.

Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho de entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (contorno Oeste de Uberlândia/MG), totalizando 437,0 km, mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, nas seguintes hipóteses: (i) por até 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso fortuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe; ou (ii) por até 2 (dois) anos, nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição do contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assumira o objeto do contrato. O prazo do contrato poderá ser estendido, justificadamente, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

i) Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-

Notas Explicativas

financeiro, em decorrência de caso furtivo, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Recursos vinculados: Conforme cláusula 11 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial; (ii) compensações decorrentes do acionamento ao Mecanismo de Mitigação; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (v) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão.

Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a (i) 3% (três por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e (ii) 7% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

j) EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A.

Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-116/465/493/RJ/MG, composto pelos trechos da (i) BR-116/RJ, entre o km 2,1 e o km 148,4; e entre o km 168,1 e o km 214,7, no Estado do Rio de Janeiro; (ii) BR-116/MG, entre o km 408,5 e o km 818,1, no Estado de Minas Gerais; (iii) BR-465/RJ, entre o km 0,0 e o km 22,8 no Estado do Rio de Janeiro e; (iv) BR-493/RJ, entre o km 0,0 e o km 26,0; e entre o km 48,1 e o km 123,7, no Estado do Rio de Janeiro, mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso furtivo, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço.

Recursos vinculados: Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte e da Conta do *Free Flow* para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão.

Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do *Free Flow*, ao longo de todo o prazo da concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) da arrecadação da Conta do *Free Flow*, auferida por meio efetivo de pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitano, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a Conta de Livre Movimentação.

Notas Explicativas

Casos de extinção: Conforme cláusula 31 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

k) Concessionária de Rodovias Noroeste Paulista S.A.

Exploração do sistema rodoviário denominado Lote Noroeste, mediante a ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, com extensão aproximada de 600 km, e constituído por: (a) lote recebido em 01 de maio de 2023: (i) SPA 276/310 – a partir do entroncamento com a rodovia SP 310 até o ponto de coordenada 21°47'16.74"S/48°12'46.83"W; (ii) SPA 119/333 – a partir do entroncamento com a rodovia SP 333 até o ponto de coordenada 21°16'17.60"S/48°18'5.55"W; e (iii) SPA 147/333 – a partir do entroncamento com a rodovia SP 333 até o ponto de coordenada 21°25'44.42"S/48°30'49.62"W; (b) lote recebido em 01 de maio de 2023: (i) SP 310 do km 227+800 ao km 454+300; (ii) SP 333 do km 83+020 ao km 212+450; e (iii) SP 326 do km 293+000 ao km 379+266; e (c) lote previsto para ser recebido em 04 de março de 2025: (i) SP 323 do km 0+000 ao km 44+100; (ii) SP 326 do km 379+266 ao km 426+300; e (iii) SP 351 do km 151+000 ao km 218+020 (o trecho do km 151+000 ao km 156+090 coincide com o trecho da SP 322 do km 390+500 ao km 395+590).

A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais.

Contas vinculadas à Concessão: conforme cláusula 34 do Contrato de Concessão, as seguintes contas são vinculadas à concessão: (i) conta bancária centralizadora: de titularidade da Concessionária, na qual será depositada a integralidade da receita tarifária auferida pela Concessionária, para fins dos descontos devidos de outorga variável e ônus de fiscalização; (ii) conta de ajuste da Concessão: de titularidade do Poder Concedente, à qual serão destinados os recursos decorrentes da aplicação do índice de qualidade e desempenho, apurados nos termos do anexo 3, destinada à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato; (iii) Conta DUF: de titularidade do Poder Concedente, à qual será destinado 20% (vinte por cento) do valor da outorga variável, destinado à compensação DUF; (iv) conta inadimplência: de titularidade do Poder Concedente, à qual será destinado 80% (oitante por cento) do valor da outorga variável, destinada à compensação da inadimplência, caso a conta multa não seja suficiente, sendo expressamente vedada a utilização dos valores para eventual compensação da evasão pelos usuários das tarifas de pedágio nas praças de pedágio, cujo risco é assumido pela Concessionária na forma da cláusula 19.1, inciso (vii); (v) conta multa: de titularidade do DER/SP, à qual serão destinados os recursos arrecadados pela aplicação de multas de trânsito pelo DER/SP decorrentes de evasão dos usuários ao pagamento da tarifa de pedágio, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, exclusivamente destinada à compensação da inadimplência, sendo expressamente vedada sua utilização para eventual compensação da evasão pelos usuários das tarifas de pedágio nas praças de pedágio; e (vi) conta outorga: de titularidade do Poder Concedente, à qual será destinada a totalidade dos recursos decorrentes da outorga fixa, incluindo o eventual ágio da proposta de preço apresentada pela adjudicatária, paga como condição de assinatura do contrato, exclusivamente destinada a garantir eventual devolução de recursos à Concessionária, em caso de extinção antecipada do contrato, nos termos da cláusula 6.4, inciso (i). Conforme o caso e disponibilidade de recursos, os montantes depositados na conta DUF e na conta inadimplência, poderão ser utilizados para outros reequilíbrios econômico-financeiros reconhecidos em favor da Concessionária, como forma de garantir a solvência da SPE e a sustentabilidade da concessão, nos termos do apêndice D.

Casos de extinção: Conforme cláusula 40 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação decorrente de vício ou irregularidade não passível de convalidação constatada no procedimento ou no ato de sua outorga; (f) falência ou extinção da Companhia, ou recuperação judicial, neste último caso, que prejudique a execução do contrato; (g) caso furtivo e força maior tratados neste capítulo; e (h)

Notas Explicativas

configuração de qualquer das hipóteses de extinção antecipada elencadas na cláusula 6.4 sendo (i) atraso que exceda em 180 (cento e oitenta dias) o prazo estabelecido, nos termos da cláusula 6.2, para assinatura do Termo de Transferência Inicial, ou verificação de inviabilidade de assinatura do Termo de Transferência Inicial; (ii) verificação, no 24º (vigésimo quarto) mês contado da assinatura do Termo de Transferência Inicial, da inviabilidade da contratação do(s) financiamentos de longo prazo pela Companhia, nos casos em que seja(m) necessário(s) para a viabilidade da Concessão; e (iii) materialização de eventos de caso fortuito ou força maior, quando tais eventos não forem seguráveis, conforme regramento estabelecido no contrato, e cujas consequências irreparáveis se estendam por mais de 90 (noventa) dias, ou por período definido de comum acordo entre as partes, quando da verificação de que os efeitos possam comprometer de forma irreversível a exploração da concessão, no termos da cláusula quadragésima oitava (considera-se caso fortuito ou força maior, com as consequências estabelecidas no contrato, o evento assim definido na forma da lei civil e que tenha impacto direto sobre o desenvolvimento das atividades da concessão).

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

l) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tinha vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e o reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados. Para mais informações vide Nota 22.c).

m) Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

Direito real de uso sobre parte da gleba de terra com 442.679,36 m², descrita e confrontada pelo Decreto Municipal nº 7.814, de 07 de julho de 1999, que regulamentou a Lei Complementar nº 001, de 26 de março de 1999, onde funciona um terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões e cargas com destino ao Porto de Santos.

iii) Outros compromissos relativos a concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Notas Explicativas

31/12/2023 (até o fim do prazo de concessão)				
Natureza dos custos				
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecosul	5.522	63.831	37.424	106.777
Ecovias	508.203	897.620	58.133	1.463.956
Ecopistas	40.206	464.247	288.875	793.328
Eco101	1.134.692	445.714	455.449	2.035.855
Ecoponte	176.023	178.452	106.499	460.974
Eco050	335.129	1.280.690	9.968	1.625.787
EcoRioMinas	7.946.787	4.020.487	1.702.175	13.669.449
Eco135	407.424	1.020.400	61.958	1.489.782
Ecovias do Cerrado	561.914	1.558.791	48.483	2.169.188
EcoNoroeste	3.426.563	4.510.620	1.064.186	9.001.369
Ecovias do Araguaia	3.757.420	3.389.625	559.972	7.707.017
Total	18.299.883	17.830.477	4.393.122	40.523.482

31/12/2022 (até o fim do prazo de concessão)				
Natureza dos custos				
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecosul	7.704	84.612	45.947	138.263
Ecovias	490.667	1.067.975	57.729	1.616.371
Ecopistas	45.910	503.514	280.346	829.770
Eco101	1.234.994	510.659	436.697	2.182.350
Ecoponte	177.654	186.030	104.948	468.632
Eco050	445.363	1.336.485	11.581	1.793.429
Eco135	804.592	1.198.214	59.879	2.062.685
Ecovias do Cerrado	633.321	1.589.123	68.652	2.291.096
Ecovias do Araguaia	3.644.806	3.525.280	585.711	7.755.797
Total	7.485.011	10.001.892	1.651.490	19.138.393

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita e o custo de construção totalizaram R\$3.431.133 (R\$2.488.971 em 31 de dezembro de 2022), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto dos Contratos de Concessão.

Conforme descrito na Nota 19 Provisão para Manutenção, as controladas da Companhia, tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la aos Poderes Concedentes ao final dos Contratos de Concessão.

Seguros Contratados

As controladas da Companhia, tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os Contratos de Concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2023, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Notas Explicativas

Natureza	Companhia	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia – Ampliação	Ecovias dos Imigrantes	01/01/2025	Pottencial	175.429
Seguro Garantia – Ampliação	Ecopistas	31/12/2024	Fator	67.168
Seguro Garantia – Construções	CECM Concessões	31/08/2024	HDI	6.530
Seguro Garantia – Construções	RDC Concessões	31/08/2024	HDI	58.773
Seguro Garantia – Operações	Ecosul	31/12/2024	BTG/TOO	19.449
Seguro Garantia – Operações	Ecovias dos Imigrantes	01/01/2025	Pottencial	485.916
Seguro Garantia – Operações	Ecopistas	31/12/2024	Fator	122.376
Seguro Garantia – Operações	Eco101	31/12/2024	Fator	144.971
Seguro Garantia – Operações	Ecoponte	31/12/2024	Fator	263.846
Seguro Garantia – Operações	Eco050	31/12/2024	BTG/TOO	677.213
Seguro Garantia – Operações	EcoRioMinas	31/12/2024	BMG	731.927
Seguro Garantia – Operações	Eco135	01/07/2024	Pottencial	195.172
Seguro Garantia – Operações	Econoroeste	01/05/2024	BTG/TOO	1.208.942
Seguro Garantia – Operações	Ecovias do Cerrado	31/12/2024	BTG/TOO	148.595
Seguro Garantia – Operações	Ecovias do Araguaia	01/01/2025	Pottencial	462.750
Seguro Garantia – Operações	Ecoporto Santos	28/10/2024	Pottencial	80.676
Seguro Garantia – Atualização Monetária	Ecoporto Santos	29/08/2027	Liberty	11.583
				<u>4.871.612</u>

iv) Adesão ao Processo de Relicitação – Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, da controlada ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”), firmado pela Eco101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“Terceiro Aditivo”).

O Terceiro Aditivo estabelece as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. A vigência do Terceiro Aditivo terá início em 180 dias contados a partir da data de publicação no Diário Oficial da União, em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão. Ocorre que, em 26 de fevereiro de 2024 foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para prorrogar por mais 120 dias a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. A prorrogação se dá em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão, atualmente em discussão na Câmara de Soluções Consensuais junto ao Tribunal de Contas da União (“TCU”). Caso essa alternativa seja viabilizada, com a formalização da solução pelo TCU, o Terceiro Aditivo e o Quarto Termo Aditivo serão extintos e realizado um novo termo aditivo de readequação do Contrato de Concessão. Caso a alternativa não seja viabilizada, será dado seguimento ao processo de relicitação previsto no Terceiro Aditivo. Eventuais efeitos econômicos e financeiros, decorrentes do processo de relicitação, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando do início da vigência do Terceiro Aditivo. A ECO101 permanecerá operando o trecho concedido, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

Por estarem suspensos os efeitos decorrentes do aditivo assinado em 30 de agosto de 2023, não há nesse momento nenhum reflexo decorrente do processo de relicitação a ser registrado no balanço e no resultado da controlada e da Companhia.

v) Reconhecimento de desequilíbrio contratual Ecopistas

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável à Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas. A Fazenda Pública do Estado e a ARTESP recorreram desta decisão em 11 de maio de 2018. Em 08 de junho de 2020 acórdão do TJSP negou provimento ao recurso do Estado/ARTESP, que não recorreu da decisão (certidão de trânsito em julgado publicada em 18/08/2020). Em dezembro/2020 o processo administrativo referente ao reequilíbrio foi retomado pela Ecopistas junto à ARTESP. Dois temas foram pautados na ARTESP em relação ao desequilíbrio, um deles

Notas Explicativas

já superado com a evolução das agendas realizadas: (i) valor das obras realizadas: tema superado com o convencimento da ARTESP e reconhecimento do desequilíbrio gerado; e (ii) traçados: tema ainda em discussão na agência para deliberação sobre qual a diferença entre traçados deverá ser utilizada para cálculo do desequilíbrio final.

Em 05 de maio de 2022 foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a decisão do conselho diretor da ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte de São Paulo, que reconheceu o desequilíbrio contratual da controlada Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, causado pelo acréscimo da Obra do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto no trecho de Taubaté. O valor reconhecido é de R\$52.877 (data-base: julho/2008). A Agência dará continuidade ao trâmite processual para definição da modalidade de reequilíbrio e formalização do respectivo Termo Aditivo e Modificativo ao Contrato de Concessão.

22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

- a) CECM Concessões S.A. (anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar) e RDC Concessões S.A. (anteriormente denominada Rodovia das Cataratas – Ecocataratas).

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a CECM, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”) e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destinase à reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O MPF apresentou manifestação requerendo a observância do acordo de leniência firmado, sendo contrário ao deferimento de medida cautelar contra as lenientes. A liminar requerida pelo Estado foi indeferida em primeira e segunda instâncias. Atualmente, o processo foi suspenso em julho/23 e remetido ao SISTCON-TRF4, para tentativa de conciliação, antes de dar início a fase de produção de provas.

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas Controladas ECS e as Concessionárias do Paraná (CECM e RDC), celebraram Acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, assim como pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000, sendo que, na visão da Companhia e de suas Controladas, as obrigações estabelecidas foram cumpridas, inclusive as obrigações assumidas no Acordo, na cláusula 6ª, itens “l” (implementar um programa de integridade efetivo e robusto) e “m” (sujeitar-se a monitoramento independente) face à entrega, em 31 de março de 2023, do Relatório de Certificação pela Monitora Independente, que ensejou a declaração de cumprimento emitida pelo MPF, em 15 de maio de 2023. As obras eleitas como prioritárias foram concluídas e liberadas ao tráfego, com anuência do DER/PR. Aguarda-se o fechamento conjunto (pelo DER/PR, MPF e Companhia) das medições das obras executadas. Embasada em pareceres jurídico e técnico, a Companhia provisionou R\$10.124 (novembro/23) a título de eventual saldo residual para atingir a integralidade dos investimentos previstos no Acordo. No tocante à divergência referente à modalidade de aplicação da metodologia de precificação pela tabela SICRO para o custo dos investimentos executados, o MPF proferiu decisão negando a tese da Companhia, motivo pelo qual a Companhia vem conduzindo o encaminhamento do tema com o MPF.

Em virtude do acordo de leniência celebrado com o MPF, em 31 de outubro de 2019, a Companhia recebeu notificação encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando a instauração de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática de atos lesivos contra a Administração Pública. A Companhia e suas Controladas apresentaram suas defesas prévias. Em 10 de agosto de 2021, mediante a Resolução CGE nº 45, o Controlador-Geral do Estado proferiu decisão no processo administrativo para: (1) aplicar multa de R\$38.600 para a RDC e R\$27.570 para a CECM; (2) determinar a condenação solidária da Ecorodovias Concessões e Serviços - ECS; (3) impor às empresas (RDC, CECM e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos; e (4) recomendar que o DER/PR instaure processo administrativo autônomo para a apuração da eventual inexecução contratual e consequente levantamento dos danos dela decorrentes. Em 20 de agosto de 2021 as Companhias apresentaram recurso. Foi proferida decisão pelo Corregedor Geral apenas para incluir a possibilidade de pena alternativa ao pagamento das multas,

Notas Explicativas

mediante a realização de operação e manutenção das rodovias, por 1 ano, sem a cobrança da tarifa de pedágio. Em razão da decisão substitutiva proferida, a Companhia apresentou novo recurso com efeito suspensivo, ao Governador, que aguarda julgamento.

Em agosto/2020, foi proposta por CECM e RDC a Ação Ordinária – 5040685-63.2020.4.04.7000 – 1VF Curitiba – visando atacar alteração da metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração. Foi deferida liminar favorável às Concessionárias para que o DER/PR não imponha qualquer penalidade, em vista de que houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. Aguarda-se julgamento do processo.

Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em processos administrativos de autotutela em face das Concessionárias em razão do entendimento de que os critérios referentes aos cálculos de depreciação e degrau de pista dupla haviam sido realizados de maneira equivocada. Com isso determinou-se a realização de estudos, pelo DER, de nova base tarifária para restabelecimento da equação contratual. CECM e RDC propuseram ações judiciais para anular tais decisões, ambas com sentenças proferidas favoravelmente à tese das Concessionárias. A AGEPAR interpôs recurso de ambas as sentenças. O processo foi suspenso em julho/23 e remetido ao SISTCON-TRF4, para tentativa de conciliação antes do julgamento dos recursos.

Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet, junto ao TCE, contra CECM e RDC e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Inicialmente, a liminar foi deferida pelo Relator, que declarou inidoneidade das concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito. A liminar foi atacada por recurso pelas Concessionárias, que foi acolhido pelo Colegiado do TCE (publicada em 08 de novembro de 2022), revogando a decisão. O Conselheiro Relator determinou a intimação das empresas que integram o Grupo Econômico das Concessionárias, em razão do encerramento de vigência dos Contratos de Concessão. Atualmente, o processo no TCE se encontra suspenso por decisão proferida em processo judicial movido por terceira concessionária que também é parte no processo do TCE.

A Companhia detectou a distribuição de uma nova Ação Civil Pública, ajuizada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR e Estado do Paraná em face da RDC Concessões S.A., Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. - ECS e da Companhia, ajuizada em 05 de janeiro de 2023. As partes não foram citadas da presente demanda, a qual tramita sob sigilo. Entretanto, foi possível identificar que a referida Ação Civil Pública foi distribuída por dependência à Ação Popular proposta em face da RDC pelos Deputados Estaduais Arilson Chiorato e Maurício Thadeu de Mello e Silva, Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, processo nº 5056314-43.2021.4.04.7000/PR. Nesta referida Ação Popular se pleiteia a condenação por suposto desequilíbrio ao Contrato de Concessão em razão da metodologia adotada em aditivos firmados para revisão do denominado degrau de pista dupla, bem como da depreciação dos investimentos. Tal Ação Popular teve o pedido de tutela liminar indeferido e o feito foi encaminhado ao SISTCON do TRF4 para tentativa de conciliação. Baseada no parecer jurídico dos advogados externos, a Companhia classifica a probabilidade de perda como remota.

b) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

Pavimento

Ação judicial proposta pela Concessionária em 22 de março de 2021 em que discute a ilegalidade dos atos praticados pela ANTT quanto aos critérios de apuração do cronograma de investimentos das obras de recuperação e manutenção do pavimento incorporadas ao Contrato pelo 6º Termo Aditivo. Em suma, a partir de 2020 a ANTT alterou os critérios para a aceitação das obras incluídas pelo Aditivo e, com base nesse novo entendimento, revisou avaliações de anos anteriores para apontar inexecuções de obras que já haviam sido aceitas, acarretando em elevados índices de inexecução. Como consequência disso, iniciou processos administrativos para a aplicação de multas à Concessionária estimadas em R\$26.661, determinou o refazimento das obras que haviam sido aceitas entre 2016-2019 e apurou desconto tarifário correspondente a 3,17% a ser aplicado no processo de Revisão Ordinária da Tarifa de 2021. Nesse contexto, a Concessionária pleiteou, cautelarmente, que o Judiciário suspendesse as decisões emitidas pela Agência que concluem i) pela aplicação de desconto na tarifa básica de pedágio; ii) pela aplicação de penalidades e;

Notas Explicativas

iii) pelo refazimento de obras, com base nessa alteração de entendimento. No mérito, a Concessionária requereu a declaração de que as obras executadas atenderam as regras contratuais estabelecidas no 6º Termo Aditivo ao Contrato.

Em 11 de junho de 2021, após ouvir a ANTT, o Judiciário reconheceu liminarmente os argumentos da Concessionária e determinou que a ANTT se abstenha, até a sentença, de a) exigir e/ou impor novas sanções à requerente e a aplicar redução tarifária com fundamento nos fatos levados ao juízo; e b) exigir o refazimento das obras realizadas a partir do 6º Termo Aditivo até que seja proferida sentença nos autos. Em 01 de outubro de 2021, o TRF01 negou provimento ao agravo de instrumento da ANTT e manteve a decisão liminar.

Em 01 de dezembro de 2023 foi proferida sentença que confirmou a inadequação dos atos praticados pela ANTT em violação ao Termo Aditivo celebrado entre as partes. A sentença referendou a medida cautelar concedida e determinou que a Agência “deixe de aplicar a nova orientação, mantendo-se a fiscalização apenas com base em parâmetros de desempenho, bem como deixe de aplicar a nova orientação de forma retroativa para os anos de 2016-2019”.

Acórdão 883/2020 – TCU

Em 16 de abril de 2020, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 883/2020 emitido pelo Tribunal de Contas da União em face da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no âmbito da Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, em que há determinações referentes ao Contrato de Concessão do Polo Rodoviário de Pelotas, concedido à controlada indireta Empresa Concessionária de Rodovia do Sul S.A. (“Ecosul”), sem que esta fosse parte no referido processo.

O órgão de controle, mediante requisição do Congresso Nacional, instaurou a fiscalização do Contrato de Concessão perante a ANTT para apuração de eventuais irregularidades na composição do valor nominal da tarifa de pedágio, considerada excessiva pelos Deputados Federais signatários.

No Acórdão, o TCU apontou indícios de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de: (i) suposta superestimativa da tarifa de pedágio ocasionada pela majoração dos valores cobrados por veículos pesados, aprovada pela ANTT em 2013 por ocasião da celebração do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão; (ii) aumento de tráfego observado a partir das obras de duplicação da BR-392/RS, entre Pelotas e Rio Grande, executadas com recursos federais, que teria gerado distorções no cálculo da indução de tráfego realizada para incorporação do trecho pelo 4º Aditivo; (iii) reequilíbrios concedidos pela ANTT como forma de compensar os efeitos da Lei dos Caminhoneiros (Lei nº 13.103/2015), relacionados ao aumento da tolerância de carga nas rodovias e isenção de pagamento de eixos suspensos, sem a realização de ações de fiscalização que pudessem atestar o valor da real perda de receita das Concessionárias; (iv) suposta baixa execução dos serviços de recuperação do pavimento no ano de 2018 e; (v) supressão de 166,5 km na BR-293 (no segmento entre Pelotas e Bagé) e acesso aos Molhes da Barra na BR-392, concluindo-se por recomendar à ANTT que não proceda com a inclusão de novos investimentos no contrato que possam acarretar em incremento de tarifa e/ou prorrogação do prazo da Concessão.

A ANTT apresentou pedido de reexame ao TCU, que foi julgado improcedente em fevereiro/2021 (Acórdão 170/2021-PL). Segundo o Tribunal, a ANTT deverá reavaliar a tarifa de pedágio quanto ao cálculo de reequilíbrio pertinente à alteração do fator multiplicador que redundou na majoração dos valores cobrados para veículos pesados. A Agência Reguladora apresentou recurso de embargos de declaração, no qual sustenta contradição na decisão do TCU e reforça que a metodologia de reequilíbrio aplicada obedeceu às diretrizes contratuais e normativos vigentes. A Concessionária apresentou manifestação ao processo, requerendo o seu ingresso como parte interessada e as razões para anulação das decisões anteriores. Em agosto/2021 o TCU admitiu a Ecosul no processo e recebeu o pedido de reexame apresentado, suspendendo os efeitos do acórdão nº 883/2020 que determinavam a reavaliação da tarifa de pedágio.

Em 06 de dezembro de 2023 foi proferido o Acórdão 2.501/2023-TCU que manteve as recomendações do Acórdão 170/2021. Na decisão, o TCU atestou que a única irregularidade que não havia sido tratada pelo Tribunal no âmbito do Acórdão 2.508/2022, proferido no âmbito do TC nº 019.671/2014-8 (que declarou inexistirem desequilíbrios a serem repactuados pela Concessionária), seria a recomendação para a reavaliação do fator multiplicador de veículos pesados, tendo confirmado que a ANTT vem cumprindo adequadamente as recomendações endereçadas pelo Acórdão.

Notas Explicativas

Acórdão nº 2.275/2021 – TCU

Em setembro/2021, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 2.275/2021, emitido em sede de medida cautelar pelo Tribunal de Contas da União no sentido de suspender o reajuste tarifário promovido pela Deliberação da ANTT nº 277/2021, que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária das Tarifas Básicas de Pedágio do Contrato de Concessão. A medida cautelar decorreu de representação apresentada por deputados federais do RS.

A Concessionária e a ANTT recorreram da decisão cautelar e apresentaram suas razões em oitiva para revogar a suspensão da Deliberação ANTT nº 277/2021, na medida em que os efeitos da 17ª Revisão Ordinária e 14ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão decorrem de reajuste tarifário anual, previsto contratualmente.

A referida decisão também afetou o reajuste da tarifa em 2022 (18ª Revisão Ordinária e 15ª Revisão Extraordinária do Contrato), que foi aprovado com atraso em relação à data-base contratual, em 01 de novembro de 2022, por meio da Deliberação nº 332/2022.

Em que pese ter havido a propositura de nova medida cautelar perante o TCU (TC nº 028.576/2022-5), não houve a suspensão do referido reajuste, que compreendeu efeitos de 2021 e 2022. Preliminarmente, a área técnica do Tribunal de Contas emitiu avaliação que atesta que a decisão da ANTT respeita as determinações do TCU e, em 13 de dezembro de 2023 foi proferido o Acórdão 2.603/2023, que indeferiu a medida cautelar proposta. O Acórdão 2.275/2021, por sua vez, perdeu o objeto com a resolução do TC 020.982/2019-7 (Acórdão 2.501/2023), inexistindo, neste momento, óbices por parte do TCU para que a ANTT proceda com a aplicação dos reajustes anuais da tarifa.

Assim, em 26 de dezembro de 2023 foi publicada a Deliberação ANTT nº 443/2023, de 21 de dezembro de 2023, que aprovou a 19ª Revisão Ordinária e 16ª Revisão Extraordinária, bem como a 20ª Revisão Ordinária, referente aos reajustes anuais de 2023 e 2024, retomando-se a regularidade regulatória do Contrato de Concessão. Os referidos processos de Revisão Ordinária reequilibraram as perdas de receita decorrentes da suspensão e atrasos na aplicação dos reajustes tarifários anuais de 2021, 2022 e 2023 em suas respectivas datas-base, acarretando no incremento da tarifa em 28,9% a partir de 1º de janeiro de 2024.

O atraso na implementação dos referidos reajustes gerou uma perda de receita, agora reequilibrada em favor da Concessionária, reconhecida contabilmente até a data de 30 de outubro de 2023. Os respectivos montantes reconhecidos foram de R\$ 78.582, em 31 de dezembro de 2022, e de R\$51.436, no período encerrado em 30 de outubro de 2023.

c) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Autoridade Portuária de Santos S.A. ("APS") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto"), para exploração de instalação portuária pelo prazo determinado de 25 anos, tinha encerramento do prazo original previsto para 12 de junho de 2023. Por conta disso, em 19 de maio de 2023, o Ecoporto ingressou com ação judicial em face da União, tendo como objeto a manutenção da vigência do Contrato até decisão final sobre pedido de prorrogação (formulado no processo administrativo nº 50300.000038/2014-80). A referida ação (nº1049793-02.2023.4.01.3400 - 13ª Vara Federal Cível da SJDF) teve o pedido de tutela de urgência indeferido, inclusive pelo TRF1 (Agravo de Instrumento n. 1020192-63.2023.4.01.0000), que entendeu que cabe à autoridade administrativa analisar, no âmbito do processo administrativo de prorrogação do Contrato, a conveniência e a oportunidade de tal pretensão.

Em 12 de junho de 2023, o Ministro de Portos e Aeroportos, ciente do teor das referidas decisões judiciais, proferiu o Despacho Decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, mantendo, cautelarmente, a vigência do Contrato, assegurando a continuidade das operações pelo prazo de até 180 dias, ou até que haja uma definição da política pública sobre a destinação da área. O despacho fixou que essa determinação pode ser alterada, prorrogada ou revogada, a critério do Poder Concedente. O Ministro de Portos e Aeroportos, por meio do Despacho nº 452/2023/CGAR-SNPTA-MPOR, solicitou ao Ecoporto que seja apresentado um novo plano de investimentos, com as adequações necessárias, considerando as novas diretrizes resultantes da revisão da destinação da área do STS10. O plano de investimentos foi apresentado

Notas Explicativas

e se encontra em fase de avaliação. Em 01 de dezembro de 2023, o Diretor-Presidente da Autoridade Portuária de Santos S.A. (“APS”), com base na delegação de competências formalizada por meio do Convênio de Delegação de Competências nº 001/2023, editou a Portaria DIPRE nº 209.2023, que prorrogou por 180 dias, a contar de 09 de dezembro de 2023, a medida cautelar consubstanciada no Despacho Decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, que suspendeu o encerramento da vigência do Contrato. Em reunião para discussão do plano de investimento foi sugerida pela APES um cronograma de atividades do grupo de trabalho.

Destacam-se ainda as decisões administrativas favoráveis e definitivas sobre o direito do Ecoporto ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em virtude dos investimentos realizados e não amortizados (Portêineres), no montante de R\$ 94.304, com data-base em dezembro/2016 (Acórdão ANTAQ nº 14-2020; Resolução ANTAQ nº 7.549/2020; Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA; Acórdão ANTAQ nº 301/2022 e Despacho nº 34/2022/SNPTA). A SNPTA oficiou a APS para indicar a forma de adimplir a indenização a ser paga ao Ecoporto, o qual, atualmente, aguarda referida definição.

Quanto ao reconhecimento do pleito de reequilíbrio contratual decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m2) comparada àquela prevista no edital (170.000 m2), o Ecoporto ajuizou, em 28 de setembro de 2022, ação anulatória em face da União e da Antaq, tendo como objeto o reconhecimento do referido pleito. A ação judicial tramita sob nº 1064487-10.2022.4.01.3400, na 17ª Vara Federal Cível da SJDF e atualmente aguarda-se decisão do juiz após a União apresentar sua defesa e o Ecoporto sua manifestação sobre referida defesa.

Faz-se referência, ainda, a duas ações judiciais em trâmite na 4ª Vara Federal Cível da Comarca de Santos (processos ns. 5006237-92.2022.4.02.6104 e 5004980-32.2022.4.03.6104), questionando a cobrança decorrente da aplicação, pela APS, da cláusula de revisão quinquenal da Movimentação Mínima Contratual (MMC), no valor de R\$62.764. Foram deferidas medidas liminares para determinar a suspensão da exigibilidade do valor cobrado. Em 26 de setembro de 2023 foi realizada audiência de conciliação. Os processos judiciais foram suspensos por 60 dias para tentativa de conciliação entre as Partes, as quais já solicitaram prorrogação desse prazo por mais 90 dias.

d) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Eco101”) em Serra – ES, no âmbito da “Operação Infinita Highway”.

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e teve foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação da rodovia.

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio profissional externo para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram, em 31 de dezembro de 2020, passivo da melhor avaliação para realização de valores relativos a penalidades de multas e descontos tarifários (“Fator D”), sobre um cenário em que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, resultando no valor devido de R\$72.614 (R\$88.290 em 31 de dezembro de 2023).

As investigações realizadas no âmbito da Operação Infinita Highway resultaram em 3 (três) desdobramentos para a controlada.

Em 25 de junho de 2022, a controlada tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a

Notas Explicativas

alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral coletivo, no valor de até R\$10.000. Em 28 de julho de 2022, a controlada apresentou defesa na mencionada ação judicial. Aguarda-se o prosseguimento do processo.

Em 25 de julho de 2022, a controlada tomou conhecimento dos documentos do Processo TC 030.292/2017-4, em curso perante o Tribunal de Contas, que tramitava em sigilo e foi instaurado para apurar os indícios de irregularidades relacionados com a prestação inadequada de serviço público e a prática de fraudes contratuais, em possível contrariedade à Lei Federal 8.987/1995. Na sequência, em 11.08.2022, a controlada apresentou manifestação nos autos na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Aguarda-se o prosseguimento do procedimento.

Em 06 de setembro de 2022, a controlada tomou ciência do Processo Administrativo nº 50500.140675/2022-41, instaurado pela ANTT para obter maiores informações a respeito dos eventos apurados no âmbito do Processo TC 030.292/2017-4. Em 12 de setembro de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos do referido processo, também, na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Houve reuniões entre a Concessionária e a ANTT para exposição dos argumentos da Companhia e, atualmente, aguarda-se o avanço desses entendimentos.

Em razão desses desdobramentos no âmbito do TCU e da ANTT, a Companhia solicitou avaliação e emissão de opinião legal de seus assessores a respeito das possíveis consequências e riscos deles decorrentes. A avaliação da Companhia e de seus assessores é que referidos procedimentos não inovam ou alteram os potenciais riscos e consequências da Operação Infinita Highway, que já foram objeto de análise nos pareceres jurídico anteriores. A Companhia entende que as medidas necessárias para resguardar os seus interesses estão sendo adotadas e que não há informações adicionais a serem divulgadas nesta demonstração financeira.

e) Ecovias dos Imigrantes - Acordo de Não Persecução Cível (“ANPC”)

Em 06 de abril de 2020, conforme Fato Relevante divulgado pela controlada indireta nessa data, a Concessionária Ecovias do Imigrantes S.A. (“Ecovias”) celebrou acordo de não persecução cível (“ANPC”) com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP nº 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo.

Nos termos do ANPC, a Ecovias tem que realizar obras e pagamentos que, somados, atingem o montante de R\$638.000, sendo: A) R\$450.000 em obras de interesse público, originalmente não previstas no contrato de concessão; B) R\$150.000 para pagamento diretamente à Fazenda do Estado de São Paulo em parcelas anuais; e C) R\$38.000 a título de multas, a serem arcados pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia arcará com o pagamento de R\$12.000, decorrentes de outras obrigações.

Conforme Fato Relevante de 15 de março de 2022, o ANPC foi integralmente homologado pelo CSMP. Como o entendimento da Companhia era pela grande probabilidade da homologação integral do ANPC pelo CSMP, a Administração da Companhia já havia reconhecido a obrigação de multas a pagar em suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$57.349, sendo R\$50.000 de principal, adicionada a atualização monetária de R\$7.349 conforme tabela prática do TJSP.

Conforme Fato Relevante de 04 de abril de 2022, o ANPC foi homologado judicialmente em 01 de abril de 2022 pelo juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo/SP, passando a surtir efeitos independentemente do trânsito em julgado. Foi iniciado o cumprimento das obrigações estabelecidas e já exigíveis, mediante (i) a realização do pagamento de duas parcelas semestrais das multas estipuladas em R\$38.000, (ii) a realização do pagamento integral dos R\$12.000 decorrentes de outras obrigações e (iii) em continuidade à decisão do Governo do Estado de São Paulo que ratificou a execução dos R\$450.000 em obras de interesse público, foi instaurado procedimento administrativo pela ARTESP para acompanhamento da execução das obras.

Com relação ao cumprimento de obrigação de pagar ou conceder desconto tarifário, em 28 de dezembro de 2022 a Companhia tomou conhecimento da decisão do Estado de São Paulo pelo recebimento em

Notas Explicativas

dinheiro do valor de R\$150.000, com pagamento a ser realizado em 8 parcelas anuais, mediante a juntada em 27 de dezembro de 2022, nos autos do citado processo administrativo da ARTESP, de despacho do Secretário de Governo do Estado de São Paulo, exarado em 30 de setembro de 2022, acolhendo posicionamento da então Secretaria de Logística e Transportes sobre a preferência pelo recebimento em pecúnia. Diante disso, no dia 28 de março de 2023, a Ecovias realizou o pagamento da primeira parcela anual.

Considerando a opção pelo recebimento em dinheiro pelo Secretário de Governo do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2022, a Controlada efetuou o registro da referida obrigação, atualizada pela tabela prática do TJSP, ajustada a valor presente, de acordo com a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente no montante de R\$148.692, sendo a contrapartida a rubrica “Intangível”, sub-rubrica “Contrato de Concessão”, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC-01 Contratos de Concessão, a Orientação Técnica OCPC05 – Contratos de Concessão e o Pronunciamento Técnico CPC04 – Ativo Intangível (R1), por se tratar no entendimento da Administração de valor que contribui de forma direta para a continuidade do Contrato de Concessão e sua correspondente geração de fluxos futuros, sendo assim, interpretado como um complemento ao direito de uso da Concessão.

23. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, pode resultar em efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação das provisões nos exercícios é conforme segue:

Controladora	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	8	8
(-) Reversão de provisão	(1)	(1)
(+) Atualização monetária	2	2
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9	9

Controladora	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	-
(+) Complemento de provisão	5	5
(-) Atualização monetária	3	3
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8	8

Consolidado	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.230	241.895	23.253	7.535	273.913
(+) Complemento de provisão	104	55.287	13.782	29	69.202
(-) Pagamentos/baixas	(7)	(21.654)	(14.511)	(1.008)	(37.180)
(+) Atualização monetária	194	45.802	2.797	1.083	49.876
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.521	321.330	25.321	7.639	355.811

Notas Explicativas

Consolidado	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	64.632	179.644	28.115	9.602	281.993
(+) Complemento de provisão	100	41.559	5.834	2.006	49.499
(-) Pagamentos/baixas	(68.798)	(18.699)	(12.222)	(5.456)	(105.175)
(+) Atualização monetária	5.296	39.391	1.526	1.383	47.596
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.230	241.895	23.253	7.535	273.913

a) Processos ambientais

As controladas da Companhia possuem outros processos de natureza ambiental que totalizam, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$3.215 (R\$3.684 em 31 de dezembro de 2022), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

b) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$1.462.784 em 31 de dezembro de 2023 (R\$997.626 em 31 de dezembro de 2022), oriundas de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas classificadas como provável, ou seja, com constituição de provisão são:

(i) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Foi interposto Recurso Especial, já admitido para apreciação do colegiado, e Recurso Extraordinário, inadmitido. Contra esta decisão, foi apresentado recurso, pendente de julgamento. O Recurso Especial interposto pela Ecoporto foi distribuído no Superior Tribunal de Justiça em março de 2021.

(ii) A controlada Terminais Marítimos Especializados Ltda possui ação de Cobrança nº. 1015209-96.2016.8.26.0562, movida por Libra Terminais S.A., visando a cobrança dos valores relativos aos serviços de segregação e entrega de contêineres (THC-2). Em que pese a tese sobre a legalidade da cobrança dos serviços de segregação e entrega não estar pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), as partes demonstram disposição em celebrar acordo no decorrer de 2024, visando pôr fim a esta demanda, razão pela qual a Companhia realizou o provisionamento do valor apurado por contador contratado pela Companhia. Os autos se encontram com a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 23 de abril de 2021.

As principais adições no período referem-se a ações anulatórias contra o Poder Concedente (ANTT), da controlada Eco101, em que se discute a exigibilidade das autuações lavradas pelo mesmo.

c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2023, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$44.288 (R\$24.968 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços. Este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta CECM Concessões estima como classificação

Notas Explicativas

possível, portanto sem constituição de provisão.

d) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2023, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$424.456 (R\$409.375 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração; portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo tributário é conforme segue:

A principal causa possível, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 02 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18 de setembro de 2019, e o acórdão publicado em 05 de dezembro de 2022 com interposição de Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais (“CSRF”) em 15 de dezembro de 2022. Aguarda-se a admissibilidade do Recurso Especial e o seu posterior julgamento pela CSRF. As matérias julgadas procedentes em favor da RDC Concessões não foram objeto de Recurso Especial por parte da Fazenda Nacional e essa parte da decisão já transitou em julgado. Ainda, referente ao mesmo tema, mas dos anos calendários 2016 a 2019, em 09 de junho de 2021 foi apresentada impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 08 de novembro de 2021. Em 07 de dezembro de 2021 foi apresentado recurso voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente a discussão, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$242.402 (R\$252.754 em 31 de dezembro de 2022).

Acerca das notícias veiculadas na mídia em setembro/2018 referentes à apuração de compra de medida provisória pela Operação Zelotes, a Companhia apresentou ao Ministério Público Federal, no procedimento investigatório no. 1.16.000.002352/2018-11, informações solicitadas sobre as contratações com o escritório Spindola Palmeira e com a empresa LBS Consultoria e Participações, voltadas a elaboração de consultas e opiniões legais relativas a matérias tributárias e previdenciárias e para consultorias em questões aduaneiras e tributárias. Em 16 de agosto de 2023, o Ministério Público Federal promoveu o arquivamento do procedimento investigatório, o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, em 19 de outubro de 2023.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

A composição do capital social da Companhia está demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Igli do Brasil Participações Ltda	321.627.460	46,189%	321.627.460	46,189%
IGLI S.p.A.	39.586.150	5,685%	39.586.150	5,685%
Outros (<i>free-float</i>)	334.407.616	48,024%	334.407.616	48,024%
Ações em tesouraria	712.998	0,102%	712.998	0,102%
Total ações ordinárias	696.334.224	100,000%	696.334.224	100,000%

b) Reserva de lucros – legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o total de reserva legal é de R\$41.041 (R\$12.563 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

c) Reserva de lucros – Orçamento de Capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2023 é de R\$405.814 (R\$175.058 em 31 de dezembro de 2022). O referido valor constituído com base no resultado de 31 de dezembro de 2023, será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2024.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio – controladora

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$58.351 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio e referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022. O saldo de R\$135.283, registrado na rubrica “Dividendos a pagar”, referem-se a: (i) R\$135.272 dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023; e (ii) R\$9 dividendos a pagar não reclamados pelos acionistas minoritários. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2024.

O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	569.564	245.695
Constituição de reserva legal	(28.478)	(12.285)
Base de cálculo dos dividendos	<u>541.086</u>	<u>233.410</u>
Proposta da Administração:		
Dividendos mínimos obrigatórios	(135.272)	(58.352)
Reserva Orçamento de Capital	(405.814)	(175.058)

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreram sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém 712.998 ações ordinárias em tesouraria, que calculadas com base na cotação de fechamento do último dia de pregão, em 29 de dezembro de 2023, de R\$9,42 (R\$4,45 em 30 de dezembro de 2022) representam R\$6.716.

f) Participação de acionistas não controladores

A movimentação do exercício das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	214.986	209.729
Aporte de Capital (a)	8.750	16.893
Participação nos lucros/(prejuízos) do exercício	27.068	(11.636)
Dividendos mínimos obrigatórios (b)	(2.530)	-
Saldo no fim do exercício	<u>248.274</u>	<u>214.986</u>

(a) Os aportes foram realizados pela GLP X Participações S.A. na controlada Holding do Araguaia, onde a GLP possui 35% de participação.

Notas Explicativas

- (b) Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão registrados na rubrica “Dividendos a pagar”, no passivo circulante. A Companhia tem a expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2024.

25. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO

Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com arrecadação de pedágio (a)	5.426.735	3.458.392
Receitas de construção (b)	3.450.530	2.488.971
Receitas portuárias (c)	502.377	622.855
Receitas acessórias (d)	130.655	111.062
Receitas logísticas (e)	60.878	33.394
Receita bruta total	<u>9.571.175</u>	<u>6.714.674</u>
Deduções da receita	(592.505)	(432.080)
Deduções do reconhecimento da receita (f)	(133.491)	(221.265)
Receita líquida	<u>8.845.179</u>	<u>6.061.329</u>

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	5.426.735	3.458.392
Receitas portuárias	502.377	622.855
Receitas logísticas	60.878	33.394
Receitas acessórias	130.655	111.062
	<u>6.120.645</u>	<u>4.225.703</u>

Deduções

Cofins (i)	(233.217)	(176.842)
PIS (ii)	(50.559)	(38.554)
ISS (iii)	(305.977)	(214.506)
Outros – ICMS	(1)	-
Dedução do reconhecimento da receita	(133.491)	(221.265)
Abatimentos	(2.751)	(2.178)
	<u>(725.996)</u>	<u>(653.345)</u>

- i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos e logística 7,6%.
- ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos e logística 1,65%.
- iii. Alíquota de média de 5,0%.

- (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

Conforme Nota 22.b), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC47 Receita de Contrato com Clientes (IFRS15), a controlada Ecosul, efetuou o registro do direito ao reequilíbrio no montante de R\$51.436.

- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.
- (c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

Notas Explicativas

São receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares.

- (d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- (e) Refere-se às receitas auferidas pelo Ecopátio Logística Cubatão Ltda. As operações desta empresa voltaram a ser consolidadas pela Companhia.
- (f) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termares, classificadas de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	29.728	19.482	591.299	500.505
Conservação e manutenção	140	400	226.352	158.258
Serviços de terceiros (a)	6.141	7.094	342.290	303.008
Seguros	1.541	1.431	30.337	26.110
Poder Concedente (Nota 21)	-	-	145.865	103.181
Provisão para manutenção (Nota 19)	-	-	102.007	113.312
Custo de construção de obras	-	-	3.450.530	2.488.971
Depreciações e amortizações (Nota 12 e 13)	1.982	1.446	798.114	581.212
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	542	661	25.601	17.537
Outros custos e despesas operacionais	1.846	1.844	185.885	153.518
	<u>41.920</u>	<u>32.358</u>	<u>5.898.280</u>	<u>4.445.612</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	5.590.491	4.134.658
Despesas gerais e administrativas	<u>41.920</u>	<u>32.358</u>	<u>307.789</u>	<u>310.954</u>
	<u>41.920</u>	<u>32.358</u>	<u>5.898.280</u>	<u>4.445.612</u>

- (a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

Notas Explicativas**27. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.126	5.067	319.734	238.672
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 10)	2	3	9.551	13.563
Atualização monetária venda Elog	3.705	2.318	3.705	2.318
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	38.887	81.281
Outras	345	601	10.519	11.228
	<u>5.178</u>	<u>7.989</u>	<u>382.396</u>	<u>347.062</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures (Nota 16)	(140.145)	(111.725)	(1.360.642)	(886.972)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	(44.443)	(159.086)	(191.643)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 16)	-	-	(215.821)	(207.629)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 16)	(1.384)	(1.102)	(37.520)	(22.349)
Variação monetária sobre direito de outorga (Nota 21)	-	-	(132.441)	(154.275)
Variação monetária e AVP - Acordo Não Persecução Cível	(1.041)	-	(14.866)	-
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e provisão de obras futuras (Notas 19 e 20)	-	-	(32.919)	(29.113)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos (Nota 15)	-	-	(39.719)	(30.809)
Juros capitalizados	-	-	280.585	252.577
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(319)	(459)	(27.981)	(12.058)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 23)	(2)	(3)	(49.876)	(47.596)
Atualização monetária outras contas a pagar	-	-	(15.676)	-
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2) (Nota 17)	(133)	(7)	(20.762)	(13.270)
Outras	(1.161)	(4.827)	(57.584)	(36.017)
	<u>(144.185)</u>	<u>(162.566)</u>	<u>(1.884.308)</u>	<u>(1.379.154)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(139.007)</u>	<u>(154.577)</u>	<u>(1.501.912)</u>	<u>(1.032.092)</u>

Notas Explicativas**28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro básico e diluído – resultado do exercício	0,82	0,35
Lucro básico e diluído – resultado de operações continuadas	0,82	0,36

a) Lucro por ação

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	569.564	245.695
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	569.564	253.037
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	696.334	696.334
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(713)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	695.621	695.621
Lucro básico por ação - R\$	0,82	0,35
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,82	0,36

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADOGestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	989.118	991.387	20.472.871	13.743.390
Disponibilidade (b)	(44.153)	(5.751)	(5.076.772)	(2.690.009)
Dívida líquida	944.965	985.636	15.396.099	11.053.381
Patrimônio líquido (c)	2.737.986	2.303.694	2.988.790	2.518.680
Índice de endividamento líquido	0,35	0,43	5,15	4,39

a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 15, 16, 17 e 21.

b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras – conta reserva e conta reserva poder concedente, de curto e longo prazo, conforme detalhado nas Notas 5, 7 e 9.a).

Notas Explicativas

c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 101,8% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (102,3% em 31 de dezembro de 2022), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes, fornecedores e risco sacado: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

<u>Classificação – Custo amortizado</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3.524.241	3.524.241
Clientes (b)	480.695	480.695
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (a)	1.036.025	1.036.025
Outros créditos – conta reserva – Ecovias do Araguaia (e)	1.313.765	1.313.765
Passivos:		
Fornecedores (b)	457.500	457.500
Empréstimos e financiamentos (c)	2.462.598	2.360.176
Debêntures (c)	15.504.072	14.993.451
Passivos de Arrendamentos (c)	188.259	217.191
Obrigações com Poder Concedente (d)	1.004.177	2.367.957
Obrigações com Poder Concedente (e)	1.313.765	1.313.765
<u>Classificação – Valor justo através do resultado</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<i>Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (f)</i>	11.908	11.908

- (a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (b) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.
- (c) Os empréstimos, financiamentos, passivos de arrendamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com Poder Concedente”.
- (e) O valor refere-se a: (a) conta de Aporte de titularidade da Concessionária Ecovias do Araguaia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço., e (b) da retenção de 4% da receita da Concessionária EcoRioMinas e 10% da receita da Concessionária Ecovias do Araguaia, destinadas para a Conta

Notas Explicativas

de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais, (c) a retenção de 8,5% da receita tarifária da controlada EcoNoroeste à título de Outorga Variável, na seguinte proporção: (a) 20% “Conta DUF”, o que corresponde a 1,7% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora; e (b) 80% “Conta Inadimplência”, o que corresponde a 6,8% do valor depositado na Conta Bancária Centralizadora. Tais valores serão destinados à Compensação dos Descontos de Usuário Frequente – DUF, e à Compensação de Inadimplência de usuários do sistema Free Flow. Conforme o caso e disponibilidade de recursos, os montantes depositados nas contas DUF e Inadimplência, poderão ser utilizados para outros reequilíbrios econômico-financeiros reconhecidos em favor da Concessionária, como forma de garantir a solvência da SPE e da sustentabilidade da concessão.

(f) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, , segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, , crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro;
<i>Compliance</i>	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços

A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização.

Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico.

No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de taxas de juros e inflação da Companhia e das suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia e suas controladas estão expostas as

Notas Explicativas

principais variações:

- Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços;
- Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente;
- Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e
- Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e das suas controladas incorrerem em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco “*rating*” AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$237.441 (R\$147.208 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	4.555.505	6.177.155	1.790.959	13.444.643
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	207.942	207.503	210.101	2.227.970
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	54.372	53.504	52.717	545.865
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	11.462	11.462	11.462	137.550
Banco da Amazônia - BASA	12.759	16.129	21.311	302.290
Obrigações com Poder Concedente	108.434	113.513	118.829	4.449.817
Finame	6.519	6.045	5.505	-
Passivo de arrendamento	77.982	66.413	39.366	33.430
	<u>5.034.975</u>	<u>6.651.724</u>	<u>2.250.250</u>	<u>21.141.565</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$71.598 (ativo circulante de R\$5.186.040 e passivo circulante consolidado de R\$5.257.638), principalmente decorrente de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, IPCA e TJLP, principais indicadores das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	317.434	396.792	476.151
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(1.292.650)	(1.463.367)	(1.632.262)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(579.846)	(593.474)	(607.082)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(66.595)	(80.511)	(94.428)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(36.977)	(37.791)	(38.606)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(99.356)	(124.789)	(149.734)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(1.757.990)</u>	<u>(1.903.140)</u>	<u>(2.045.961)</u>

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	9,15%	11,44%	13,73%
IPCA (b)	4,15%	5,18%	6,22%
TJLP (c)	6,10%	7,63%	9,15%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – Dezembro/2023.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“*Chief Operating Decision-Maker - CODM*”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia tem como base:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os dois maiores portos do Brasil (Santos e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., CECM Concessões S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, RDC Concessões S.A., Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. – Ecoponte, EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ecovias do Cerrado S.A., Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. e Concessionária Noroeste Paulista S.A. - EcoNoroeste.

b) “ *Holding*” e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EILO1 Participações S.A., EILO4 S.A., EILO5 S.A, EILO6 S.A., Argovias Participações, Anish Empreendimentos e as “*Holdings*” Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. do segmento de concessionárias, Holding do Araguaia S.A., e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

d) Logística

A Companhia detém 100% de participação no Ecopátio Logística Cubatão Ltda, que tem como objeto administrar o terminal intermodal e regulador do fluxo de caminhões de cargas com destino ao Porto de Santos.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessões rodoviárias	92,33%	89,61%
“ <i> Holding</i> ” e serviços	3,84%	4,95%
Portos	3,26%	4,99%
Logística	0,57%	0,45%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinada) sumarizada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Os valores fornecidos com relação ao resultado e ao total de ativos são

Notas Explicativas

consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

31/12/2023						
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	22.774.345	644.051	59.137	15.444.260	(12.961.892)	25.959.901
Ativo circulante	3.022.766	205.279	23.983	2.268.436	(334.817)	5.185.647
Ativo não circulante	19.751.579	438.772	35.154	13.175.824	(12.627.075)	20.774.254
Passivo	22.774.345	644.051	59.137	15.444.260	(12.961.892)	25.959.901
Passivo circulante	3.316.059	107.711	4.602	2.186.583	(335.783)	5.279.172
Passivo não circulante	12.407.970	150.871	3.149	5.637.174	(504.695)	17.694.469
Patrimônio líquido	7.050.316	385.469	51.386	7.620.503	(12.121.414)	2.986.260

31/12/2023						
Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	8.530.295	300.511	52.406	353.624	(391.657)	8.845.179
Custo dos serviços prestados	(5.272.615)	(270.964)	(20.551)	(226.136)	199.775	(5.590.491)
Lucro bruto	3.257.680	29.547	31.855	127.488	(191.882)	3.254.688
Despesas gerais e administrativas	(304.765)	(51.694)	(6.255)	(106.123)	161.048	(307.789)
Amortização de investimentos	-	-	-	(16.263)	16.263	-
Impairment	(161.147)	-	-	-	-	(161.147)
Acordo de Leniência	(10.124)	-	-	-	-	(10.124)
Outras receitas/despesas	338	706	660	6.225	(914)	7.015
Equivalência patrimonial	-	-	-	2.124.010	(2.124.010)	-
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	2.781.982	(21.441)	26.260	2.135.337	(2.139.495)	2.782.643
Resultado financeiro	(805.238)	8.430	1.921	(707.415)	390	(1.501.912)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	1.976.744	(13.011)	28.181	1.427.922	(2.139.105)	1.280.731
Imposto de renda e contribuição social	(704.394)	(2.819)	(5.829)	28.943	-	(684.099)
Resultado das operações continuadas	1.272.350	(15.830)	22.352	1.456.865	(2.139.105)	596.632
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	1.272.350	(15.830)	22.352	1.456.865	(2.139.105)	596.632
Resultado dos minoritários	-	-	-	-	27.068	27.068
Acionistas controladores	1.272.350	(15.830)	22.352	1.456.865	(2.166.173)	569.564

31/12/2022						
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	16.620.718	633.060	50.967	13.493.858	(12.689.694)	18.108.909
Ativo circulante	1.643.125	148.564	12.230	633.143	(370.660)	2.066.402
Ativo não circulante	14.977.593	484.496	38.737	12.860.715	(12.319.034)	16.042.507
Passivo	16.620.718	633.060	50.967	13.493.858	(12.689.694)	18.108.909
Passivo circulante	1.873.117	101.612	2.857	1.694.443	(371.640)	3.300.389
Passivo não circulante	7.788.214	130.149	3.076	5.407.761	(1.039.360)	12.289.840
Patrimônio líquido	6.959.387	401.299	45.034	6.391.654	(11.278.694)	2.518.680

Notas Explicativas

31/12/2022

Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	5.741.254	316.833	28.536	313.856	(339.150)	6.061.329
Custo dos serviços prestados	(3.843.123)	(250.614)	(19.688)	(206.649)	185.416	(4.134.658)
Lucro bruto	1.898.131	66.219	8.848	107.207	(153.734)	1.926.671
Despesas gerais e administrativas	(248.634)	(54.278)	(4.739)	(125.580)	122.277	(310.954)
Amortização de investimentos	-	-	-	(14.784)	14.784	-
Impairment de ativos	-	-	-	(81.012)	-	(81.012)
Outras receitas/despesas	(1.570)	345	(9.646)	19.405	(856)	7.678
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.247.936	(1.247.936)	-
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.647.927	12.286	(5.537)	1.153.172	(1.265.465)	1.542.383
Resultado financeiro	(448.484)	58.616	998	(643.532)	310	(1.032.092)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	1.199.443	70.902	(4.539)	509.640	(1.265.155)	510.291
Imposto de renda e contribuição social	(385.237)	-	(203)	116.550	-	(268.890)
Resultado das operações continuadas	814.206	70.902	(4.742)	626.190	(1.265.155)	241.401
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	(7.342)	-	(7.342)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	814.206	70.902	(4.742)	618.848	(1.265.155)	234.059
Resultado dos minoritários	-	-	-	-	(11.636)	(11.636)

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas realizaram as atividades abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso – CPC 06 (R2) – Adição	1.800	-	101.690	181.761
Direito de uso – CPC 06 (R2) – Baixa	-	-	(5.561)	-
Conta Reserva – Poder Concedente	-	-	188.199	52.949
Acordo de Não Persecução Civil – ANPC – Ecovias dos Imigrantes	-	-	-	148.692
Provisão para Construção de Obras futuras	-	-	(5.516)	17.200
Ônus da Concessão	-	-	-	619.980

Notas Explicativas

32. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu em seu resultado R\$0 (R\$7.342 em 31 de dezembro de 2022), referentes à cláusula de indenização.

33. RISCO SACADO

O Grupo EcoRododovias mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura “Risco Sacado” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de dezembro de 2023, o valor consolidado é de R\$0 (R\$11.523 em 31 de dezembro de 2022).

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Solicitação ARTESP Ecovias dos Imigrantes

Em 29 de janeiro de 2024, a controlada Concessionária Ecovias dos Imigrantes, recebeu ofício da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), referente autorização do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias de Investimentos (“SPI ou “Poder Concedente”), para a elaboração de estudos e projetos necessários para a futura construção e implantação de nova estrutura para a ampliação da capacidade do Sistema Anchieta-Imigrantes.

A ARTESP solicita que a Concessionária inicie a elaboração de estudos e projetos necessários para a futura construção e implantação de nova estrutura para a ampliação da capacidade do Sistema Anchieta-Imigrantes, esta ampliação visa uma nova ligação entre o Planalto e a Baixada Santista.

A Concessionária será responsável pelos custos para a produção de todos os estudos preliminares necessários e elaboração do projeto funcional e executivo. Todos os custos relacionados à esta solicitação, serão reequilibrados, com base nos gastos realizados e aprovados pelo Poder Concedente, conforme regramento existente.

O prazo para conclusão dos estudos será de 24 meses, prorrogáveis por mais 12 meses. Após a conclusão, os estudos e projetos servirão de subsídios para a SPI e ARTESP avaliarem a viabilidade de inclusão das respectivas obras no Contrato de Concessão da Ecovias dos Imigrantes, respeitando os preceitos legais.

6ª Emissão de Debentures – Ecovias dos Imigrantes

Em 22 de fevereiro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a 6ª emissão de debêntures simples da controlada, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos do ativo 26, inciso V, da Resolução CVM n. 160, de 13 de julho de 2022.

A emissão será composta por até 1.630.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$1.630.000, remuneradas a IPC-A + 6,095%. O prazo de vencimento das debêntures será de 9 anos, contados da data de emissão. Os recursos líquidos captados por meio da emissão serão destinados exclusivamente ao reembolso de gastos ou despesas do projeto de investimento da controlada, de exploração do conjunto de pistas de rolamento do Sistema Anchieta-Imigrantes. As

Notas Explicativas

debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza. A entrada dos recursos aconteceu em 06 de março de 2024.

4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão – Eco101

Em 26 de fevereiro de 2024, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado pela controlada Eco101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. O Termo Aditivo prorroga em 120 dias a suspensão de eficácia do Terceiro Termo Aditivo, que estabeleceu as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação.

A prorrogação dá-se em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão, atualmente em discussão na Câmara de Soluções Consensuais junto ao Tribunal de Contas da União (“TCU”). Caso essa alternativa seja viabilizada, com a formalização da solução pelo TCU, o Terceiro Termo Aditivo será extinto e realizado um novo termo aditivo de otimização e readequação do Contrato de Concessão. Caso a alternativa não seja viabilizada, será dado seguimento ao processo de relicitação previsto no Termo Aditivo. Eventuais efeitos econômicos e financeiros, decorrentes do processo de relicitação, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando do início da vigência do Termo Aditivo.

Contratação de partes relacionadas – Ecovias do Cerrado

Em 26 de fevereiro de 2024, a controlada Ecovias do Cerrado assinou contrato de fornecimento e transporte de materiais asfálticos, com as partes relacionadas CBB Industria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda., e TB Transportadora de Betumes Ltda., controladas direta e indiretamente pelo Sr. Cesar Beltrão de Almeida e pela Sra Cristiane Maria Bonetto de Almeida seu cônjuge, pertencentes ao Grupo CR Almeida que em conjunto com Denise Beltrão de Almeida, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, possuem em conjunto 16,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. A vigência do contrato é de 01 de março de 2024 até 01 de junho de 2027, e o valor total do contrato é de R\$60.198.

Termo de Ajustamento de Conduta na modalidade multas – TAC Multas – Ecosul

Em 29 de fevereiro de 2024, a controlada Ecosul celebrou com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Termo de Ajustamento de Conduta na modalidade Multas – (“TAC Multas”), nos termos da Resolução ANTT nº 5.823/2018, da Portaria SUROD nº 24/2021 e da Deliberação ANTT nº 16/2024, que tem por objeto a compensação dos efeitos de penalidades pecuniárias aplicadas no âmbito de parte dos processos administrativos sancionatórios (PAS) de possíveis não conformidades, mediante conversão em obrigação de investimento não previstas originalmente no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto nas rodovias sob concessão. As novas obrigações de investimento totalizam R\$4.524 e serão realizadas em prazo de 12 a 18 meses, de acordo com cronograma constante do TAC Multas.

Contratação de partes relacionadas - EcoRioMinas

Em 08 de março de 2024, a controlada EcoRioMinas assinou contrato de prestação de serviços de construção civil, tendo por objeto a execução de obras do sistema rodoviário denominado Rio-Valadares, com a parte relacionada SPE ICCR Rio Minas S.A., pertencente a: (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 16,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. A vigência do contrato é de 7 anos a contar da data de assinatura, e o valor total do contrato é de R\$5.298.821.

Notas Explicativas

Aportes de capital – Eco101

Em 19 de janeiro de 2024 a Assembleia Geral Extraordinária da controlada Eco101, deliberou o aumento do seu capital social, no valor de R\$20.000 (vinte milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 20.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Em 06 de fevereiro de 2024 a Assembleia Geral Extraordinária da controlada Eco101, deliberou o aumento do seu capital social, no valor de R\$45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 45.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Proposta de Orçamento de Capital

Orçamento de capital previsto para o exercício social de 2024
Proposta de Orçamento de Capital
ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2024 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 27, §1º, inciso IV da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada em 17 de abril de 2024, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 5.078.624.000,00 (cinco bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e vinte e quatro mil reais) o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de março de 2024.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 5.078.624.000,00

Aplicações

Investimento consolidado planejado para o exercício social 2024 nos projetos atualmente detidos pela Companhia	R\$5.078.624.000,00
--	---------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva para orçamento de capital, com base no lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023	R\$ 405.814.609,16
--	--------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 4.672.809.390,84
--	----------------------

São Paulo, 12 de março de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antonio Cassou

Presidente

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 25)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.

Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.

Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 13)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 17.736.840 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem

expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras. Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.

Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Descumprimento de leis, normas e regulamentos (Nota 22(d))

Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal ("MPF"), no âmbito da "Operação Infinita Highway", a Companhia finalizou as análises internas e apurou os efeitos do não cumprimento das cláusulas do contrato de concessão entre a Eco101 e o Poder Concedente.

Nesse sentido, a administração da Companhia, assessorada por especialistas independentes, apurou os fatos e os valores devidos pelo não cumprimento do contrato, no valor de R\$88.290 mil em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, a Companhia está trabalhando juntamente com os seus assessores jurídicos no sentido de buscar um possível acordo junto ao MPF para encerramento deste inquérito.

Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade para apuração das obrigações contratuais e em função de aspectos relacionados à forma de encerramento deste assunto. Com o suporte de nossos especialistas forenses, realizamos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender o andamento do processo, bem como das ações tomadas pela administração para apurar o valor da obrigação registrada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, bem como as atualizações sobre o tema para o exercício de 2023. Adicionalmente, realizamos a análise da documentação disponível sobre o tema.

Envolvemos também os nossos especialistas jurídicos para analisar a razoabilidade das premissas jurídicas adotadas pela Companhia, fundamentada em posição dos seus advogados externos, em relação aos efeitos do descumprimento contratual da concessionária que está sendo apurado no Inquérito Policial.

Avaliamos a razoabilidade dos cálculos realizados pela Companhia, que suportam as contabilizações e divulgações feitas pela administração.

Consideramos que as divulgações estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

CNPJ nº 04.149.454/0001-80

NIRE 353.001.819.48

COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 13 de março de 2024, às 14:00 horas, por meio de videoconferência.

PRESENÇA: Participação dos Conselheiros Fiscais titulares Sérgio Tuffy Sayeg – Presidente, José Boeing e Paulo Sergio Aldrighi; e Conselheiros Fiscais suplentes Eduardo Georges Chehab, João Alberto Gomes Bernacchio e José Dimas Gurgel, eleitos em Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2023.

MESA: Presidente: Sérgio Tuffy Sayeg, e Secretário: Paulo Sergio Aldrighi

ORDEM DO DIA: Em continuidade às reuniões e discussões prévias realizadas em 08 e 11 de março de 2024, com as participações de representantes da Administração e também de sócio e gerente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, tomar conhecimento e opinar sobre o que segue, para emissão de parecer:

I. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, do valor adicionado, complementados pelas notas explicativas;

II. Propostas da Administração para distribuição de dividendos e orçamento de capital, a serem submetidas à Assembleia Geral;

III. Relatório, desta data, sem ressalva, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes;

IV. Estudo Técnico referente à manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos na data base de 31 de dezembro de 2023, em atendimento à Resolução CVM nº. 109, de 20 de maio de 2022 e ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; e

V. Deliberações do Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de março de 2024 e assistida pelo Presidente do Conselho Fiscal.

DELIBERAÇÕES: Finalizada a análise dos referidos documentos, que ficam arquivados na área do Conselho Fiscal no Portal de Governança da Companhia, os Conselheiros Fiscais titulares emitem o seu parecer, nos termos do Anexo à presente ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão para que se lavrasse a presente ata, que, depois de lida, foi aprovada pela totalidade dos presentes. São Paulo, 13 de março de 2024.

Presidente: Sérgio Tuffy Sayeg. Secretário: Paulo Sergio Aldrighi. Conselheiros Fiscais titulares: Sérgio Tuffy Sayeg - Presidente, José Boeing e Paulo Sergio Aldrighi. Conselheiros Fiscais suplentes: Eduardo Georges Chehab, João Alberto Gomes Bernacchio e José Dimas Gurgel.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Paulo Sergio Aldrighi
Secretário

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

CNPJ nº 04.149.454/0001-80

NIRE 353.001.819.48

COMPANHIA ABERTA

Anexo à Ata de Reunião do Conselho Fiscal realizada em 13 de março de 2024

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros titulares do Conselho Fiscal, todos independentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. realizada em 19 de abril de 2023, desenvolveram, a partir da sua posse, trabalhos de forma abrangente tanto em conjunto como individualmente.

As reuniões do Conselho Fiscal realizadas até a presente data contaram sempre com a presença dos três membros titulares.

Não somente, mas também nessas ocasiões, documentos e amplo conjunto de informações e esclarecimentos foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal e fornecidos pela Companhia.

Nas reuniões, quando solicitadas, foram registradas as presenças de representantes da Administração e suas equipes, membros do Comitê de Auditoria e de sócio e gerentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para prestação de esclarecimentos, dentre outros, sobre (i) as operações da Companhia e das controladas; (ii) a dinâmica dos negócios e resultados no período; (iii) gestão de riscos e matriz de riscos corporativos; (iv) posição geral do endividamento, captações de recursos e cronograma de vencimentos; (v) relatório de recomendações para o aprimoramento de controles internos, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em conexão com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, acompanhado dos comentários e planos de ação da Administração; (vi) premissas e demonstrativos de cálculo utilizados para provisão de manutenção e testes de recuperabilidade de ativos (impairment); (vii) contabilização para manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos no exercício social de 2023; (viii) atualização sobre o Programa de Compliance; (ix) atualização sobre o Programa de Ética e Integridade e Canal de Ética; (x) Programa de Auditoria Interna; (xi) encerramento do Monitoramento Independente decorrente do Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal – Paraná; e (xii) principais assuntos de auditoria.

Os membros titulares do Conselho Fiscal da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações, examinaram (a) o Relatório da Administração, e (b) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e respectivas notas explicativas.

O Conselho Fiscal conheceu as Propostas da Administração relativas à distribuição de dividendos e ao orçamento de capital, a serem submetidas à Assembleia Geral.

Foi também examinado o Estudo Técnico referente à manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos na data base de 31 de dezembro de 2023, em atendimento à Resolução CVM nº. 109, de 20 de maio de 2022 e ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração e auditores independentes no decorrer do exercício social, e também no Relatório, desta data, sem ressalva, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros titulares do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os documentos acima referidos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 13 de março de 2024.

Sérgio Tuffy Sayeg - Presidente

José Boeing

Paulo Sergio Aldrighi

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário – Exercício Social 2023

Aos Conselheiros de Administração da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Ref.: Relatório Anual do Comitê de Auditoria – Exercício Social 2023

Prezados Senhores,

O propósito deste documento é apresentar o Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário – Exercício Social 2023, indicando-se os destaques das atividades e das recomendações referentes ao exercício social de 2023.

Este documento foi preparado sob a coordenação de Ricardo Bisordi de Oliveira Lima (conselheiro efetivo e independente), nomeado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 19.04.2023, e representa o sumário dos trabalhos do Comitê.

Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê”) é órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“Companhia” ou “Ecorodovias”), e tem a função de assegurar que o negócio seja conduzido em conformidade com as leis, ética e controles internos da Companhia.

O Comitê é, nos termos de seu Regimento Interno, composto por 3 (três) membros, sendo coordenado pelo conselheiro indicado pelo Conselho de Administração. O Comitê é composto por maioria de membros independentes, sendo um deles conselheiro independente da Companhia, e um membro independente do Comitê (membro externo); e um deles tem reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da Resolução CVM 23/21.

Os membros do Comitê devem ter experiência em gestão empresarial, finanças, contabilidade ou auditoria. Especificamente, o conselheiro independente e o coordenador do órgão deverão ter formação acadêmica e notória experiência na área de finanças e de contabilidade.

Desde 25.05.2022 o Comitê é composto por Ricardo Bisordi de Oliveira Lima (conselheiro independente e coordenador), Flávio Franco e Lucia Scaglione.

O Comitê de Auditoria Estatutário, exerce a função de Comitê de Assessoramento e apoia o Conselho de Administração, entre outros temas, nos assuntos relacionados ao compromisso da Companhia em agir de forma ética, íntegra e transparente, em consonância às melhores práticas, normas, regulamentos e legislação aplicável, acompanha o cumprimento das diretrizes fixadas nas políticas da Companhia e as iniciativas referentes ao seu escopo de atuação.

Resumo das Atividades no Exercício de 2023

Em 2023, o Comitê realizou 8 (oito) reuniões que contemplaram a análise de 69 (sessenta e nove) pautas, entre itens informativos e de recomendação de aprovação ao Conselho de Administração. Conforme gráfico abaixo, nota-se que 67% das pautas tiveram caráter informativo (46 pautas) e 33% das pautas tiveram caráter deliberativo (23 pautas).

Entre as pautas analisadas pelo Comitê, foram apreciados temas sensíveis para a Companhia, tais como: Demonstrações Financeiras, Gestão de Riscos e Controles Internos, Transações com Partes Relacionadas, Compliance, Ética, Auditoria Interna, Auditoria Externa e demais matérias de competência ao órgão.

Entre as atividades realizadas no exercício, destacam-se as seguintes:

- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais;
- Avaliação das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- Acompanhamento da matriz de riscos empresarial;
- Acompanhamento das atividades do Programa de Ética – Sistema de Integridade, incluindo o monitoramento dos relatos do Canal de Ética;
- Acompanhamento das atividades do Monitoramento Independente;
- Acompanhamento do projeto de manutenção da Certificação ISO 37001;
- Revisão das Políticas da Companhia, exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado;
- Avaliação de Transações com Partes Relacionadas;
- Acompanhamento dos procedimentos que estão sendo adotados pela Companhia para mitigação de riscos de Compliance em suas atividades;
- Acompanhamento do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna;
- Acompanhamento do Plano Anual de Atividades da Auditoria Independente;
- Realização de reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal.

Conclusões e Recomendação ao Conselho de Administração

Durante o exercício de 2023, os membros do Comitê de Auditoria da Ecorodovias, tendo presente as atribuições e o escopo de sua atuação, consideraram todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, aqui descritos de forma sumarizada, e concluíram que: i) os processos de controles

internos foram efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção foram adequadas; ii) a Auditoria Interna teve orçamento financeiro adequado para o desempenho satisfatório de suas funções; e iii) a Auditoria Independente foi efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência.

No âmbito do Programa de Ética e Sistema de Integridade da Companhia ("Compliance"), este Comitê de Auditoria reconhece os esforços despendidos ao longo de 2023 no intuito de aprimorar o programa. É importante que estas conquistas sejam mantidas e que o programa se torne sustentável, perene e parte fundamental do sistema de gestão da empresa.

Como resultado do trabalho de acompanhamento e supervisão efetuados durante o exercício social de 2023, em conjunto ao Conselho Fiscal, e, ainda, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers (PwC), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício, o Comitê de Auditoria opinou que toda a documentação apresentada refletia adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendou a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei nº 6.404/1976.

São Paulo, 11 de março de 2024

Ricardo Bisordi de Oliveira
Coordenador do Comitê de Auditoria

Flávio Franco

Lucia Scaglione

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo – SP, 13 de março de 2024.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento, Riscos e Compliance

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo – SP, 13 de março de 2024.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento, Riscos e Compliance